

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FISSURAS URBANAS

Luís Filipe Montenegro Castelo

Brasília
2008

Luís Filipe Montenegro Castelo

FISSURAS URBANAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Planejamento e Desenho Urbano

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Holanda, UnB.

Brasília – DF
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UnB
2008

Universidade de Brasília

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Mestrando: Luís Filipe Montenegro Castelo

Dissertação: Fissuras Urbanas

Banca examinadora: Prof. Dr. Frederico Borges de Holanda, FAU - UnB

Prof. Dr^a Sylvia Ficher, FAU - UnB

Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes, ICS – UnB

Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee, FAU – UnB, suplente

Agradecimentos

Coletivizando o processo de produção dessa dissertação (as falhas posso carregar sozinho!) não poderia deixar de agradecer a várias figuras que se mostraram fundamentais no seu decorrer. Agradeço

Ao Holanda pelas várias contribuições trazidas nas reuniões de orientação.

A Sylvia que, tendo acompanhado minha trajetória no mestrado, foi também uma espécie de orientadora.

Ao Brasilmar que prontamente atendeu ao pedido de composição da banca, fazendo mais rico um diálogo trans-disciplinar.

A Mara e Marília, colegas de mestrado e também do tempo em que estagiei na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que tanto facilitaram minhas incursões pelo GDF.

Ao Cled, grande fornecedor de material sobre okupas.

Ao Pedro, que me ajudou com as entrevistas às travestis do Setor Comercial Sul.

Ao Corpus Crisis e à Convergência de Grupos Autônomos, verdadeiros laboratórios de produção de conhecimento, questionamento e combatividade.

As leituras atentas e cuidadosas de Taten, Paique, Dju e Tais (muito obrigado!).

Ao aconchego do lar que tanto facilitou chegar até aqui sem maiores traumas. Obrigado Ju, Dudu, Gi, Victor, Maria, Edna, Luiz, Magas, Papoula, Flor, Taten, Tarixa, Silvie, Tai, Diguilin, Márcia e Felipe!

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo examinar algumas deturpações ao esquema urbano de Brasília, fortemente marcado por segregação socioespacial.

Parte de uma análise deste fenômeno para construir um referencial teórico que vislumbra detectar padrões diferenciados de ocupação do espaço residencial do Plano Piloto e que, de alguma maneira, são indisciplinas a uma ordem urbana hegemonicamente estabelecida – *fissuras urbanas*.

Há duas pesquisas de campo. Uma delas abrange as quadras 700 Sul, local de casas unifamiliares geminadas. Foram analisados os tipos mórficos encontrados, os padrões de transformação arquitetônica, sua comparação com os grupos de renda ali residindo, a interferência de modalidades não-residenciais. Por meio de entrevistas com moradoras/es, foram analisadas ainda as transformações internas dessas casas, mapeando fragmentação, sublocação e mudança de uso no espaço residencial.

A outra pesquisa traz a trajetória de uma ocupação urbana num prédio abandonado por mais de uma década na W3 Sul, a *casa das pombas*. Traz uma breve discussão sobre o movimento de ocupações culturais urbanas, uma contextualização sobre o grupo ocupante, relaciona o evento a aspectos de configuração espacial e trata das arbitrariedade no processo de desalojo e prisão das pessoas ocupantes.

Palavras-chave: Segregação urbana, Brasília, Fissuras urbanas.

Abstract

The goal of this thesis is to take a closer look to some distortions on the Brasília's urban scheme, strongly marked by socialspatial segregation.

The work analyses this phenomenon to construct a theoretical framework that aims to detect Plano Piloto's diverse patterns on the use of the residential areas. They are, somehow, insubordinations to a established hegemonic urban order: urban fractures.

There are two field researches. One covers the 700 south's blocks. There were analysed the morphologic variety, the architectural transforming patterns, its comparison with incoming groups living in the area, the occurrence of non-residential modalities. Using interviews with dwellers, there were also analysed internal changes in these houses, finding fragmentation, rental of only parts of the houses and change of use in the residential areas.

The other reaserch brings the trajectory of a squat located in a decade-closed building at W3 street named "casa das pombas". It establishes a brief debate on urban cultural squatt moviments, contextualizes the group occupying the building, links the event to spatial configuration issues and regards the arbitrarities in the process of eviction and detention of the squatters.

Key-words: Urban segregation, Brasília, urban fractures.

Sumário

Introdução	09
Capítulo 01 A regra da exceção	13
1.1 Exceção soberana e a banalização da vida	15
1.2 A cidade contemporânea, suas marcas e suas lógicas	22
1.3 Marcas no território	24
1.4 A cidade ilegal	26
1.5 Brasília e a preservação da segregação	30
1.5.1 <i>Uma história de exclusão</i>	30
1.5.2 <i>Centralidade e excen-tri-cidade</i>	32
1.5.3 <i>Brasília em cinco escalas</i>	35
1.6 Recapitulando...	36
Fissura	38
Capítulo 02 Resistência e transformação	44
2.1 Casas sem campainha	48
2.2 Padrões tipológicos e de renda	53
2.3 Baixa renda	55
2.4 Regime de separação de bens	58
2.4.1 <i>Garagem, para que te quero!</i>	60
2.5 Usos mistos	64
2.6 Pousadas	67
2.7 Trans-espacialidades	69
2.8 Considerações finais do capítulo	71
Capítulo 03 Insurgências	92
3.1 Sobre ocupações urbanas	93
3.2 Grupos autônomos organizados e o início da ocupação	95
3.3 Uma casa ocupada é uma casa encantada	97
3.4 Centralidade e abandono	100
3.5 Rumo à criminalização	106
3.6 Abuso de forma jurídica	109
3.7 Um desalojo igual a mil distúrbios	112
3.8 Considerações finais do capítulo	114
Considerações finais Fissuras!?	116
Referências bibliográficas	123
Anexos	
01. Questionário socioeconômico	128
02. Roteiro para uma entrevista	130
03. Como ocupar uma casa	132
04. Plantas de Cadastro das quadras e das casas da 700 Sul (HPs) (<i>disponível na versão digital</i>)	134

Lista de Figuras

01 - 02	Avenida Paulista no início do séc. XX e em sua configuração atual	26
03 - 04	Escalas tombadas e Brasília Metropolitana	35
05	Vista panorâmica da “entrada social” de dois conjuntos dando para área ajardinada	49
06a - 06b	Vista dos fundos de lote formado por becos	49
07a - 07b	Vilas	50
08	Vista aérea da W3 Sul em 1960	55
09a – 09d	Portas-anãs	63
10	Alterações no Plano Piloto	65
11	Parede-mural	99
12a – 12d	Manchas urbanas do DF de 1958, 1964, 1977 e 2005	101
13	Breve, espaço cultural	106
14	Charge de Latulf	109
15 - 16	<i>Formação de Quadriilha</i> no Setor Comercial Sul, na Praça do Povo	113
17	Chamado para ato em São Paulo	113
18 - 19	De breve espaço cultural a parede de concreto	115

Lista de Tabelas

01	Porcentagens por renda na W3 Sul	73
2.1	Tipologia e renda - SHIGS 703	75
2.2	Tipologia e renda - SHIGS 704	76
2.3	Tipologia e renda - SHIGS 705	77
2.4	Tipologia e renda - SHIGS706	78
2.5	Tipologia e renda - SHIGS 707	79
2.6	Tipologia e renda - SHIGS 708 e 709	80
2.7	Tipologia e renda – SHIGS 710	82
2.8	Tipologia e renda – SHIGS 711	83
2.9	Tipologia e renda – SHIGS 712	84
2.10	Tipologia e renda – SHIGS 713	85
2.11	Tipologia e renda – SHIGS 714	86
2.12	Tipologia e renda – SHIGS 716	87
03	Usos mistos em cada quadra	88
04	Tipos de uso e frequência, por localização	90
05	Tipos de uso e frequência: síntese por tipo	91
06	Localização dos usos (sistema viário)	91
07	Usos mistos por grupos de quadras	91

INTRODUÇÃO

**Honestidade metodológica ou
Escrita gaguejada em primeira pessoa**

O ponto de partida para este trabalho se dá com uma motivação de tratar do tema *segregação*. Particularmente, de segregação socioespacial em Brasília. Tema vasto e com uma bibliografia de referência considerável.

Parti com esta convicção, mas fui construindo minha abordagem de forma gradual, ao longo do mestrado. Num primeiro momento, pensei em focar as escolas-classe das superquadras do Plano Piloto, uma vez que seu público atendido, ao contrário da proposta original das unidades de vizinhança, coincide muito pouco com as pessoas que ali residem. Sendo estas escolas a própria justificativa¹ da organização espacial das unidades de vizinhança, pareceu-me adequado focar nesta análise.

Um outro enquadramento que depois pensei foi o de análise de forma urbana, comparando regiões metropolitanas brasileiras e realçando extensão, densidade, centralidade como categorias analíticas.

Depois de já ter abraçado um outro enfoque para o trabalho e vê-lo agora concluído, confesso que tenho dificuldade para lembrar porque exatamente o mudei. Evidente que estas transformações fazem parte dos processos que vivi nos últimos (quase) dois anos, das negociações de orientação, das conversas e sugestões em aulas, fossem elas de colegas ou de professoras(es) e mesmo das que surgiram fora do espaço acadêmico.

Trabalhos concluídos carregam uma espécie de certeza. Textos coesos, revisados, discutidos e, por isso mesmo, anteriormente modificados. Acabam por invisibilizar a noção de processo. Os percalços do caminho. E as dúvidas! Dúvidas que tanto contribuem para a confecção do trabalho, mesmo que apareçam no texto final pela sua ausência. Pareceu-me adequado e mesmo importante compor o texto desta maneira: em primeira pessoa, partindo da dúvida – não que intencione chegar com alguma certeza ao final – e expondo as etapas sucessivas de reflexão e pesquisa. Não pretendo com isso sugerir que não tive pressupostos que me guiaram ao longo do trabalho, senão ressaltar as etapas por que passei. De alguma maneira, a ausência de metodologia pronta e acabada foi aspecto crucial para o desenvolvimento da abordagem que, a seguir, passo a relatar:

¹ A justificativa de sua conformação se dá com base numa intenção de priorizar deslocamentos a pé e fora do alcance das vias especializadas de alta velocidade. As escolas primárias aparecem como ponto central de sua organização (tamanho e densidade). Ver Sylvia Ficher, 2003.

Esta dissertação trata de contra-exemplos de segregação urbana, numa perspectiva que tenta encontrar possibilidades outras para além do esquema hegemônico da organização urbana de Brasília.

No primeiro capítulo, sigo uma trajetória que aproxima a segregação socioespacial de uma abordagem mais ampla, entendendo-a como uma das manifestações que compõem uma *sociedade de exceção* – onde a regra imposta baseia-se em estar deslocada de si mesma em sua fundação, sua vigência e aplicabilidade e em sua universalidade. Sigo esta trajetória para chegar ao entendimento de *fissuras urbanas*, que dará base aos dois capítulos seguintes, num esforço de sua caracterização na prática. São estudos de caso, ambos localizados às margens da avenida W3 Sul.

A idéia de fissuras é particularmente interessante para os propósitos deste trabalho, pois é um entendimento que em muito contribui para uma compreensão do fenômeno da segregação, detectando justamente os espaços que escapam, de alguma forma, ao seu esquema hegemônico.

Fissuras surgem como perturbações a uma ordem estabelecida, pontos nos quais é possível localizar rupturas com um sistema que a tudo, todos e todas abarca. São como performances “erradas”, nas quais é possível encontrar agentes que tradicionalmente não ocupam certos espaços deles apropriando-se.

A partir desta apreensão teórica, os capítulos 02 e 03 trazem alguns relatos. São narrativas que se inserem numa perspectiva de uso diferenciado do espaço da cidade, sempre aludindo aos esquemas urbanos aos quais procuram escapar.

No capítulo 02, a partir de entrevistas realizadas com moradoras/es, trago algumas categorias de uso alternativo do espaço residencial nas quadras 700 Sul, passando por: baixa renda, sublocação e fragmentação do espaço doméstico, usos comerciais, moradia em pousadas e ocorrência de um grupo marginalizado – no caso o das travestis.

Já o capítulo 03 narra a trajetória de uma ocupação cultural urbana ocorrida num edifício comercial/residencial da 506 Sul entre setembro e outubro de 2007, a *casa das pombas*. A partir de sua história abordo temas como a função social da propriedade, especulação imobiliária, repressão a movimentos sociais e retomo a discussão sobre centralidade realizada no capítulo 01.

Esta não é uma pesquisa que nega ou intenciona negar o clássico esquema segregado de Brasília. Ao contrário, o capítulo 01 se apresenta justamente como uma busca em nomeá-lo e caracterizá-lo para então, num momento seguinte, vislumbrar algumas possibilidades de sua deturpação. Visa justamente entender como, em meio a um universo circundante nitidamente marcado por antagonismos sociais de classe, renda, raça/cor, surgem exemplos fortes de resistência, transformação e insurgência no espaço urbano de Brasília.

CAPÍTULO 01

A regra da exceção

*uma sociedade na qual as leis sempre foram armas para preservar
privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão,
jamais definindo direitos e deveres*
(Marilena Chauí)

Nesta etapa, tentarei comparar alguns âmbitos de excepcionalidade que nos rodeiam, partindo da noção de *Estado de Exceção*², mas pensando de que maneira ela se configura no espaço – como que num estudo arqueológico de uma materialidade que é viva e está em plena e constante transformação. É uma aproximação entre questões sociológicas e morfológicas que deverá culminar numa análise sobre o modelo urbano empregado em Brasília.

Ao elencar uma série de noções de exceção, busco compreender certos fenômenos que fazem parte, de maneira bastante intrínseca, de uma institucionalização que se pretende total dentro de determinados limites geográficos: a *sociedade*, formada por tudo, todos e todas que são, de alguma maneira, parte de seu contingente territorial. Por tais fenômenos entenda-se tudo aquilo que, mesmo estando incluído (territorialmente, por assim dizer), venha a estar excluído e marginalizado de um entendimento de sociedade que, apesar de suas bases materiais-geográficas, pretensamente se dá em um outro plano – segundo um ideal de convivência harmônica e de pertencimento e entrega.

O percurso efetuado aqui se dará, primeiramente, ressaltando a exceção como figura central e latente da construção desta sociedade. Evocando, posteriormente, a relação que esta exceção possui com o ordenamento do território e, especificamente, a maneira pela qual se estabelece no caso de Brasília.

² Agamben, Giordio. 2004.

1.1 Exceção soberana e a banalização da vida

Em alusão direta à soberania hobbesiana, Giorgio Agamben³ traz a idéia de um contrato social fundante como o primeiro dos mecanismos do estado de exceção. Uma intervenção baseada em violência que dá origem a um certo ordenamento de um certo território. A teoria de Hobbes funciona como uma anedota do menor dos males, trabalhando com a idéia de um tempo imemoriável, no qual a existência humana era a guerra de todas as pessoas entre si – Estado de Natureza. Agamben, no entanto, ressalta a arbitrariedade com que tal ordenamento é constituído e também a constante possibilidade de uma nova arbitrariedade que vise restituir a ordem. É o que pode ser observado, por exemplo, no mecanismo constitucional do *Estado de Sítio*, trazendo para o presente a figura simbólica do *Leviatã*. Assim, “se a exceção é a estrutura fundante da soberania (...) ela é a estrutura originária na qual o direito se refere à vida e a inclui em si através da própria suspensão”⁴.

Agamben compara dois extremos que derivam do arranjo social do ocidente. Este arranjo, ao qual ele denomina *bando*, tem a característica de se remeter a si mesmo por meio de uma estrutura de poder. Um dos extremos deste esquema é justamente a própria estrutura de poder, sendo o outro pólo a total submissão a ela. Há, no bando, uma simultânea força de atração e repulsão entre estes dois pólos de exceção soberana. São os dois extremos deslocados da regra, mas que são parte fundante e necessária da soberania: o poder necessita de uma *vida nua* para existir, pois é ela o elemento político originário. Por vida nua entende-se a ausência de protagonismo político, ao mesmo tempo em que não mais se pode considerar que seja simplesmente uma vida orgânica, pois ela só subsiste dentro da organização social da qual é excluída. A esta vida nua, em nítida oposição ao Soberano, dá-se o nome de *Homo Sacer* – aquele/aquela que pode ser morto/a sem que haja aí um homicídio, ou mesmo algum tipo de sacrifício/ritual. Ainda que aparentemente bastante alegóricas, estas duas imagens merecem ser problematizadas, pois seriam, ainda segundo Agamben, as estruturas originárias e perenes do ocidente.

³ *Homo Sacer*, 2002. *Estado de exceção*, 2004.

⁴ Agamben, Giorgio. *Homo Sacer*, 2002. Página 35.

Com isto, é manifestada a preocupação com a suspensão da norma enquanto mecanismo estrutural do ordenamento jurídico ao qual respondemos. É uma suspensão que não visa aprimorar o arcabouço existente, e sim *inerciá-lo*. Não há, com isto, uma tentativa de se refutar todo e qualquer ordenamento, seja ele jurídico ou não; mas sim a de se questionar a sua vigência enquanto mecanismo eivado de sua própria contradição desde o momento de origem e sempre. Pois se é mesmo necessário que o poder soberano beba e se retroalimente a partir da criação de *hominum saceros*, torna-se patente refletir sobre a possibilidade de outros esquemas, por assim dizer, mais inclusivos e menos contraditórios.

Igualmente preocupado com a criação de um ordenamento jurídico, Antonio Negri⁵ recorre à necessidade de uma constante revisão de preceitos, para que não se incorra em categorias herméticas e imutáveis. Ele formula sua tese com base no entendimento de que o poder constituinte não pode ser um momento anterior ao ordenamento, mas parte integrante e permanente de um processo. É a organização de “(...) uma estrutura dinâmica, de construir uma *forma formante* que, através de compromissos, ordenações e equilíbrios de força diversos, recupera sempre a racionalidade dos princípios, ou seja, a adequação material do político em relação ao social e ao seu movimento indefinido.”⁶ Negri propõe a diferenciação entre poder absoluto e totalitário. O poder constituinte absoluto seria aquele que se recicla permanentemente, sendo identificado com a democracia. Já a tentativa de implantação de uma democracia absoluta – imutável – incorreria em um regime totalitário.

Jacques Derrida⁷, refletindo sobre os limites e diferenças entre lei e justiça, lembra-nos que o poder constituinte implica sempre uma força realizativa inicial, ou seja, uma força de interpretação e um apelo à crença. Com isto, Derrida nos remete, nos moldes do que vimos com Agamben, ao caráter de decisão e ruptura que acompanha a formação de um ordenamento. Existe aí uma tautologia pela qual a origem da autoridade e a fundamentação da lei só podem se apoiar em si mesmas. O que não implica necessariamente numa injustiça ou ilegitimidade, mas nos remete, certamente, ao caráter arbitrário da origem. É justamente nesta capacidade – e

⁵ O Poder Constituinte, 2002.

⁶ Idem, página 423.

⁷ Fuerza de ley, 1997.

necessidade – de se remeter a si que reside o que Derrida aponta como o *fundamento mítico da autoridade* (e da lei). “As leis não são justas enquanto leis. Não se obedece porque sejam justas senão porque têm autoridade.”⁸

Uma das importantes conclusões para as quais aponta Derrida é a de que, para além do respeito às regras estabelecidas, a justiça reside na responsabilidade de nossas ações e decisões, sejam elas concordantes ou não com a norma. E como recurso de responsabilidade, é fundamental fazer uso de um vasto processo de desconstrução do direito: ele é essencialmente desconstruível, pois está alicerçado em um amalgama de sedimentos e interpretações. A busca por justiça deve estar amparada por este processo, ainda que ela – a justiça – não seja desconstruível; ela é a própria desconstrução. “(...) de um lado a justiça (infinita, incalculável, rebelde à regra, estranha à simetria, heterogênea e heterótropa) e de outro, o exercício da justiça como direito, legitimidade ou legalidade, dispositivo estabilizante, estatutário e calculável, sistema de prescrições reguladas e codificadas”.⁹ Derrida aponta igualmente um sério limite prático para sua digressão, já que o direito, em sua justificativa, se pretende exercer em nome da justiça, ao passo que desta última, para sua inteligibilidade, exige-se que seja instalada no seio de um ordenamento jurídico a ser posto em prática, inevitavelmente, com o uso da força... E mais uma vez voltamos à estaca da arbitrariedade e da violência!

A fragilidade da política no mundo ocidental é também esboçada por Hannah Arendt, preocupada com as nefastas conseqüências de um regime totalitário.

Em *A Condição humana*, Arendt traça uma genealogia da vida pública desde a fundação da polis grega¹⁰, reconhecendo aí a inauguração da tradição ocidental. Para tanto, designa a expressão *Vita Activa*, compreendida por três atividades humanas fundamentais: labor (processo biológico do corpo humano), trabalho (artificialismo da existência humana) e ação (capacidade de modificar o curso da história humana por

⁸ Idem, p. 29.

⁹ Idem, ibidem; p. 50 – “(...) de un lado la justicia (infinita, incalculable, rebelde a la regla, extrãna a la simetria, heterogênea y heterótropa), y de otro, el ejercicio de la justicia como derecho, legitimidad o legalidad, dispositivo estabilizante, estatutorio y calculable, sistema de prescripciones reguladas y codificadas.”

¹⁰ A política é exercida em sociedade e identificada na Grécia Antiga com os assuntos da Polis, os quais surgem em oposição ao modelo organizacional das *gens* (pré-Polis), que por sua vez tinham por base as relações de parentesco. É, portanto, o surgimento da estrutura da Polis grega, um divisor das responsabilidades e atribuições das esferas pública e privada.

meio de atos). A cada uma das três atividades corresponde uma condição humana. Assim, labor é identificado com a própria vida, trabalho é visto em termos de mundanidade (transformação de algo material) e a ação é vista em termos da pluralidade humana. Todas essas atividades estão relacionadas com a política, mas a ação em especial, pois a pluralidade é a condição de toda vida política.

Arendt demonstra que estas três atividades encontram-se sempre hierarquizadas. Partindo da Grécia pré-socrática, descreve a hegemonia da ação, quando era ela a responsável pela distinção entre vida pública e privada. A esfera privada era definida em termos de privação, ou seja, era a esfera de recolhimento, onde a atividade fundamental era o labor (manutenção da própria vida). Além disso, era o terreno da privação em detrimento de uma figura patriarcal: da ausência de igualdade entre os *homens*. Arendt não se atém, em sua análise, nesta centralidade do patriarcado como fonte de privação dentro da organização familiar, na medida em que isto já faz parte do ordenamento jurídico. Se havia esta forte separação entre esferas pública e privada, isto não significa que esta última não se encontrava extremamente regrada. E é justamente para manter a igualdade entre os *homens* que encontramos um forte indício da presença do *homo sacer* entre os pré-socráticos (exclusão prevista em lei). *Homens* são, neste caso, literalmente aqueles do sexo masculino e não uma metonímia para seres humanos – excluindo ainda, além da mulher, o estrangeiro, o escravo e o filho perante seu pai. É bem verdade que, diferentemente das democracias contemporâneas, a grega clássica não se propunha a incluir todos estes *hominum saceros* dentro do ordenamento jurídico enquanto cidadãos. Mas ao não fazê-lo promoveu uma exclusão inclusiva, pois se tratava de figuras centrais para a manutenção da sociedade e suas instituições. Ao mesmo tempo, podemos verificar aí também uma inclusão excludente. Derrida ressalta, em uma passagem de *Força de Lei*, que existe um lugar de fala e de entendimento bastante específico sobre o que vem a ser *nós, os homens*: nós, os europeus, adultos, homens, brancos, carnívoros e capazes de sacrifícios¹¹.

Esta separação entre esfera privada e pública marca justamente a passagem entre o reino da necessidade e o da pluralidade. São dois papéis sociais diferentes a

¹¹ “Por otra parte hubo un tiempo, que no es lejano ni ha llegado a su fin, en que ‘nosotros los hombres’ quería decir ‘nosotros los europeos adultos varones blancos carnívoros y capaces de sacrificios’.” (p. 42).

serem desempenhados por todo cidadão, porém, como já vimos, nem todas as pessoas estavam aptas a receber este título. Deriva daí um arranjo que, inevitavelmente, desnuda a vida; se não a de todas as pessoas, ao menos de algumas que foram eleitas como *homo sacer*. Esta passagem da necessidade à pluralidade lembra, ainda, a do estado de natureza ao mundo político, com uma ruptura que abarca a todas/todos, mas que distribui papéis diferenciados e pautados por relações de subalternidade.

A inevitabilidade do *homo sacer* já na democracia clássica só aparece de forma marginal nos escritos de Arendt, mas bastante nítida no que se refere à modernidade¹². A partir de uma análise feita por Rousseau, ela discorre sobre a intimidade, demonstrando a mudança do conteúdo da esfera privada na era moderna. Se anteriormente privação era vista no sentido de necessidades para a própria existência, o que Rousseau nos mostra ao relatar a intimidade é que esta não mais se opõe ao público, mas a uma nova categoria: o social. Arendt identifica, então, o social como uma terceira esfera, nem privada nem pública, mas que rompe com o abismo até então existente entre elas. Surgida na era moderna, a esfera social encontra sua forma política no estado nacional.

A formação da sociedade moderna gera uma nova percepção de igualdade. Se esta igualdade era exercida no seio da política, na esfera pública e estava identificada com a não hierarquização dos *homens*, para a modernidade, o social permeia a igualdade, mas que é vista em termos de padronização – tendência de “(...) normalizar os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada”.¹³

Tendo o termo igualdade perdido seu aspecto político, fica evidente a fragilidade de uma esfera pública nos nossos dias. A sociedade passa a ser vista

¹² O panorama de Hannah Arendt enfatiza ainda a diferença entre público e privado em alguns outros momentos. Esta nítida separação entre as duas esferas começa a ser minada já no período grego clássico, à época da filosofia socrática e, em especial, com Platão. A contemplação do mundo assume a hegemonia que antes pertencera à ação e a separação entre governantes e governados acaba por destruir a essência política nos moldes aqui vistos, pois eliminou a possibilidade de ação e de igualdade entre as pessoas. Na Idade Média, época de ascensão e hegemonia do cristianismo no ocidente, este abismo entre as esferas era igualmente pertinente, ainda que tenha havido uma migração dos significados de cada uma delas. O privado passa a significar todas as atividades humanas (trevas da vida diária) em oposição ao esplendor do sagrado.

¹³ Arendt, Hannah. *A Condição Humana*, 1995 (p. 50).

como uma grande família em macroestrutura (sentido de nação) no que tange à convergência de interesses. E como grande família é factível analisá-la à luz do conceito de esfera privada, o que conseqüentemente nos remete ao seu caráter de privação, que por sua vez possibilita a compreensão do porquê da exaltação da atividade laboral: “A sociedade é a forma na qual o fato da dependência mútua em prol da subsistência, e de nada mais, adquire importância pública, e na qual as atividades que dizem respeito à mera sobrevivência são admitidas em praça pública”.¹⁴ A política perde espaço para uma disputa entre o privado e o social, caracterizando uma sociedade de massa e passa, igualmente, a subsistir como subordinada à economia.

Arendt ressalta o papel da tecnologia como um (potencial) diferencial nas posturas políticas do ocidente, que possibilitaria abdicar da relação fundante de subalternidade e exclusão-inclusiva/inclusão-exclusiva. No entanto, o que vemos hoje é justamente um agravamento desta relação: ao mesmo tempo em que se expande o alcance da cidadania, o *homo sacer* não deixou de existir; ao contrário, a vida nua permeia, agora, potencialmente, todo e qualquer sujeito. O efeito parece ser ainda mais perverso e o resultado disto é o que Foucault denominou como biopolítica: um controle de poder que se estende à natalidade e à mortalidade, num fazer viver e deixar morrer que atinge indivíduos e também populações inteiras. É o que ressalta também Agamben ao relatar o *homo sacer*: é uma inclusão em comunidade que se dá tão somente pelo nascimento – e que depois disso se encontra à deriva e sujeita à matabilidade.

Mas se a natalidade possui, neste contexto de biopolítica, um significado de mera inclusão, Hannah Arendt nos lembra que é também a eterna possibilidade de recomeço. Citando Santo Agostinho, faz a diferença entre *principium* (início do mundo) e *initium* (começo representado pelo ~~homem~~ pelas pessoas). A natalidade é também a própria possibilidade de se dar início a algo novo. Neste sentido, aproxima-se bastante do poder constituinte nos moldes do que Negri propõe: “(...) se traduz em projeto criativo, em plena dilatação da potência. Justamente ao tomar as contradições e os conflitos entre as paixões como pano de fundo do processo, o poder constituinte

¹⁴ Idem, p. 56.

se realiza como tendência: ele se reabre sempre, e sempre se redefine como absoluto nesta reabertura.”¹⁵

A biopolítica, atrelada que está à ideologia liberal, nos coloca diante de um impasse, pelo qual o Estado acumula cada vez mais poder de administração, ao mesmo tempo em que se esquivava, cada vez mais, de várias responsabilidades e atribuições. Zygmunt Bauman¹⁶ nos traz a imagem de um *Estado Jardineiro*, responsável verdadeiramente pela manutenção da vida, seja ao ser cultivada ou ao ser podada – o jardineiro é aquele que controla ao máximo os surgimentos e rumos que poderão haver dentro dos limites do jardim. Encontra-se aí uma forte limitação para a pressuposição de que vivemos numa sociedade de iguais, pois o próprio Estado é responsável pela criação e manutenção de assimetrias brutais. Neste sentido, aproxima-se bastante do *Estado Modernizador* que Milton Santos¹⁷ nos relata: possui papel indispensável diante do fato de uma dimensão tecnológica passar a “contaminar” os instrumentos de trabalho e equipamentos que se tornam indispensáveis à vida coletiva. Por ultrapassarem as possibilidades individuais, recaem nas mãos do Estado, e de forma que a possibilidade instrumental de diminuir assimetrias se torna justamente o seu contrário: fabricação de um fosso e alimentação de uma relação de dependência – um eterno processo de reforço ao centro, o que será melhor trabalhado na seção seguinte.

Até aqui fiz um percurso que pretendeu descrever a excepcionalidade e fragilidade com que a vida pode vir a ser tratada. E, ao ser descrita dentro de um arranjo institucional e de um ordenamento jurídico, fica nítida a dualidade com que opera o Estado. Dualidade não como maniqueísmo, mas como seletividade de atribuições, intenções e favorecimentos, ainda que por trás de uma máscara de neutralidade e igualdade. Dual como farsa, na medida em que se coloca fora da lei para fazer a lei. Dual enquanto anti-revolução permanente (congelamento do *status quo*) a serviço de um grupo que toma de assalto o poder.

¹⁵ Negri, Antonio. *O Poder Constituinte*, p. 424.

¹⁶ Modernidade e Ambivalência, 1998.

¹⁷ *O Espaço dividido*, 1979.

Este caráter dual certamente deixa marcas por onde passa, sejam elas simbólicas e incorporadas na vivência de cada um(a), ou mesmo marcas materiais. Nas seções seguintes, será dada ênfase justamente à maneira como estes questionamentos podem vir a se desdobrar pelo território, e particularmente no caso de Brasília.

1.2 A Cidade contemporânea, suas marcas e suas lógicas

Uma das grandes dificuldades em se conceituar o que venha a ser uma cidade se dá pelo imenso lastro de experiências e entendimentos que o termo traz consigo. Ainda que não haja um conceito consensual de cidade, algumas características são recorrentemente descritas por diversos autores.

Weber trabalha com uma tipificação de cidade. Para dar conta de um universo amplo de realidades urbanas busca alguns modelos representativos do que seja comum a todas elas. Deriva daí a idéia de estabelecimento compacto – amplo, porém conexo – onde seus/suas habitantes vivem, em sua maioria, do produto da indústria e comércio. Weber salienta ainda que deve haver uma diversidade de ocupações industriais e intercâmbios regulares de mercadorias e está particularmente interessado nas novas realidades sociais que surgem com as aglomerações urbanas.¹⁸

Louis Wirth, representante da Escola de Chicago, coloca que uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos.¹⁹

Henri Lefèbvre (1969) traz uma definição de cidade como projeção, no solo, das relações sociais. Simmel, assim como Weber, ressalta o individualismo da sociedade contemporânea ocidental. Para este autor, o tipo metropolitano é aquele que convive com uma intensificação dos estímulos nervosos e com o predomínio da

¹⁸ Weber (1967) busca entender as especificidades do modelo europeu de cidade que propiciaram o surgimento de Estados Nacionais e do capitalismo naquele continente.

¹⁹ Wirth (1967) p. 104.

razão sobre a emoção. O resultado disto sendo a atitude *blasé*, uma incapacidade de reagir a novas sensações com a energia *apropriada*.

Estas conceituações, mais que um entendimento uníssono, permitem falar em cidade enquanto um mosaico de significados sobrepostos, um conjunto de sedimentos cristalizados num mesmo território, mas que possuem também um significado econômico, político, social e cultural. Em outras palavras, há certos modos de vida que são próprios ou facilmente identificados com a realidade urbana, ao mesmo tempo em que estes mesmos significados possibilitam o aparecimento da própria realidade urbana. Desta forma, por meio de contribuições morfológicas e sociológicas, é possível vislumbrar uma convergência que culmina na formação das cidades.²⁰

A esta percepção da cidade como mosaico é necessário acrescentar a sua perenidade enquanto estrutura espaço-temporal: um mosaico que representa uma evolução ao longo do tempo e que cria marcas e lógicas de expansão no território. A cidade, enquanto institucionalização de práticas humanas e tradições, representa uma espacialização do tempo. Concomitantemente, a identificação de tais práticas com um determinado território representa a temporalização de um dado espaço: é o encontro de indícios, partilhando um mesmo ambiente, de momentos históricos anteriores com seus desdobramentos até o presente, permitindo captar processos de construção, sejam eles materiais ou não – usos e simbologias atribuídos aos lugares também fazem parte da construção da cidade, inclusive modificando/adaptando sua corporificação.

²⁰ Uma discussão mais detalhada sobre a dupla influência entre espaço e sociedade pode ser encontrada em Frederico Holanda (2003, capítulo 01), que nos fala da Arquitetura enquanto variável de análise dependente e independente. O espaço é também catalisador de eventos e transformações sociais, ainda que não os determine.

1.3 Marcas no território

É com esta idéia de marcas no tempo e no espaço que trabalha Philippe Panerai.²¹ Este autor recorre aos rastros que ficam impressos no território, numa análise morfológica, mas que denunciam conjuntamente modos de vida urbanos, lógicas de atuação humana no espaço.

Panerai nos fala do modelo *radioconcêntrico* europeu de cidade, que está associado ao enclausuramento na Idade Média, quando havia a necessidade de se buscar proteção por meio de muralhas. Porém, mesmo após a derrubada destes muros de proteção, suas marcas tendem a permanecer no território por meio de bulevares periféricos e avenidas radiais que definem a organização do território (é a ocupação de vazios com o tempo, seja pela expansão urbana ou pela re-qualificação de espaços já urbanizados). Mas Panerai formula a hipótese de que, além desta função de defesa,

o modelo radioconcêntrico expressa (...) não apenas uma representação de cidade, mas também uma representação do mundo e uma representação do poder.

Naquela época [até o século XIX], as grandes capitais européias ainda eram os locais incontestáveis de comando. E os conflitos internos que – das campanhas de Napoleão I à Guerra de 1914 – jogam constantemente seus povos uns contra os outros não afetam a supremacia européia sobre o resto do mundo, o qual, à exceção dos Estados Unidos e do Japão, permanece até meados do século XX dominado pelos grandes impérios coloniais.²²

Além do modelo radioconcêntrico, Panerai discorre sobre outros esquemas de cidade, salientando, por exemplo, o modelo em *malha*, no qual o território é organizado em extensão e para uma rápida expansão. É o que se tem ao longo do rio Nilo, desde o Egito Antigo, onde o traçado quadriculado dos campos de irrigação comandou a forma de ocupação do território. Do mesmo modo ocorreu com os

²¹ *Análise urbana*, 2006.

²² *Idem*, p. 16 e 17.

acampamentos militares do Império Romano enquanto célula de expansão. Ou ainda nas Américas Espanhola²³ e do Norte. Nesta última, particularmente após a independência dos Estados Unidos, a

quadricula irá fornecer um instrumento único para o desenho das cidades e para a conquista do território. Mais oportunista que o traçado lentamente sedimentado da cidade européia, a grelha americana apodera-se do território e permite a coexistência de diferentes densidades, programas e arquiteturas. Deste ponto de vista, ela é moderna. Ela acolhe igualmente as mansões dos subúrbios e os arranha-céus da City (...) Ela só conhece limites provisórios, lança-se sobre o território e associa a organização da paisagem à circulação.²⁴

Uma terceira marca no território de que nos fala Panerai é a dos *caminhos*: locais de passagem que dão origem a assentamentos, percursos que se cruzam e possibilitam formar comércios, aglomerar populações, sedentarizá-las e criar cidades. Os caminhos são ainda as marcas no território que tendem a maior perenidade, uma vez que as edificações, com seus gabaritos e utilizações, são mais permeáveis às inovações tecnológicas e dinâmicas de crescimento urbano: uma rua pode mudar de feições inteiramente ao longo de um século ou mesmo de um par de anos, porém, muito mais dificilmente deixará de ser um caminho, uma conexão (figura 01 e 02).

Além disto, os caminhos adquirem uma relevância ainda maior quando se tem em mente o urbanismo da era industrial e sua maior relativização do espaço. Veículos motorizados (assim como os meios de comunicação) permitem percursos mais longos em tempos curtos e, assim, uma maior fragmentação do espaço urbano contemporâneo.

Caminho, malha e radioconcentrismo denotam três lógicas de apropriação do território, mas que, da mesma forma que em Weber, funcionam como modelos ideais. Ainda que haja o predomínio de um desses três conceitos, a tendência é que eles se

²³ As Leis da Índia, de 1573, reúnem em um único documento as regras de ocupação territorial nas colônias espanholas. Partindo-se da *plaza mayor*, sede do poder, uma trama quadriculada dava origem aos quarteirões.

²⁴ Idem, p. 20

entrelacem com certa facilidade e mesmo fluidez no espaço, afinal, eles são o componente morfológico da ocupação humana no território.



Figura 01 e 02: Avenida paulista no início do século XX e em sua configuração atual.
Fonte: www.prodiam.sp.gov.br, www.estiagem.com.br/imagens.

1.4 A Cidade ilegal

A lógica fragmentária da cidade contemporânea está expressa de forma ainda mais contundente nos espaços marcados por ilegalidade. Ilegalidade deve ser vista aqui de diversas maneiras, mas principalmente enquanto realidade (posse) fundiária e informalidade econômica. Daí decorrem diversas outras ilegalidades, mas que não obedecem a uma lógica de causalidade e efeito.

Em *Estética da ginga*, Paola Jacques, interessada nas lógicas de ocupação e expansão das favelas, parte da escala do abrigo e chega à sua reprodução no território. Fragmento (abrigo), labirinto (favela) e rizoma (favelas) são suas categorias analíticas. Mais uma vez, por meio das marcas no território, é possível perceber uma lógica que carrega em si os vestígios da organização social destas comunidades²⁵. Em se tratando de áreas sem regularização fundiária, o caráter labiríntico funciona mesmo como uma proteção, uma esQUIVA ou um esconderijo. A favela carioca, objeto específico de Paola, reflete ainda melhor o esquema labiríntico, haja vista que, em geral, é ocupação de morro (o próprio relevo contribuindo para a formação de caminhos tortuosos).

Se o tempo deixa marcas no território, no caso das favelas isto se dá de forma ainda mais rápida, uma vez que o movimento é a sua própria síntese cotidiana.²⁶ O processo de auto-construção não encontra limites, havendo sempre incrementações, expansões e substituições de material conforme as possibilidades do indivíduo/família. Ou, de acordo com Brasilmar Nunes,

tudo que superficialmente parece um caos, mas que na verdade é produto de uma certa lógica de relações entre os agentes sociais, significa simplesmente que existe um processo permanente de produção da cidade, que faz do seu espaço físico um elemento em constante mutação.²⁷

A identificação de enclaves de violência com regiões de baixa renda e, particularmente, onde não há regularidade da posse fundiária, não é em si falsa, mas de tão simplista acaba por se tornar equivocada. Há mesmo uma série de estatísticas

²⁵ Assim como o território também deixa marcas no corpo. É o que sugere o próprio título da obra, *Estética da Ginga*, traçando uma correspondência entre a origem do samba carioca e o cotidiano da favela, do corpo que se adapta ao constante imprevisto, à curva e às *quebradas*, ao molejo fácil etc.

²⁶ Jane Jacobs, em sua crítica ao urbanismo Modernista, faz uma colocação análoga, ao explorar os mecanismos que geram diversidade de uso e ocupação numa cidade. A diversidade não pode ser um fim em si mesma, pois é um processo dinâmico, do qual pode decorrer mesmo o seu contrário. Como numa rua que, de tão próspera, atrai tantas ocupações semelhantes e acaba por afugentar outras menos nobres.

²⁷ Nunes (2004) p. 43.

que comprovam esta penetração desigual da violência ao longo do território.²⁸ No entanto, parece-nos muito mais adequada a compreensão de que os enclaves de pobreza são hospedeiros do crime organizado, denunciando um espaço de exclusão social e omissão do Estado.

A criminalidade se favorece da pobreza, que se torna funcional para o crime e este contribui para aumentá-la, até mesmo gerando novas exclusões pela via da inclusão de jovens pobres no vício e na criminalidade, na cooptação das comunidades carentes e no descrédito nas instituições da sociedade organizada.²⁹

Se por um lado é possível associar os altos índices de violência urbana aos enclaves de pobreza, por outro, não há como dissociar estes últimos do próprio processo de urbanização.

As grandes cidades são vistas como fonte de oportunidades e são o destino último de sucessivas levas de migrantes. Grande parte dessas migrações se deve à expulsão da população do campo. Paul Singer lança mão de duas categorias distintas e antagônicas de expulsão: fatores de mudança (aumento da produtividade, emprego de máquinas, grandes latifúndios) e fatores de estagnação (falência da produção de subsistência) que, combinados com fatores de atração aos centros urbanos, resultam em periferias populosas e carentes. Singer enxerga a marginalização do/da migrante como um resultado necessário e estrutural do processo de individualização capitalista, funcionando como reserva de mão-de-obra.³⁰

A análise de Milton Santos em *O Espaço dividido*, ainda que focada em um referencial espacial e econômico, é bastante próxima à de Agamben no que diz respeito à cisão de dois pólos antagônicos subsistido na mesma sociedade. Santos constrói uma *teoria espacial* a partir da seletividade do espaço quanto à produção e consumo (de bens): se por um lado a produção é concentrada em certos pontos do território, o consumo responde a forças de dispersão, mas que ainda assim se dão de

²⁸ Costa e Nogales (2005). A análise dos autores está focada na apreensão multidimensional da violência urbana, particularizando o caso do Distrito Federal.

²⁹ Ferreira e Penna (2005), p. 72.

³⁰ Paul Singer, 1976.

forma descontínua: existe uma seletividade social formada pela capacidade diferenciada de consumo. Decorrem daí dois circuitos econômicos urbanos, um superior e um inferior – o primeiro caracterizado por modernização tecnológica, monopólios e redes transnacionais; o segundo por atividades de pequena dimensão, destinadas às populações pobres. Santos salienta que, se estes dois circuitos são responsáveis pelo processo de organização econômica, o são também pelo espacial. E refuta a idéia de que o circuito inferior (CI) seja uma etapa a ser superada para uma situação em que as desigualdades seriam apagadas. O CI é sinônimo de pobreza, possuindo um aspecto residual: aquilo que não foi absorvido pelo circuito superior, ao mesmo tempo em que funciona como motor deste último – é um mecanismo de sua retroalimentação, ainda que num crescente aumento do fosso que separa os dois circuitos.

Sua análise se orienta para a recusa de uma necessidade de crescimento econômico e de produtividade, pois estes indicadores estão calcados em valores puros. São falsos e arbitrários se não estiverem atrelados a uma melhor distribuição destes recursos: é a produtividade social e não a econômica que poderá reverter este quadro. “O problema é menos tecnológico que político, trata-se de tirar da produção o papel verdadeiramente autônomo que lhe é dado atualmente, e de colocá-la, literalmente, a serviço da sociedade.”³¹

Esta apreensão estrutural da pobreza urbana é também descrita por Ermínia Maricato³². A dicotomia *Cidade Oficial* e *Cidade Illegal* é mesmo indissociável, na medida em que o ilegal não é o ainda não oficializado, mas uma condição latente e estrutural do padrão de vida urbano alcançado por apenas uma parte da cidade. Maricato nos fala de uma modernização incompleta e excludente e estrangeira à realidade brasileira.

Esta modernização, ainda segundo a mesma autora, está calcada em uma matriz modernista/funcionalista de planejamento urbano, o que pode ser um pouco simplista diante da diversidade e longa história da urbanização brasileira, mas que parece bastante plausível no caso de Brasília. Se esta matriz alcançou alguns resultados expressivos nos países capitalistas centrais, eles são fruto de uma “reforma urbana” que garantiu o amplo direito à moradia, mas não o direito à cidade,

³¹ Santos, Milton. O Espaço dividido, p. 209.

³² As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias, 2000.

resultando em extensos subúrbios dependentes do aglomerado urbano central. Já nos países periféricos, suas conquistas são ainda mais ambíguas, visto que a cidade modernista (cidade oficial) convive com uma outra de dimensões muito semelhantes (e até mesmo maiores) que é pautada pela exclusão urbanística: a cidade ilegal.

Ainda que inserida neste contexto da matriz modernista/funcionalista de urbanização, Brasília exige uma análise diferenciada, pois conta com uma realidade fundiária bastante específica (monopólio estatal em sua origem). Apesar das fortes pressões migratórias que vem sofrendo ao longo de sua história, por não ter tido que lidar efetivamente com desapropriações fundiárias para assentar estas populações, o modelo de ocupação/gestão urbana empregado propiciou a formação de uma metropolização de baixíssima densidade e vasta extensão.

1.5 Brasília e a preservação da segregação

1.5.1 Uma história de exclusão

Brasília encerra em si uma série de contradições que perpassam seu nome, sua história, sua organização espacial, sua qualidade de vida e uma infinidade de outros campos. Como existências plurais e até mesmo antagônicas abarcadas por um mesmo título, que não correspondem exatamente a diversidade, mas principalmente a segregação.

O próprio nome *Brasília* designa duas realidades urbanas: é o Plano Piloto de Lucio Costa, patrimônio cultural da humanidade, e também uma das regiões metropolitanas do país, que tem o mesmo Plano Piloto como centro de influência e poder, mas que engloba todo o território do Distrito Federal e mais uma série de municípios dos Estados vizinhos de Goiás e Minas Gerais – Ride³³ (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno). Para os propósitos deste trabalho, Brasília deve ser entendida não como o Plano Piloto, mas como todo o seu território

³³ Lei Complementar nº 94 de 19 de fevereiro de 1998.

de influência. Porém, mesmo essa visão mais global de Brasília será aqui problematizada, por representar um modelo peculiar de formação metropolitana, no qual a ocupação é polinuclear e não conurbada, criando dificuldades de se avaliar a real influência dos “municípios” componentes entre si.

No que tange à sua história, desde a época de sua construção, Brasília é marcada por conflitos e contradições: candangos e candangas – pioneiros/as construtores do Plano Piloto –, a princípio, só foram contemplados/as na condição de mão-de-obra da construção civil. Não havia lugar para esse grupo segundo o plano urbanístico de Lucio Costa e nem segundo o plano de gestão urbana do governo de Juscelino Kubistchek. Inúmeros conflitos foram deflagrados mesmo antes da inauguração da cidade (Carvalho, 1992 e Holston, 1993). Já em 1958 é implantada a primeira cidade satélite, Taguatinga, numa tentativa de conter a pressão dos assentamentos clandestinos e dos acampamentos de construção nas proximidades de Brasília. É dessa forma que o modelo esgarçado e polinucleado do Distrito Federal teve origem, numa contradição que tinha a cidade ideal planejada por um lado e uma realidade social extremamente desigual por outro. O candango funciona mesmo como um exemplo concreto da presença do homo sacer. A maneira como eram tratadas as constantes mortes nos canteiros de obra mostra bem isto.

A favelada Taguatinga de 1958 é hoje o segundo pólo empregatício da Ride e que, se não rivaliza com o Plano Piloto, possui um padrão de renda cada vez menos distante deste. De uma maneira geral, na medida em que os custos de moradia no Plano Piloto foram encarecendo, as cidades-satélites mais próximas passaram a absorver grande parcela de seus antigos habitantes. E a expulsão de sua população tem significado também a expulsão da população da periferia imediata, a qual vai sendo *gentrificada*³⁴, mas com o agravante de sua expulsão nunca ter partido do centro urbano, mas de localidades já distantes para outras ainda mais afastadas e com ainda menos infra-estrutura.

Processo análogo a este é a ocupação, pela classe-média, de áreas mais próximas ao Plano Piloto, porém não destinadas originalmente ao uso urbano,

³⁴ Gentrificação é um termo que se refere à elitização de espaços centrais da cidade, provocando a expulsão de populações de baixa renda.

formando condomínios murados.³⁵ Muitas vezes são loteamentos irregulares, muitos dos quais construídos sobre áreas de proteção ambiental.

Tal modelo de ocupação reproduz com bastante força a segregação espacial típica de Brasília: a liberdade de espaço da superquadra aproxima-a, em termos morfológicos, dos condomínios fechados. Os artificios são distintos, mas em ambos os casos uma porção do território é destacada fisicamente do restante do tecido urbano, havendo ali uma identificação prioritária e quase exclusiva com seus próprios/as moradores/as.³⁶

Brasília tem dado as costas, sistematicamente, às camadas populacionais de baixa renda, em uma dinâmica urbana que cria guetos de proporções gigantescas, os quais não são identificados com bairros, mas com cidades inteiras: cidades de baixa renda em oposição ao Plano Piloto, cidade elitizada. O confronto entre essas realidades antagônicas é aqui visto como um modelo que culmina em um padrão muito alto de segregação espacial e, conseqüentemente, de oportunidades de emprego, lazer, acesso a bens e serviços, qualidade de vida. Desta forma, torna-se necessário questionar a noção de centralidade em Brasília.

1.5.2 Centralidade e excentri-cidade

A pluralidade de significados que o nome *Brasília* traz consigo pode ser estendida ao conceito de centro urbano. A noção de centralidade em Brasília pode ser percebida, ao menos, de três maneiras:

A primeira delas é a noção original do centro urbano, tido como a região de cruzamento dos eixos *Rodoviário* e *Monumental* e onde se encontram as escalas *Gregária* e *Monumental* do Plano Piloto. Numa visão de cidade monofuncional e administrativa³⁷, é o setor de trabalho, de confluência diária de toda a classe trabalhadora (a exceção, talvez, dos pequenos comerciantes que deveriam atender às necessidades básicas das unidades de vizinhança). É sem dúvida a região mais

³⁵ Vianna, 2005.

³⁶ Holanda, 1985.

³⁷ Ficher e Palazzo, 2005

movimentada do Plano Piloto, mas que é povoada quase que exclusivamente no período diurno, numa associação direta com as jornadas de trabalho. Esta é uma observação válida ao menos no que se refere à movimentação nas ruas e espaços abertos. A Escala Gregária compreende, por exemplo, um setor de hotéis, o qual possui ocupação prioritariamente intramuros. Da mesma forma temos o Teatro Nacional e os centros comerciais Conic e Conjunto Nacional.

A segunda noção de centralidade em Brasília está associada à formação de uma região metropolitana, na qual o Plano Piloto como um todo, e não mais somente o cruzamento dos seus eixos, pode ser percebido como o centro do aglomerado urbano. Essa noção de centralidade se dá igualmente em função de questões trabalhistas, criando novamente uma distinção entre local de moradia e local de trabalho (este último definindo o centro urbano – centro funcional). Mais uma vez impera a noção de ambigüidade dos conceitos rígidos estabelecidos para a Brasília planejada, uma vez que as áreas pré-determinadas como sendo setores residenciais se tornam local de trabalho para muitos/as daqueles/as que não encontraram lugar de residência no Plano Piloto³⁸. Assim como no primeiro caso de centro urbano descrito acima, existe aqui uma noção de segregação espacial que é inerente ao plano de Brasília, que diferencia local de residência de local de trabalho. A este segundo caso, aliada à segregação espacial está a segregação social entre as pessoas que moram no centro e as que moram fora dele. Esta segregação fica bastante evidente ao se constatar o nível de dependência econômica do aglomerado urbano de Brasília com relação ao Plano Piloto. Este último, responsável por menos de 10% da população do DF, reúne, 70,52% dos seus empregos.³⁹

Uma terceira apreensão de centro urbano pode ser obtida com o instrumental da sintaxe espacial (Holanda, 2001 e 2003). Utilizando-se do conceito de eixos axiais, o sistema urbano fica reduzido a segmentos de reta que correspondem às vias urbanas. Desta forma, pela acessibilidade de cada uma destas linhas frente ao

³⁸ A princípio por determinação da gestão do uso do solo: só fixaria residência no Plano Piloto quem fosse integrante da burocracia estatal federal. A partir de 1966, quando as unidades residenciais funcionais começaram a ser vendidas, o critério passou a ser o econômico, no qual a especulação imobiliária tornou inviável que mesmo uma parcela dos que já habitavam o Plano Piloto pudesse ali permanecer (Holston, 1993).

³⁹ O Censo 2000 do IBGE traz uma população de 2.051.146 habitantes no Distrito Federal e 198.422 para o Plano Piloto (em se tratando da RIDE a população sobe para mais de 3 milhões). As estimativas de postos de trabalho são do Ministério do Trabalho (2002).

restante do sistema é possível determinar quais delas são mais integradas ao conjunto e, conseqüentemente, onde está o seu centro morfológico. A aplicação dessa técnica ao aglomerado urbano de Brasília demonstrou que seu centro não está no cruzamento dos Eixos Rodoviário e Monumental, e tampouco dentro do próprio Plano Piloto. Mais significativo ainda, diante da perspectiva de que o núcleo integrador pode deslocar-se no espaço, é constatar que ele nunca esteve dentro dos limites do Plano Piloto. As linhas mais acessíveis do sistema encontram-se deslocadas a oeste/sudoeste do Plano Piloto, justamente a região que tem sido indicada, em diferentes ocasiões⁴⁰, como prioritária para a expansão urbana do Distrito Federal.

Tomando-se qualquer um dos três exemplos anteriores, percebe-se a existência de um forte fator de excentricidade do centro urbano de Brasília, pela marcada oposição entre local de trabalho e de residência. Além disto, essa excentricidade é um fundamental componente e agravante da segregação socioespacial brasiliense.

⁴⁰ PEOT (1977), Brasília Revisitada (1987) PDOT (1992), Revisão do PDOT (1997). Referências mais completas encontram-se em Prudente (1999).

1.5.3 Brasília em 5 escalas



Figura 03 e 04: Escalas tombadas e Brasília metropolitana
fonte: www.geocities.com/TheTropics/3416img509.imageshack.us/img509/3854/distritofederalyp8.jpg

Um dos pontos mais polêmicos da obra de James Holston (1993) se dá ao relatar a desaprovação de Brasília por seus habitantes. Holston baseia-se na oposição entre a capital, cidade modernista, e alguns exemplos tradicionais (pré-industriais) do urbanismo brasileiro. Ainda que sua crítica encontre o respaldo de muitos/as moradores/as da cidade, incluindo o próprio autor deste texto, Brasília é amplamente aprovada por seus habitantes. Há inúmeras pesquisas que o comprovam. Contudo, não nos interessa, neste trabalho, recorrer a nenhuma delas a fim de medir o grau ou porcentagem de sua aprovação, pois a crítica que aqui se faz é de outra ordem: apesar de uma possível aprovação do modelo urbano empregado na capital brasileira, a ele está vinculado um regime de segregação espacial que possui conseqüências sociológicas contundentes.

Brasília não pode ser vista como causa de problemas sociais que são comuns ao restante das grandes aglomerações urbanas do Brasil ou mesmo do mundo, mas nem por isso deve-se anular a contribuição que é dada pela ocupação dispersa de seu território. O percurso efetuado até aqui se deu justamente na tentativa de demonstrar que há, impresso no território candango, a velha e conhecida urbanização excludente, mas com certos requintes de crueldade...

A preservação de Brasília funciona como manutenção do seu mito de fundação. É a emolduração de um esforço de transferência da capital para o interior

do país, de um símbolo de desenvolvimento e modernidade, do prestígio da Arquitetura Moderna brasileira, de uma certa visão do que venha a ser a nação brasileira etc⁴¹.

Este apelo mítico, no qual se cantam os grandes feitos (ou aqueles que se escolhe enaltecer), promove, ao mesmo tempo, um recorte do que possa vir a ser sacrificado em nome da criação do mito.

É o que parece ocorrer com a Brasília patrimônio. Se o tombamento da cidade menciona quatro escalas pertencentes ao plano de construção da capital, existe uma outra, involuntária, que se instalou no território e se mostra tanto ou mais consolidada que as oficiais: é a escala do inevitável, do indesejável, porém necessário.⁴²

A anarquia urbana, que fatalmente se implantaria no Plano Piloto, é deslocada para áreas isentas deste controle institucional rígido das leis de zoneamento e do patrimônio, estendendo-se até mesmo para o entorno imediato do Distrito Federal – Luziânia e Águas Lindas, por exemplo –, gerando verdadeiros bolsões de pobreza com precariedade absoluta nos padrões gerais de urbanização.⁴³

1.6 Recapitulando...

Não basta, então, retirar uma favela de um local, desmontar um território, porque a mesma forma espacial vai aparecer em outro lugar, desde que os processos que lhe deram origem persistam.⁴⁴

A primeira parte deste trabalho trouxe alguns questionamentos sobre princípios de funcionamento arraigados no modelo ocidental de civilização. A partir deles,

⁴¹ Marcio Oliveira (2005) discorre sobre os diferentes fatores que motivaram a transferência da capital para Brasília. Seu argumento-síntese é o de que não houve um fator primordial, senão que Brasília respondeu de forma bastante satisfatória à construção/ manutenção de um mito de nação a ser alcançada.

⁴² Necessário enquanto intrínseco.

⁴³ Nunes (2004) p. 95.

⁴⁴ Ferreira e Penna (2005), p. 63.

depreende-se uma visão sistêmica de problemas que assolam o cotidiano, se não exclusiva, principalmente dos grandes centros urbanos. Ao se tomar a exceção como condição fundamental de existência de todo um arcabouço jurídico-institucional, é possível perceber um efeito “bola de neve” assolando todos os desdobramentos sociais que daí decorrem.

Operamos segundo uma dualidade e ambigüidade entre possuidores e destituídos dentro de um mesmo ordenamento e que, abstratamente, incluiria todas/todos de forma indistinta. Esta é uma argumentação particularmente pertinente para a criação, manutenção e dificuldade de erradicação de áreas favelizadas. A favela faz parte de uma realidade mais abrangente, de uma disseminação *rizomática*. E ao se buscar as razões para o surgimento de um assentamento informal, não há como separar a *Cidade Oficial da Illegal*, pois fazem parte de um mesmo fenômeno urbano, excludente desde o princípio.

É particularmente importante trazer esta discussão para o cenário urbano de Brasília, onde a discrepância entre estes dois pólos é muito grande, mas nem sempre tão nítida: grandes distâncias e uma rede muito pouco integrada jogam para muitos quilômetros de distância da sede administrativa do país os problemas que derivam da sua dinâmica urbana. Talvez pelo pouco contato visual com a pobreza, a exceção ganha ares de, realmente, não passar de um aspecto residual, perdendo-se de vista que é estrutural e necessária para a manutenção da organização do Plano Piloto e suas áreas nobres adjacentes.

É neste sentido que recorro à metáfora de uma quinta escala da cidade, buscando demonstrar que o desenvolvimento de Brasília está atrelado, desde seu surgimento, a um modelo de urbanismo extremamente excludente. E, se a exclusão é uma questão central para entender as marcas da ocupação humana deixadas em seu território, há que se admitir que o tombamento do Plano Piloto contém um mecanismo silencioso de perpetuação deste fenômeno.

FISSURA

Acepções⁴⁵

■ substantivo feminino

1 pequena abertura longitudinal em; fenda, rachadura, sulco

1.1 Rubrica: geologia.

qualquer fratura ou fenda pouco alargada em terreno, rocha ou mesmo mineral

1.2 Rubrica: medicina.

qualquer ulceração alongada e superficial

1.3 Rubrica: medicina.

fenda profunda, sulco ou abertura nos ossos; cesura, cissura

1.4 Rubrica: medicina.

rachadura na pele calosa das mãos ou dos pés, ger. de pessoas que executam trabalhos rudes

1.5 Rubrica: odontologia.

falha no esmalte de um dente

2 Regionalismo: Brasil. Uso: informal.

apego extremo; forte inclinação; loucura, paixão, fissuração

Ex.: ele tem f. por esportes

Etimologia

lat. *fissúra, ae* 'fenda, racha, abertura, greta, rachadura', prov. pelo fr. *fissure* (c1500, porém raro antes do sXVIII) 'pequena fenda de origem geralmente acidental em algo contínuo'; ver *fiss(i)-* e *fend-*; f.hist. 1718 *fizura*

O que apresento nesta *pausa*, além de ser um subsídio teórico para os dois capítulos seguintes, é um desdobramento dos conceitos abordados no anterior. Foram contribuições diversas que o compuseram no intuito de traçar uma trajetória argumentativa que as aproxima. Minha opção foi mesmo a de lastrear uma genealogia da segregação, inserindo-a em uma perspectiva mais ampla de fenômenos e opressões que se comunicam e se conjugam.

Tratar de *fissuras urbanas* é um esforço que requer uma explanação sobre o termo, sobre o entendimento que a ele está vinculado neste trabalho. Para atingir esta meta não poderia abrir mão de trazer, primeiramente, um entendimento bastante cuidadoso do que é o fenômeno da segregação socioespacial, pois é a base material⁴⁶ sobre a qual operam. E operam negativamente. Há uma espécie de zona de fronteira entre o que é o esquema urbano *clássico* (abordado no capítulo anterior) e suas possíveis deturpações, de maneira que o que a ele escapa se define pela fuga. Até aqui tratei da zona interna desta fronteira, partindo, nos dois capítulos seguintes, para seu exterior (a fuga), para a abertura de outras possibilidades de apropriação urbana.

⁴⁵Dicionário Houaiss da língua portuguesa.

⁴⁶ É a partir de uma configuração espacial, portanto material, que se dão as fissuras urbanas. De maneira a negar ou se esforçando para negar esta realidade.

Tomo aqui emprestados de Judith Butler alguns elementos que delimitam o que entendo por fissuras. Butler discute sobre a possibilidade, a necessidade e mesmo a inevitabilidade de haver subversões à identidade de gênero. Sobre como é falsa a aparência monolítica de uma matriz heterossexual de inteligibilidade. Não quero com isso trazer mais um elemento analítico, ainda que a aproximação entre categorias de gênero e uso do espaço urbano sugiram estudos bastante ricos – por exemplo, ao tratar da insegurança que a cidade e particularmente a cidade durante a noite traz de modo diferenciado para homens e mulheres, atingindo a elas especialmente; ou ainda ao perceber a criação de guetos de socialização LGBTTT⁴⁷ em oposição a espaços tradicionalmente marcados pela violência contra esses grupos. Não são estes os aspectos que tenciono abordar ao aludir a *Problemas de gênero*, senão ao rompimento com uma ordem extremamente hierarquizada, regrada e excludente.

Tratando de subjetividades, Butler sugere que a definição (produção) de um sujeito jurídico se dá, invariavelmente, pela prática de exclusão:

(...) a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de “sujeito perante a lei”, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subseqüentemente, a própria hegemonia reguladora da lei.⁴⁸

A própria idéia de um sujeito universal atrelada a um masculino genérico demonstra esta prática de exclusão, que é de uma ordem discursiva, mas que opera para muito além do campo do simbólico. Daí o porquê de insistir no uso da linguagem

⁴⁷ Sigla que conglomerava lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

⁴⁸ Judith Butler. *Problemas de gênero*, página 19.

inclusiva de gênero ao longo deste trabalho, o que certamente não é uma mera preocupação estilística, mas de forte investidura política⁴⁹.

Butler identifica no esquema binário desta matriz heterossexual de inteligibilidade uma estrutura de poder que incide particularmente sobre as mulheres. Esta estrutura depende da coincidência entre sexo, gênero e desejo; uma como continuidade da outra, formando uma unidade de experiência:

A coerência ou a unidade internas de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exige assim uma heterossexualidade estável e oposicional. Esta heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional. Essa concepção de gênero não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo. Supõe-se que a unidade metafísica dos três seja verdadeiramente conhecida e expressa num desejo diferenciador pelo gênero oposto – isto é, numa forma de heterossexualidade oposicional.⁵⁰

Numa passagem posterior, ela recorre à introdução de Michel Foucault aos diários de Herculine, hermafrodita que viveu no século XIX. Foucault realiza uma pesquisa genealógica para demonstrar que sexo é uma categoria construída a partir de um modo de sexualidade historicamente específico. É uma argumentação análoga ao que foi exposto no capítulo anterior, particularmente ao recorrer à necessidade de desconstrução do direito como mecanismo de justiça, pois desnuda um percurso histórico bastante específico e retira dele uma sacralidade que o naturaliza. A pesquisa de Foucault retira do sexo a causalidade da experiência sexual, do comportamento e do desejo e passa a enxergá-lo como efeito, como produção de um

⁴⁹ Insistiria em aconselhar o uso em todas as formas discursivas da linguagem inclusiva de gênero, isto é, não falar somente "capacidade do aluno" mas "capacidade do aluno e da aluna", ou usando palavras neutras ("pessoas") ou outras formas de intervenção na linguagem: alunis, alunxs, alun@s ou qualquer outra forma que reforce a importância de se incluir em discurso o que não queremos excluir na prática. Isso é muito importante para desmascarar a crença no masculino universal se sabemos que isso reforça uma sociedade que, historicamente, retira das mulheres a condição de sujeito@.

⁵⁰ Idem, página 45.

regime de sexualidade que busca regular a experiência sexual com base neste entendimento de causalidade.

Herculine se abre como uma impossibilidade sexual de identidade, uma vez que a produção de subjetividades com características de gênero inteligíveis encontra aí um limite, pois acarreta em uma convergência e desorganização das regras que governam sexo/gênero/desejo. Funciona, por ser um exemplo extremado, como uma alegoria das limitações e intransigências da matriz de inteligibilidade e compulsoriedade heterossexual a qual as subjetividades forçosamente se remetem.

Neste sentido, Butler argumenta que a construção de uma identidade sexual coerente e em conformidade com o eixo disjuntivo do feminino/masculino está fadada ao fracasso, pois existem rupturas a esta coerência por meio de uma emersão súbita do recalcado, do expurgado; demonstrando não só que a “identidade” é uma construção, mas que a proibição que a constrói é ineficaz. Sugere, assim, que existe uma condição manifesta e inerente à estreiteza desta matriz que é a de carregar consigo a sua própria subversão, sua desestabilização e um deslocamento da regra. Fala ainda na existência de *performances erradas de gênero* que, mesmo operando no interior desta matriz de poder, logram, de alguma maneira, desestabilizá-la, pois trazem agentes diferentes ocupando espaços dos quais estavam banidos.

Mas como esta referência pode compor este trabalho sem parecer por demasiado alienígena? Primeiramente reiteraria o argumento de que o esforço aqui empreendido é justamente o de associar idéias por demasiado alienígenas entre si, desmistificando sua estranheza conectiva. Além disso, ao evocar os graves limites de uma ordem estabelecida e impositiva, trago esta alusão para o cenário em que esta dissertação busca criar um diálogo mais deliberado: o dos estudos urbanos.

Não estou exatamente interessado neste trabalho – ainda que o esteja de maneira entusiástica fora dos seus limites – em fazer uma abordagem sobre teoria de gênero/sexualidade, mas em traçar um caminho pedagógico que opera por comparação. Trata-se de um transbordamento de categorias analíticas. O/a leitor/a poderia mesmo voltar nas duas páginas anteriores e substituir a palavra heterossexual por urbana. Sexo talvez por modelo civilizatório. Gênero por democracia. O par oposicional homem/mulher – mulher inclusive transbordando para todas as categorias de gênero que não o homem viril, heterossexual, branco,

carnívoro, europeu – por possuidores e destituídas/os. Enfim, peço um esforço de analogia, pois permite entender duas reflexões centrais nesta dissertação: 1) a idéia de operabilidade inserida num sistema que se afirma inclusivo e igualitário, mas que fabrica expurgos (*homo sacer*) como estrutura vital para sua própria manutenção e aparência de estabilidade. 2) a inevitabilidade de se introduzir sabotagens e deturpações a esse sistema. Neste sentido, pouco importa de que matriz estamos falando, se é de heterossexualidade compulsória, de democracia universal ou liberalismo econômico, de urbanização ou de uma série de outras instâncias que se pretendem tácitas e pacíficas segundo um modelo civilizatório vigente.

A paródia de uma Brasília em cinco escalas serve bastante bem a este propósito. Demonstra justamente como o enquadramento das quatro *primeiras* escalas – previstas, zeladas, enaltecidas, tombadas – atende a um anseio estreito e contraditório, pois depende de uma quinta – escala da subalternidade, da precariedade, do abandono, do dilapidado – para existir. Trazendo para um vocabulário butleriano, são a representação de uma matriz de inteligibilidade urbana pautada por exclusão. De uma ordem que não é representativa de uma pluralidade de existências.

Da mesma maneira que ocorrem *desvios* à norma de gênero imposta, no cenário urbano seus exemplos são infundáveis. Existências não previstas e mesmo combatidas por um gerenciamento/patrolhamento urbano, mas que ocorrem a sua revelia. Tratei disto de forma genérica no capítulo anterior e passo a um estudo de caso nos dois que se seguem, na tentativa de vislumbrar algumas *fissuras urbanas*. São exemplos de re-apropriação do espaço urbano e, particularmente, do espaço residencial do Plano Piloto, trazendo novas leituras aos usos previstos oficialmente. Demonstram como, a despeito de uma regulamentação bastante restritiva, a cidade é composta não só por uma materialidade edilícia, mas também pela interação que as pessoas que a habitam criam com o espaço construído, ressignificando-o, dando-lhe novas possibilidades de compreensão e uso.

CAPÍTULO 02

Resistência e transformação

A pesquisa exposta neste capítulo é fruto de uma pesquisa de campo nas quadras 700 Sul entre os meses de setembro e dezembro de 2007. O objetivo inicial da pesquisa era verificar a existência de população de baixa renda ali residindo, uma vez que os dados do IBGE para o censo do ano 2000 sinalizavam neste sentido⁵¹. Estes dados traziam pequenas perturbações ao esquema de divisão e ocupação territorial por classe social e renda, pois, num contexto geral, trata-se de um *bairro* de população de altos ganhos mensais, ainda que estes (contra-) exemplos sejam quantitativamente relevantes, em maior ou menor medida a depender da quadra em questão (ver tabela 01).

O mapeamento de população de baixa renda é um dos elementos relatados nestas páginas. Um elemento crucial, mas que se insere num estudo de diferentes esquemas residenciais, trazendo exemplos bastante contra-hegemônicos da imagem de moradia normalmente associada ao Plano Piloto.

Ao tratar de uma imagem do espaço residencial no Plano Piloto, evidente que o primeiro lampejo que vem à cabeça é o de uma superquadra, ainda que as casas geminadas tenham também bastante força. Ambas, inclusive, são exemplares de um *urbanismo-jardim*⁵². Não pretendo aqui contrapor uma a outra, ainda que o estudo esteja focado no setor de moradias geminadas, pois os contra-exemplos aqui expostos se dão inclusive à sua revelia.

Brasília, particularmente o Plano Piloto, possui uma estrutura bastante totalitária de conformação urbana, o que pode ser entendido por diversas maneiras. Emprego aqui o termo *totalitária* sabendo que a associação com regimes políticos autoritários – nazismo, fascismo italiano, stalinismo etc. – será mesmo inevitável. Não procuro evitá-la, mas nem por isso intenciono uma alusão literal. Pela definição de dicionário, totalitária/o adjetiva aquilo que não admite divisão ou dissidência (neste último caso particularmente falando desses regimes políticos). É especialmente essa

⁵¹ Estes dados já haviam sido anteriormente manipulados – desagregados por setor censitário – pela estudante de arquitetura Juliana Borges e inserem-se numa pesquisa mais ampla coordenada pelo professor Frederico de Holanda, orientador deste trabalho.

⁵² Uso aqui esta expressão em referência ao modelo das *ciudades-jardim* idealizado por Ebenezer Howard. É certamente uma das grandes influências que emergem em Brasília, mas nem por isso podemos tomá-la como exemplo genuíno das *ciudades-jardim*. Outras influências, tais como a Carta de Atenas, a Cidade Linear, as perspectivas barrocas, o rodoviarismo etc. compõem o lastro urbano de Brasília. Das *ciudades-jardim* há, principalmente, a idéia de cidade principal e cidades-satélite e a de núcleos residenciais isolados em meio a uma vasta área ajardinada. Ver de Sylvia Ficher et al *Blocos Residenciais das Superquadras do Plano Piloto de Brasília* (2003) e dela e Pedro Palazzo *Os Paradigmas urbanos de Brasília* (2005).

a acepção que tenho em mente: a de um planejamento urbano totalizante (global) mantido de maneira bastante rígida. Uma idéia de padronização. Há uma infinidade de exemplos de projetos de implantação/requalificação urbana que atingem o conjunto de uma cidade. É o que ocorre, só para ficar com os modelos mais famosos e aclamados, com a Paris haussmanniana ou com a Barcelona de Cerdá – ou ainda a São Paulo de Prestes Maia. A abertura de grandes avenidas cortando o território implica modificações no conjunto urbano como um todo e certamente direciona o crescimento da cidade. A peculiaridade de Brasília – não como caso único, mas ao compará-la com os exemplos acima citados – encontra-se num planejamento que não só define a estrutura macro da cidade, mas intervem minuciosamente nas sucessivas escalas menores.

O espaço residencial do Plano Piloto é repetido à exaustão por módulos pequenos que formam módulos maiores e depois ainda maiores. As possibilidades tipológicas são bastante reduzidas, seja pelas exigências projetuais ou mesmo pela pouquíssima variabilidade de propostas de fato apresentadas. Ou seja, além de não se poder fugir de um caixote sobre pilotis vazado com um número padronizado de pavimentos – seis, três, dois, a depender do setor – a organização interna destas edificações foi também reproduzida à exaustão ao longo dos atuais 48 anos que formaram e consolidaram a cidade. O mesmo vale para os projetos das casas originais acima da W3, tendo sido encontrados somente seis tipos de planta⁵³. Este pequeno leque de possibilidades traz a noção de que para um grupo muito específico estava e vem sendo projetada a cidade.

Esta estrutura totalitária é igualmente percebida nos módulos maiores: a superquadra e, particularmente, a unidade de vizinhança. O fato de tudo ter seu lugar de maneira tão meticulosa e de não sobrar possibilidades para além do que estava proposto cria um espaço totalitário. Como agravante, sua repetição *ad infinitum* traz esta noção de projeto totalitário (rígido e restrito) – projeto no sentido de plano ou desejo e também como desenho – Além disto, o fato de uma igreja fazer parte dos equipamentos urbanos das unidades de vizinhança traz uma noção particular de

⁵³ Neste trabalho são apresentados somente quatro tipos, mas por contemplarem a numeração de HP1 a HP6, sabemos que seu número é pelo menos equivalente a ela: seis projetos para 2565 possibilidades de execução (Anexo 04 – ver cópia digital da Dissertação).

arcabouço totalitário. Não há espaço⁵⁴, por exemplo, para um terreiro de candomblé ou umbanda, locais de culto que se proliferam somente nas periferias distantes, nos locais negros por excelência. E também de precariedade de serviços e equipamentos urbanos... Assim como na Esplanada dos Ministérios, espaço consagrado ao aparato burocrático do Estado, figura uma igreja católica⁵⁵, celebrando a secular união entre as duas instituições, invisibilizando, ao mesmo tempo, outros cultos tão antigos e tão brasileiros quanto aquele. Esta é uma observação que ecoa a crítica de Guy Debord em texto apresentado na conferência de fundação da Internacional Situacionista (1957):

Gravíssimo sinal da decomposição ideológica atual é ver a teoria funcionalista da arquitetura fundamentar-se nos conceitos mais reacionários da sociedade e da moral. Significa que, a contribuições parciais passageiramente válidas da primeira Bauhaus ou da escola de Le Corbusier, acrescenta-se em surdina uma noção atrasadíssima da vida e de seu enquadramento.⁵⁶

Idéia alternativa é que, a despeito das possibilidades de interferência mútua entre organização do espaço e organização social, a categoria *autoritarismo* não seria aplicável ao espaço, mas ao processo de sua construção. Diferenciando-se, assim, *processo* de *produto*. A sintaxe do espaço está sempre sujeita a ser ressemantizada. O exemplo das cadeias municipais do Brasil-Colônia transformadas em centros culturais na atualidade bem o sugere – é o que acontece no Recife e também em Ouro Preto, por exemplo.⁵⁷

Esta dissertação trata justamente dessas possibilidades de ressemantização da *cadeia* residencial de Brasília. Uma fissura urbana é uma nova leitura da sintaxe

⁵⁴ Espaço como (não) previsão/intenção de contemplar esse tipo de uso. Que a legislação determine locais de culto sem especificar o credo não significa que exista uma intenção real de pluralidade. A nota seguinte bem o demonstra.

⁵⁵ A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por uma questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento, e ainda, *principalmente*, por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma onde os dois eixos urbanísticos se cruzam. (Relatório do Plano Piloto de Brasília, 1957) (meu grifo).

⁵⁶ “Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da *tendência situacionista internacional*”. In Jacques, Paola (org.) *Apologia da deriva*.

⁵⁷ Idéias debatidas em discussões de orientação com Frederico de Holanda (2008).

que conforma o espaço. É usar um substrato espacial, porém atribuindo-lhe novas possibilidades de uso. Neste sentido, autoritarismo não está sendo sugerido aqui como uma característica imutável que o espaço de Brasília carrega consigo, mas uma permanência que tem acontecido pela conjugação de um plano urbano rígido e demarcado com uma gestão urbana que enfatiza sua rigidez e demarcação. Ou seja: faço uma crítica a um espaço totalitário preocupado com uma análise de desempenho real da cidade, englobando não só os atributos de projeto arquitetural como os de projeto político.

Diante deste panorama, este estudo tenta sinalizar algumas brechas na composição do espaço residencial do Plano Piloto. São relatos de projetos alternativos de composição familiar, de projetos que contemplam outras faixas de renda e de projetos outros de moradia.

2.1 Casas sem campanha

Como caracterização geral da área de estudo, é composta por casas unifamiliares geminadas dispostas ao longo de 13 quadras – da 703 à 715, sendo a 702 ocupada por duas escolas e pela igreja Dom Bosco e a 716 pelo Setor Hospitalar Sul. À exceção da quadra 715, que, nos moldes dos percursos encontrados nas superquadras, tem acesso viário em árvore⁵⁸, as demais estão agrupadas em vias do tipo *cul-de-sac*⁵⁹. Já a disposição dos conjuntos, ora se dá em paralelo à W3-Sul, ora perpendicular a ela. O agrupamento de casas se dá de três maneiras:

- Renques com dois acessos: um pela rua (garagem) e outro por uma área ajardinada com calçadas (entrada social). É um agrupamento que, se não duplica o sistema viário (pois um dos acessos não é possível a veículos motorizados), amplia as distâncias entre um conjunto e outro, pois não há fronteira comum aos fundos de lote entre si. Na prática, a entrada social tende ao desuso... Esse tipo é encontrado em todas as quadras analisadas.

⁵⁸ Sistema viário com um tronco principal, de onde saem ramificações sem saída.

⁵⁹ Ruas sem saída com um bolsão de estacionamento ou área para manobrar veículos ao final.



Figura 05: Vista panorâmica da “entrada social” de dois conjuntos dando para área ajardinada

- Fundos de lote formando becos: similarmente ao esquema anterior, aqui ocorrem dois acessos, porém não há uma área ajardinada de cerca de trinta metros entre os fundos de lote, e sim becos de cerca de três. São locais normalmente cercados, criando áreas semiprivadas – de acesso exclusivo das pessoas moradoras – normalmente usados para estender roupas, construir armário para o gás de cozinha ou simplesmente impedir o trânsito de pessoas desconhecidas. Esta é uma disposição que amplia as possibilidades de adensamento da quadra, mesmo que ainda insista na separação das vias por função. Tipo encontrado nas quadras de 708 a 715 (à exceção da 714).



Figuras 06a e 06b: Vista dos fundos de lote formando becos

- Vilas: neste caso, das vias em *cul-de-sac* saem ruas (com ou sem saída) que darão acesso a somente dois conjuntos de casas. Seu fechamento, como no exemplo acima, gera um espaço semipúblico, mas de dimensões superiores, comportando a entrada de veículos. Estas vilas acontecem em alguns conjuntos das quadras 708 a 713.



Figuras 07a e 07b: Vilas

Pode-se dizer que o primeiro tipo é o padrão, não só por ocorrer com frequência muito maior, mas por serem, os dois outros, variações que não rompem com o esquema de dois acessos longitudinais por moradia.

Quanto à implantação de cada quadra, existem dois padrões:

- Da 703 à 707, as casas são sempre dispostas paralelamente à avenida W3, havendo, inclusive, acesso ao primeiro conjunto de casas diretamente pela avenida. As casas são todas do tipo *renque com dois acessos* e com dois pavimentos ou dois pavimentos com subsolo.

- Entre as quadras 708 e 714⁶⁰, a disposição das casas é tanto paralela quanto perpendicular à W3. O acesso motorizado é sempre por vias ligadas à W4. As casas contam com apenas um pavimento, ainda que ocorra mais de um tipo de planta.

Vale lembrar que esta caracterização diz respeito à implantação original das quadras, pois muitas de suas casas sofreram alterações, como veremos mais adiante.

Como estratégia de abordagem para esta pesquisa, num primeiro momento todas essas quadras foram visitadas no intuito de fazer um levantamento fotográfico de fachadas. Descobri, no entanto, que fotografar, por vezes, mais atrapalhava que qualquer outra coisa. Atrapalhava por me render um volume de material difícil de ser administrado. Com casas tão parecidas, sem uma organização meticulosa deste material eu facilmente confundiria o que era de uma ou de outra quadra. Cheguei à conclusão de que seria mais interessante pinçar poucos exemplos que falassem das modificações mais expressivas, a fim de entender qual o padrão ou quais os padrões de transformação do *bairro*.

E fotografar atrapalhava ainda por chamar a atenção e desconfiança das pessoas que encontrava nas ruas, principalmente das que ali residiam. É bem verdade que, na maior parte do tempo, não encontrava viva alma por onde passava, salvo nos conjuntos que são usados como passagem até o ponto de ônibus – particularmente nos horários de almoço e fim de expediente – ou nos que aglomeram pensões, salões de beleza etc. E recebia olhares desconfiados e também curiosos, olhares que me enfrentavam ao me tomar por assaltante e olhares amedrontados ao ser visto como fiscal do GDF. E explicar que se tratava de uma pesquisa para um mestrado numa faculdade de arquitetura e urbanismo me colocava, por vezes, no papel de consultor para rachaduras e vazamentos, de onde colocar um lavabo ou... Depois disso passei a andar com um crachá no peito contendo minha identificação estudantil da universidade que, se não acabava com minha condição de consultor, pelo menos com a de assaltante ou fiscal.

⁶⁰ A 715 Sul, como dito anteriormente, possui um modelo diferente. Já a 714, construída pelo Banco do Brasil, é a única que conta com edifícios de dois pavimentos sobre pilotis vazado alternados com o modelo de casas unifamiliares.

Montei, então, um esquema simplificado para dar conta dos seguintes elementos: casas com feições originais e padrões de modificação aparente. Entre estes padrões estão: casas de dois pavimentos, de dois pavimentos com terraço, de três pavimentos e o que chamei de padrão caixote, onde as feições originais já não podem mais ser identificadas, mas sem ter havido um rompimento com o padrão ortogonal das HPs (habitação popular.). Mesmo porque existem restrições de legislação para que este rompimento não ocorra.

Foram mapeados ainda os terrenos baldios, que são em número bastante reduzido, possibilitando categorizar um perfil consolidado para o *bairro*. São sete num universo de 2565 lotes! Também é baixa a frequência de mais de um lote utilizado para uma mesma residência: dez ocorrências.

Concluído este primeiro levantamento, a etapa seguinte se deu com uma segunda visita a algumas dessas casas, mas desta vez para colher entrevistas de moradores/es. Partindo do pressuposto de que o espaço construído denota modos de vida, de organização social, padrões de consumo, níveis de renda etc, a tentativa foi justamente de estabelecer estas conexões no trabalho e alcançar os grupos de baixa renda. Foram pinçadas, principalmente, as casas que possuíam ainda um caráter original e que denunciavam, de alguma maneira, um estilo de vida materialmente menos luxuoso.

As entrevistas seguiram um roteiro previamente estabelecido mas, realizadas na forma de conversa, tomaram o rumo que a pessoa entrevistada ajudou a imprimir. Em todos os casos apliquei, ao final, um questionário socioeconômico (anexo 01). O tempo de duração das entrevistas variou de acordo com a receptividade e a pressa de quem estava abrindo a porta de casa. Na maior parte das vezes, não ficava mais de cinco minutos e não passava do portão de entrada, mas cheguei a passar mais de uma hora na casa de algumas pessoas, dispostas que se mostraram a contar *causos* do início de Brasília, a mostrar as mudanças feitas na casa, oferecer algo para beber. Interessante notar que, dificilmente, estas casas possuíam campainha – uma informação singela, mas que não deixa de fazer parte da caracterização da área de estudo.

Ao total, foram 42 entrevistas (roteiro no anexo 02) que, para além de quantificações e espaços amostrais, são de maior interesse por trazerem relatos diversificados e por vezes inusitados.

2.2 Padrões tipológicos e de renda

Os dados do censo do IBGE de 2000 foram desagrupados por setores censitários que, via de regra, coincidem com uma quadra residencial das 700 Sul. Exceção somente para a 703 Sul, decomposta em dois setores censitários e para a 708 e 709 Sul, aglomeradas em apenas um. Para todos os casos, o setor censitário extrapola o objeto de pesquisa – quadras 700 residencial -, mas somente incluindo lotes de uso institucional, notadamente escolas nas quadras 900. Os dados de cada setor censitário são, portanto, no que se refere à análise do padrão residencial, relativos somente às quadras 700. Não foram consideradas as quadras 702 e 716 Sul, compostas por escolas e hospitais/clinicas respectivamente.

As Possibilidades de comparação entre os tipos edifícios aqui apresentados e as divisões de renda catalogadas são tênues, uma vez que a maior parte das casas ainda são térreas (da 08 em diante) e pouco modificadas externamente (particularmente da 03 à 07, quadras que contam com casas originais de dois pavimentos). Ou seja, há grupos de alta e de baixa renda residindo em casas com feições externas semelhantes. Uma comparação mais minuciosa entre moradia e renda exigiria, talvez, compor uma análise com mais itens de descrição (por exemplo, natureza dos materiais de construção empregados nas reformas, conservação das fachadas, comparação com tipos edifícios de áreas nobres e palperizadas da cidade etc.)

No entanto, algumas observações podem ser feitas:

- A ocorrência de chefes de família com ganhos de até dois salários mínimos é ligeiramente menor nas quadras de 03 a 07 (5%) que nas de 08 a 15 (6,36%)⁶¹, tanto considerando a média como caso a caso⁶². A separação dos dados nesses dois grupos corresponde justamente à ocorrência de modelos de casa originalmente com dois e com um pavimento respectivamente.

⁶¹ Não considerei a 714, que possui a menor porcentagem (1,59%), pois tem tipologia diferenciadas do restante: um modelo de HP com testada de lote maior que das demais quadras e é também a que preserva mais as características originais.

⁶² Exceção somente para a 706, com apenas 1,68% de chefes de família com ganhos de até dois salários, valor que a aproxima, nesse quesito, da 714.

- A observação se mantém se considerarmos a população com até cinco salários mínimos. Média inferior a 10% (9,51) para as quadras de 03 a 07 (16,16% somente para a 707) e chegando a 13,77% para as demais (sem a 714). Se tomarmos as quadras individualmente, onde esses valores são maiores, passando de 17%, é justamente nas quadras de 08 a 13 (11,61% somente para a 710), que correspondem à implantação do primeiro tipo de HP pela Fundação da Casa Popular. A 711, particularmente, possui algumas casas com o menor modelo de HP.

Ou seja: mais pessoas com pequenos ganhos mensais justamente onde as tipologias são mais simples.

- A exceção do último ponto (chefes de família com até cinco salários) fica por conta da 707 (para mais) e 710 (para menos). Curiosamente, ao analisar a taxa de casas com acréscimo de pavimento(s), ela é menor na 707 que para o restante das quadras de 03 a 07 e ela é maior na 710 que para o restante das quadras de 08 a 15.

Ou seja: onde há maior incidência de população com ganhos de até cinco salários mínimos é também onde o número de casas reformadas com acréscimo de pavimento(s) é menor.

- Olhando os extratos de maiores ganhos mensais (a partir de 10 salários mínimos) as conclusões são análogas: estão em maior número nas quadras de 03 a 07 que nas de 08 a 15. A exceção das quadras 707 e 710 permanece.

O restante deste capítulo é o resultado das entrevistas. Está dividido em seções, de maneira que cada uma corresponde a um grupo de relatos trazidos (ou a tipos de fissura distintos).

2.3 Baixa renda



Figura 8: vista aérea da W3 Sul em 1960

fonte: Arquivo Público do DF

Sendo este o mote inicial da pesquisa, a ele cabe a primeira parte dos relatos, ainda que esteja presente também nas seções seguintes.

Uma primeira observação que cabe ser feita é sobre este entendimento do que vem a ser baixa renda. Talvez, em se tratando de um país onde a população vivendo abaixo da linha de pobreza passa de 35 milhões de habitantes⁶³, o que encontramos nesta área de estudo não seja significativo. Mas pela comparação com o outro oposto – nem necessariamente a população mais rica do país, que certamente não habita essas casas, mas pelo fato do universo circundante ser formado essencialmente por classe-média – estes exemplos se tornam fortes e, de alguma forma, até mesmo insurgentes (porque negam a caracterização geral do bairro).

A metodologia adotada é a mesma utilizada por Frederico de Holanda em pesquisas recentes e que, por sua vez, trouxe a partir de um estudo de Brasilmar Nunes⁶⁴. A divisão por faixas de renda está expressa na tabela 01, anteriormente citada, sendo o grupo foco da pesquisa aquele de ganhos mensais de até dois

⁶³ Os dados são bastante divergentes a depender da instituição – IPEA, Fundação Getúlio Vargas, Banco Mundial, Centro Internacional de Pobreza etc – e metodologia adotada – equivalência a um dólar diário, 80 reais per capita. Os dados mais otimistas que encontrei, falam em 19% da população brasileira, cerca de 36 milhões de pessoas para o ano de 2007 (FGV).

⁶⁴ “A lógica social do espaço”. In PAVIANI, Aldo, GOUVÊA, Luiz Alberto de (orgs.). *Brasília: Controvérsias Ambientais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

salários mínimos. A fragilidade desses dados obtidos a partir do senso do IBGE para o ano 2000 se dá por corresponderem aos ganhos mensais da/o chefe de família e não da renda familiar. Na prática, muitas das pessoas que entrevistei e estavam em alguma faixa superior de ganhos salariais podem perfeitamente ser as mesmas que, segundo o IBGE, contam com até dois mínimos mensais.

Pelos resultados que obtive, quando os grupos de mais baixa renda não estavam associados a alguma das situações relatadas nas seções seguintes – moradores/es de pensões ou de pequenos espaços, como cômodos ou apenas uma parte da casa – eram compostos por população pioneira⁶⁵. Pessoas que chegaram na cidade entre 1958 e os primeiros anos da década seguinte. Tanto pessoas que já chegaram adultas naquela época como as de segunda geração, que vieram quando criança ou nasceram aqui nos primeiros anos de Brasília.

Por vezes não se tratava do primeiro endereço da família na cidade, mas costumava ser bastante antigo. Há uma relação com imóveis funcionais ou com a troca destes por um outro em novo endereço – no caso as quadras 700 Sul – ainda que alguns relatos sejam de pessoas que simplesmente compraram o imóvel. Em todo caso, a relação de compra parece crucial neste ponto, o que pode ser compreendido pelos altos valores de aluguel⁶⁶. Quando houve a identificação de baixas rendas mensais em que a permanência dependia de locação da moradia, adentrava-se em alguma outra categoria, necessariamente passando por espaços domésticos divididos.

Entre esses grupos pioneiros havia principalmente pessoas que fizeram parte do quadro na Novacap residindo na primeira leva de 500 casas construídas pela Fundação da Casa Popular. Grupos de militares aposentados também apareceram com alguma frequência. E também exemplos mais isolados de outras corporações estatais e de outros tipos de profissão.

⁶⁵ Não trabalho aqui com estatísticas a partir das entrevistas pois elas são em número insuficiente para compor um espaço amostral relevante para o universo de mais de 2500 casas. No entanto, em caráter de *pesquisa exploratória*, das 42 entrevistas realizadas, 22 se deram com pessoas idosas (52,38%) habitando nestas casas de padrão mais simples selecionadas. Vale ressaltar, somente, que em se tratando de um grupo formado por pessoas aposentadas, encontrá-las em casa se torna mais fácil que grupos de outras faixas etárias. Assim como entrevistei muito mais mulheres do que homens, de onde se pode inferir as notórias diferenças de inserção no mercado de trabalho entre os dois sexos.

⁶⁶ Entre os imóveis encontrados disponíveis para aluguel, o valor nunca esteve abaixo de R\$ 1500,00 reais (3,95 salários mínimos).

Não faz sentido a generalização de que as pessoas pioneiras entrevistadas eram de baixa renda, mas sim a de que, entre os grupos de baixa renda encontrados, elas surgiram com freqüência.

Esta é uma fissura que, particularmente, não se dá por transformação do espaço ou insurreição, mas por resistência! É de alguma maneira curioso que estas pessoas permaneçam no local a despeito da valorização imobiliária ocorrida e em contraste com seus ganhos mensais. O mercado imobiliário consegue exercer grande pressão sobre o *bairro*, mas não foi capaz de expurgar estas presenças.

Em um mundo hegemonicamente regido pelo mercado, em que o valor de troca é soberano e tende a reger as relações de uma maneira geral, deparamo-nos com situações em que ele não parece exercer esta plena força. Nem tudo é suscetível de se tornar mercadoria! Aquelas casas possuem um valor de uso acima de suas potencialidades de troca. É o que fica evidenciado pelas falas destas pessoas, ao indagá-las sobre as motivações para ali residir, para ali permanecer: acessibilidade, comodidade, conhecimento da vizinhança, carga afetiva pelo longo tempo atrelado àquele local.

A esta idéia de resistência contrapõe-se a de forte renovação que ocorre no bairro, o que pode ser entendido pela grande quantidade de casas sendo reformadas e pelos novos padrões construtivos existentes, como relatado no conjunto de tabelas e gráficos organizados para cada quadra (ver final do capítulo onde se encontra conjugado aos gráficos e tabelas de renda para cada quadra – “Análise de tipologia e renda”). É bem verdade que entre estes novos padrões há extrapolações que vão de encontro à legislação do código de obras para aquele local, como, por exemplo, o desrespeito à altura máxima de sete metros para as edificações ou o uso de cobertura. Ainda que estes sejam argumentos utilizados pelos grupos mais ferrenhos do preservacionismo do Plano Piloto, preocupados com a manutenção de um certo purismo arquitetônico e com uma visão um tanto particular do que vem a ser o tombamento da cidade, estas extrapolações causam mais que discussões sobre preservação patrimonial. São o surgimento de um novo padrão construtivo, visivelmente mais caro, e que se estiver se manifestando como tendência, acaba por tornar o expurgo do antigo cada vez mais iminente. Antigo tanto como modalidade construtiva quanto perfil populacional. Em outras palavras, acaba por promover um

vasto processo de gentrificação que, em verdade, já teve seu início há muito tempo. Vide o perfil de renda da área...

Se, em alguma medida, esta argumentação aproxima a crítica de um processo de gentrificação à espetacularização do tombamento da cidade, isto se dá por uma equivalência superficial, pois são mesmo de caráter diametralmente oposto. A eleição de um novo e caro padrão construtivo é muito mais nociva que, por exemplo, os avanços de área pública que beneficiam os lotes de esquina, pois tende a imprimir modificações no bairro como um todo e não somente nos lotes de localização privilegiada.

Fica a suspeita de mudanças significativas em poucos anos, uma vez que estes relatos de grupos de baixa renda são testemunhos de uma população pioneira da cidade e, portanto, de um grupo idoso. Ou seja, juntamente com a renovação das gerações que ocupam essas casas, parece haver também uma mudança das faixas de renda, o que pode ser entendido, por exemplo, pelos preços crescentes de aluguel e compra de imóveis e pela eleição de novos padrões construtivos mais sofisticados e caros em número cada vez maior. Essas são constatações pertinentes ao menos à ocupação padrão do bairro: uma casa para um lote e para uma família. Passo agora a relatos que contemplam outras possibilidades de divisão do espaço doméstico.

2.4 Regime de separação de bens

Quando pensamos num grupo que habita numa mesma casa, é quase imediato pensar que se trata de uma família. Evidente que existem esquemas alternativos de composição familiar/residencial – por exemplo, uma república de estudantes, famílias sustentadas apenas por mulheres, residências *unipessoais* – e apontá-los é mesmo a tarefa a que me proponho aqui. Ainda assim, pensar em esquemas alternativos e classificá-los como *alternativos* implica em pensá-los como dissidentes, como diferentes e como fora de uma norma social. A norma de que um lote é o espaço destinado a uma casa, de que uma casa é o espaço destinado a uma família, de que uma família é um núcleo patriarcal e de que certamente o lote/a casa/a

família = núcleo patriarcal contará com uma dependência de empregada (ao menos um banheiro de serviço...). E em se tratando de um lote em uma área de construção mais recente, muito provavelmente a casa terá, obrigatoriamente, recuos frontal e laterais que deixarão ainda mais visível esta noção de núcleo singular. Ao menos é esta a noção que está vinculada ao planejamento habitacional estatal e à tendência urbanística pós Arquitetura Moderna.

Destas características descritas acima, nas casas da W3-Sul só não contamos com o modelo de lotes isolados. De resto, temos até dependência completa de empregada em *casas populares*. Esta é uma característica muito forte no plano da cidade como um todo, na medida em que a utopia de construção de uma nova sociedade a partir de sua materialidade circundante se deu pela tentativa de extrapolar para todas as pessoas um padrão burguês de vida. E como parte integrante deste projeto estava a permanência de um modelo servil de sociedade, calcado na subalternidade dentro do próprio espaço doméstico. Sendo assim, por que não colocar quartos de *empregada* (necessariamente no feminino) também nas casas populares? Resta saber, somente, onde esta digressão terminaria: e as casas das empregadas das casas populares, teriam elas também dependências completas de empregada? Ou esta digressão teria um limite geograficamente definido pela fronteira entre as pessoas que habitam a cidade(la) e as que ali freqüentam somente para garantir que as dependências completas de empregada continuem a ser um ponto central da arquitetura residencial brasileira?

Evidente que estas generalizações só fazem sentido com base no plano original de Brasília e, particularmente, para os espaços centrais. Não me refiro a uma centralidade geométrica, mas àquela que se contrapõe aos espaços periféricos, palco de uma exclusão urbanística que se dá nas mais variadas nuances – habitação, transporte, saneamento e infraestrutura de uma maneira geral, serviços e, enfim, estes aspectos que foram trabalhados no capítulo 01.

Localidades periféricas deturpam esta lógica na medida em que contam com estratégias distintas de sobrevivência, em espaços que são menos de *pronta-entrega* e contam muito mais com um fator de autogestão. Digo isto pensando em casas que passam anos sendo construídas enquanto pessoas as habitam ou ainda no clássico

esquema de aluguel de quartos ou de *barraco*⁶⁷ dos fundos. Ou mesmo ao encontrar soluções próprias para os problemas infraestruturais que o poder público insiste em não resolver.

Há, portanto, ainda que motivada pela privação, uma construção e re-significação do espaço em importância muito superior à que encontramos naqueles de forte centralidade. Isto, evidentemente, de uma maneira geral; afinal, os propósitos desta dissertação são justamente o de ressaltar, dentro da centralidade engessada, suas deturpações e seus contra-exemplos.

Esta ocupação dúplice do espaço doméstico não só é relevante como extremamente recorrente, manifestando-se de diversas maneiras:

2.4.1 Garagem, para que te quero!

Uma das interessantes conclusões a que chega George da Guia (2006), dissertando sobre o fenômeno da segregação no aglomerado urbano de Brasília, é a de que, para além da usual relação causal entre apropriação de capital escolar e econômico, ocorre na cidade uma certa deturpação do fenômeno, uma vez que os grupos de escolaridade intermediária estão amplamente empregados pelo setor público, onde os salários são mais de duas vezes superiores aos encontrados nos setores não-públicos. Isso gera uma ocupação dos espaços centrais por estas pessoas de uma maneira um tanto mais privilegiada que em outros aglomerados urbanos, ainda que, quando vista à luz de indicadores de gênero e de raça/cor, Brasília reforce este sistema de causalidade (escolar-financeiro). Esta última é também a conclusão a que chega Marcel Sant'ana (2006), em dissertação também defendida neste programa de mestrado, ao traçar um mapa da segregação racial em Brasília. Não só as periferias mais pobres podem ser caracterizadas como espaços preponderantemente negros (população preta e parda) como, principalmente, as zonas mais abastadas de Brasília são essencialmente brancas.

⁶⁷ Muitas vezes uma construção de alvenaria e com banheiro e cozinha, mas que recebe esse apelido pelas reduzidas dimensões que possui. Um quarto-sala de fundo de quintal...

Ainda com relação ao trabalho de George da Guia, é apontada a grande ocorrência de moradias do tipo cômodo nos espaços que denomina como popular e popular-operário, que podem ser perfeitamente compreendidos como os periféricos a que me referi. É nítida a ocorrência deste fenômeno e também que ele se dá justamente em contraposição aos tipos residenciais encontrados nos espaços urbanos privilegiados. Não venho aqui contradizer esta afirmação, senão mostrar que uma das fissuras se dá justamente pela ocupação de cômodos na W3-Sul.

Aluguel de quartos ocorre com bastante frequência. Por vezes anunciados ou de forma velada. Evidente que falar sobre o não anunciado é fruto dos relatos que colhi, bem como de relatos de relatos: o que para mim soou inusitado em algum momento, mostrou-se recorrente nas experiências de pessoas com quem falei a respeito, levando mesmo a supor que estes aluguéis ocorrem às centenas.

Além do aluguel de cômodos, uma outra estratégia muito utilizada é a de reconfigurar os espaços de maneira a existir duas casas distintas onde antes havia uma só. Ou ainda três, como visto em alguns exemplos da 711 Sul. Neste ponto, temos uma contribuição interessante da arquitetura dessas casas, particularmente das encontras a partir da 708 Sul. São casas térreas, de início, e que possuem plantas alongadas. Numa das extremidades, um quintal e uma varanda que dão para a área social da residência. Na outra, a entrada de serviço, dando para a garagem.

Se já havíamos visto que o uso tendeu a eliminar esta duplicidade de entradas, caindo a social em ostracismo, neste ponto temos a sua eliminação por repartição da casa. Duas entradas, mas para duas casas distintas. Esta divisão ocorre também em outras localidades de Brasília, como no Cruzeiro Velho – em larga escala – e em apartamentos das quadras 400, por exemplo.

A área da garagem⁶⁸ é justamente a apropriação que se faz para o ganho de uma nova unidade habitacional. Ali é construído um apartamento, como ouvi por diversas vezes nas entrevistas; ou um quarto-sala, na linguagem imobiliária; ou ainda um barraco, na dos espaços periféricos.

⁶⁸ É também a garagem que é usada, em muitos casos, para a construção de um segundo pavimento. Tira-se partido da superfície livre para construir uma laje. Isto, evidentemente, quando o segundo piso é parcial, muitas vezes usado somente como terraço. A utilização de toda a área construída para elevar a casa culmina, regra geral, no padrão caixote em dois pavimentos.

A ocupação da garagem, por vezes, se dá de forma bastante generosa, com a utilização de toda a sua extensão. Ou mesmo de forma parcial, mantendo o acesso “de serviço” para o grupo morador original.

Foram identificados dois propósitos distintos para este tipo de repartição: num deles, a nova casa é construída para ser alugada, no outro, para servir de moradia a uma parte da família. Evidencia-se aí uma motivação de cunho financeiro, seja para obter uma renda extra ou para evitar a necessidade de compra/aluguel de um novo espaço por um/a familiar, ainda que nem sempre estas pessoas possam ser caracterizadas como de baixa-renda. Evidente que questões afetivas podem ser prioritárias para esta partilha também: morar perto da família ou até pela companhia que uma pessoa fará ao alugar o espaço adjacente – ainda que o valor afetivo como motivação para alugar um espaço da casa faça mais sentido no caso dos quartos, ainda integrados ao corpo original.

Desta maneira, dois grupos dividem o que antes era um só espaço, mas com possibilidade de total independência.

Um exemplo que vai ainda mais longe é o dos conjuntos de E a H da quadra 711 Sul. São casas térreas também, mas de um modelo distinto. A testada de lote é menor e possui apenas dois dormitórios. Estão dispostas no formato de vilas. No projeto original, pela parte de serviço, há um quintal com espaço para estacionar um automóvel e, normalmente, um acesso à casa por uma seqüência de degraus em função do desnível topográfico da área. Em todos os casos houve incorporação desta área aberta e, a depender do tamanho do desnível de cada casa, há uma espécie de segundo piso. Espécie porque o piso superior está sempre no plano da área construída original, e o inferior, num plano semi-enterrado. O tamanho bastante reduzido de algumas portas para este piso inferior demonstra bastante bem este fenômeno (figura 09).



Figuras 9a - 9d: Portas-anãs

Com esta incorporação, ganhou-se um espaço que, em alguns casos, quase dobra o tamanho da área construída. É a possibilidade de incorporação de um terceiro dormitório ou de ampliação da cozinha. E, descendo as escadas, um espaço que pode vir a ser independente do resto. É neste espaço, justamente, que houve a criação de um apartamento ou até mesmo duas quitinetes em algumas casas (fácil de perceber por possuir duas portas de serviço).

Numa dessas casas tríplexes, por exemplo, havia um casal idoso morando na parte principal e, em cada uma das quitinetes, uma ou duas pessoas. Duas irmãs, ambas trabalhadoras domésticas, dividiam o seu reduzido espaço pagando a quantia de duzentos reais para cada. Na outra, com a profissão de acompanhante, uma só moça morando, mas pagando trezentos e cinqüenta reais.

2.5 Usos mistos

Usos mistos parecem ser a grande praga a ser combatida pelo urbanismo funcionalista ao qual Brasília está afiliada. Ao mesmo tempo, o Plano Piloto está repleto de seus exemplos, alguns que se infiltraram com o tempo e outros que já foram assim definidos desde o princípio. Entre os casos não previstos destacam-se principalmente as quitinetes nos conjuntos comerciais da Asa Norte e os usos não-residenciais nas 700 Sul, aqui relatados. Por outro lado, entre as possibilidades de uso misto instituídas desde o início para um setor, há as quadras 500 Sul e as 700 Norte, que, curiosamente, são o espelhamento das 700 Sul – é o outro lado da rua e também o mesmo setor na outra asa.

A abordagem feita no primeiro capítulo, ao discutir sobre as características da segregação socioespacial no aglomerado urbano de Brasília, salientou a noção de segregação morfológica por funções de uso como um dos elementos que contribuem para seu agravamento. É a idéia de um urbanismo rodoviarista-parque, de grandes vias, com reduzida densidade e extensões fabulosas. Do confronto entre zonas de trabalho e zonas de residência é que nasce este espraiamento do tecido urbano e sua disseminação para o restante do território.

Foi discutido também como esta separação deixa de fazer sentido ao serem tomadas em consideração as transformações da escala metropolitana da cidade e da estrutura dicotômica que permeia estes espaços: quando o residencial se torna o de trabalho, seja para quem mora ali ou para terceiras/os.

Além deste agigantamento da estrutura da cidade como um todo, ocorreu também, já nos primeiros anos de implantação de Brasília, o crescimento da própria estrutura do Plano Piloto. É o que discute Francisco Leitão (2003) ao analisar uma seqüência de plantas da cidade entre os anos de 1957 e 1964. É nítido como o Plano Piloto engordou no seu centro urbano, com a inclusão de novos setores (hospitalar e autarquias), e também no sentido transversal das asas, com o acréscimo das faixas 400, 600, 800, 700 e 900 (figura 10).



- 1. Inserção de uma faixa de quadras de casas geminadas
- 2. Inserção de uma faixa de superquadras econômicas compostas de blocos de três pavimentos
- 3. Ampliação do centro urbano
- 4. Inserção de uma faixa de quadras para usos institucionais

Figura 10

Fonte: SEDUMA/GDF

Estes usos, nitidamente concentrados em lotes de fronteira com a W3, fazem uma complementação do outro lado da rua e aproveitam dos benefícios, em termos de acessibilidade, que tal localização oferece. O uso comercial de frente para a W3 compõe o mesmo tipo de solução encontrado nas unidades de vizinhança, em que a frente das lojas sofreu alteração e migrou do interior das superquadras para o acesso “de serviço”, dando para a rua. Em ambos os casos, toma-se partido de vocação urbana que a rua oferece – local de passagens e de encontros.

Juntamente com o levantamento de fachadas efetuado na primeira etapa da pesquisa, foi verificada a ocorrência de usos não residenciais nas quadras 700 Sul. Na **tabela 03** estão reunidos os tipos de uso e sua frequência quadra a quadra. Foram considerados apenas os casos em que havia algum tipo de sinalização do uso, ainda que ocorra muitos outros de forma mais velada, notadamente a presença de cursos de idioma, de artes, de reforço escolar, clínicas de massagem e estética, aulas de yoga, consultórios médicos etc. Diante da impossibilidade de acessar todo o universo de usos não residências, tomei por medida aqueles que estavam declarados na fachada.

Depois de compilados na tabela 03, que estabelece as informações com base no endereço (por quadra), estes estabelecimentos foram reunidos nas **tabelas 04 e 05**, onde estão ordenados por tipos de uso e frequência. Além disto, foi considerada a localização dos lotes onde estes usos ocorrem. Para tanto, foram utilizados os critérios de acessibilidade frente ao sistema viário principal e de pertencimento ao grupo de quadras de 03 a 07 ou de 08 a 15 (**tabelas 06 e 07**).

Estes usos fazem, assim como nos exemplos de diferentes grupos residindo no mesmo lote, uma repartição do espaço doméstico de maneira a contemplar um novo atributo. Mais uma vez é a garagem que costuma ser convertida em espaço modificado. Pela relação de tipos encontrados, percebe-se a proliferação de categorias que não inviabilizam o uso residencial. São comércios e serviços que utilizam uma parte da casa e não a sua totalidade, ainda que alguns casos sejam o de conversão plena em lote de uso comercial. Há, inclusive, uma dinâmica de aluguel da parte comercial da casa, sem que haja relação entre as pessoas moradoras e as que estabelecem o novo uso para a área – a não ser pelo contrato de locação... – ainda que não seja incomum o aluguel da edificação inteira. Esta não coincidência entre o grupo ocupante para o uso residencial e o comercial é particularmente verdadeira para os lotes de acesso direto pela W3 nas quadras de 03 a 07.

Das categorias citadas, destacam-se as pousadas e salões de beleza, responsáveis por quase 60% dos empreendimentos catalogados.

A correlação entre a existência desses empreendimentos e a utilização de lotes limítrofes com a W3 é bastante alta, levando mesmo a crer que se trata do atributo mais importante para que estes usos comerciais ocorram como fenômeno. São mais de 70% dos estabelecimentos usufruindo do contraste visual que a rua oferece e, para as quadras de 03 a 07, um acesso direto pela avenida. Há, portanto, uma contribuição configuracional para que ocorra esta mudança de uso. As pousadas localizadas em conjuntos de acesso mais profundo, por exemplo, acompanham a existência das que estão de frente para a W3. Ou seja, nas quadras em que não há pousadas de frente para a W3, também não há sua ocorrência nos conjuntos internos.

2.6 Pousadas

Ainda que o uso do espaço para a finalidade de hospedagem faça parte dos usos mistos e tenha, desta forma, sido descrito já na seção anterior; por contemplar um caso particular de modalidade residencial, a ele coube um destaque a parte.

As pousadas da W3 divergem dos hotéis do centro não só pela localização, mas também pelo tipo de serviço que oferecem. As diárias são sensivelmente menores e em uma região menos segregada da cidade no período noturno. É menos sinistra e mais integrada com os locais de uso noturno mais populosos, ainda que a W3 não seja lá o melhor exemplo de boemia da cidade... O Plano Piloto como um todo, pela sensação de andar e não encontrar ninguém na rua, é de alguma forma sinistro durante a noite, sobrevivendo com ilhas espaçadas de urbanidade. Mas em poucos lugares a sensação de insegurança é tão forte como no centro, justamente onde estão localizados os hotéis.

O dono de uma dessas pousadas, em entrevista que me concedeu, categorizou-as como “hotéis de quarta, de quinta”, referindo-se à função social que elas cumprem: acolhem um público de bolso muito mais magro que o dos hotéis. São estudantes, sindicalistas, pessoas com problemas de saúde (em especial as em tratamento no hospital Sarah Kubitschek), pessoas resolvendo litígios na justiça, prestando concursos públicos. Além de turistas em visita à cidade, em especial estrangeiras/os com mochila nas costas. É comum também que empresas de construção civil fechem pacotes para hospedar seu quadro de funcionários pelo período de execução de alguma obra na cidade ou ainda licitações da FUNAI para alojar grupos indígenas em visita à sua sede participando de alguma negociação, festividade ou manifestação.

Mas estas pousadas são também uma modalidade habitacional. Dos grupos citados acima, o de estudantes, particularmente, usufrui das pousadas nesta perspectiva. São locais de primeira acolhida de pessoas forasteiras migradas para a cidade. Um primeiro ponto de pouso que possui a vantagem do preço reduzido⁶⁹ em local bastante central e mobiliado. É também um tipo residencial que dispensa lidar

⁶⁹ As diárias podem chegar a dez reais ou menos, o que dá um montante mensal abaixo de um salário mínimo.

com fiadoras/es e contrato de aluguel, exigências que eliminam grupos com rendas baixas e não inseridos em redes de sociabilidade na cidade.

Um outro grupo que foi encontrado com certa freqüência usufruindo dos serviços das pousadas é o de pessoas artesãs-viajantes, adeptos de uma filosofia *hippie* de vida. São pessoas com experiências de nomadismo que vivem basicamente da venda dos objetos que produzem nos locais por onde passam. Brasília magnetiza, segundo alguns relatos que colhi, um ponto de parada. Talvez pela proximidade à Chapada dos Veadeiros e por oferecer boas possibilidades de ganhos com seus trabalhos. Há, neste caso, uma população itinerante, mas que se fixa por períodos bastante variados na cidade, numa espécie de relação cigana com o seu entorno, estabelecendo moradias de curta duração. Os preços das diárias, como me disse um desses artesãos, varia de acordo com o número de dias de hospedagem, com a pechincha que se faz e até com a cara da pessoa.

As pousadas congregam variados tipos de repartição do espaço das casas onde estão situadas, que vão desde quartos relativamente amplos, com ou sem banheiro, até compartimentações bastante pequenas por meio de divisórias. Por vezes trata-se mesmo de *baías* que não comportam muito mais que o espaço de uma cama de solteira/o. Há, entre os relatos que obtive, reclamações quanto à qualidade do espaço, particularmente entre estudantes que fizeram uso residencial destes pequenos quartos logo que chegaram na cidade. Quartos pequenos, mal ventilados e pouco arejados. Por vezes uma só pensão reúne mais de vinte deles.

Entre os problemas enfrentados por este tipo de estabelecimento está a inexistência de alvará de funcionamento, colocando-os numa atuação frágil. Se por um lado o governo não os concede, por outro cobra impostos referentes a pessoa jurídica, gerando uma certa ambigüidade que oscila entre admitir e tolerar este tipo de uso e a possibilidade iminente de seu fechamento. Problemas com a vizinhança também são bastante comuns, com reclamações e denúncias de moradoras/es que alegam trazerem barulho e confusões. É uma disputa de territorialidade que é agravada pela falta de regulamentação dos usos não-residenciais para o setor, ao mesmo tempo em que já convivem ali há muito mais de uma década.

2.7 Trans-espacialidades

Um último grupo que relato aqui é o das travestis. A W3 parece exercer certa atração sobre este grupo, havendo algumas pensões que servem de residência, assim como quitinetes nas quadras em frente. Entrevistei duas delas: uma, dona de um salão de beleza numa quadra das 700 Sul, e outra que se prostitui no Setor Comercial Sul. Ambas me relataram ser o local onde elas mais se concentram no Plano Piloto, podendo identificar mesmo um sistema de sociabilidade e de solidariedade a partir de experiências de vida em comum, fortemente marcadas pelo preconceito e segregação com que lidam de maneira tão intensa cotidianamente. MacDowell (2007) discorre sobre uma espécie de “ditadura da noite”, uma vez que o período diurno está associado à opressão por mecanismos tácitos de coerção social. A prostituição é um destes signos que a noite carrega, ainda que muitas exerçam outras profissões. MacDowell relata o caso de uma travesti que mora num quarto alugado na W3 que, mesmo sendo próximo a um supermercado, paga a um vizinho, uma criança, para que faça suas compras, evitando assim olhares, piadas e outros tipos de agressão – chegou mesmo a ser revistada por um segurança do mercado, acusada de furto, antes de tomar a decisão de não mais voltar.

Minhas duas entrevistadas moram nas 500 Sul, mas a Aline⁷⁰ morou por cinco anos em duas pousadas diferentes, uma delas nas 700 Sul. Forneceu um nome de pousada que não existe, pois não se trata do que está marcado no letreiro, mas sim do nome da dona, identificando mesmo que não é em todas que são bem recebidas. O dono de uma outra pousada chegou mesmo a me dizer que evitava hospedá-las...

Compreendi, pelo discurso de Aline, que há ao menos dois grandes motivos para que muitas travestis morem em pousadas. São muitas as histórias de rompimento com a família, o que as leva a procurar um novo local de moradia. Por outro lado, este preconceito recebido por parentes é também o que encarnam numa gama de outras experiências ao longo da vida, como por exemplo ao procurar um espaço para alugar. Um terceiro motivo seria o das redes de sociabilidade formadas, facilitadas por fixarem residência juntas ou próximas. Na quitinete onde mora, por

⁷⁰ Nome fictício

exemplo, subloca para outras duas travestis – uma ajuda para as duas amigas e uma drástica redução no valor de seu aluguel.

Numa comparação entre as duas modalidades – quitinete e pousada –, Aline disse estar melhor na residência atual, mas mencionou só tê-la conseguido pela ajuda de um cliente seu, que recorreu a dois amigos para serem fiadores da locação. Nas pousadas já morou dividindo quarto com uma, com duas e até com três colegas.

Estes percalços que as travestis enfrentam na apropriação da cidade têm sido agravados por uma política de repressão e perseguição sistemática que aquelas em situação de prostituição vêm sofrendo. Se são muitas as histórias de violência perpetradas por clientes, pessoas anônimas, entre travestis e entre elas e mulheres profissionais do sexo, é com a polícia que estes relatos têm sido mais freqüentes. Existe uma tática de intimidação em curso denominada *arrastão*, em que operações da polícia militar no Setor Comercial Sul encaminham as profissionais do sexo para averiguação na delegacia, onde são despidas, revistadas e bastante humilhadas. Estas operações têm ocorrido sistematicamente, desde outubro de 2007, numa média de duas vezes por semana. A idéia parece ser mesmo a de profunda intimidação e sua expulsão do local. É uma política de repressão conduzida de forma bastante truculenta e que parece estar vinculada a uma série de outras ocorrendo simultaneamente. É o que tem sido visto com camelôs, com população moradora de rua, com focos de favela e também com outros tipos de ocupação, como veremos no capítulo seguinte. Estamos diante de uma política de governo de *higienização* do espaço urbano, na qual estes grupos são duramente perseguidos, ao mesmo tempo em que pode ser acompanhada uma valorização imobiliária em curso na cidade. Os jornais locais estão repletos de notícias tanto do aquecimento imobiliário como de relatos de operações policiais visando restituir a *ordem* na capital federal. Nos moldes do que vimos no capítulo 01, são situações em que identificamos a existência de vidas matáveis, de expurgos promovidos em nome da ilusão de criação de espaços ordenados.

Assim, a garantia do controle e do ordenamento do espaço se dá pela eliminação das impurezas que ocupam sua paisagem. A violência vem, aqui,

restituir a pureza de um espaço maculado, assegurando seu valor (não apenas imobiliário, mas também simbólico).⁷¹

Por fim relato um trágico evento que infelizmente ilustra bastante bem a situação de violência e preconceito com que as travestis lidam cotidianamente. Durante a pesquisa de campo, quando visitei o Setor Comercial Sul, além de entrevistar a Aline conversei com algumas outras travestis. Uma delas, a Fernanda, foi brutalmente espancada e assassinada pauladas no final de janeiro de 2008. Seus agressores não foram identificados. Um crime de homofobia que sequer apareceu nos jornais. Nem mesmo um inquérito policial foi aberto. Foi enterrada no dia 13 de fevereiro, duas semanas depois do crime, pois ninguém conhecia seus parentes. Depois de encontrados na Bahia, ainda assim não quiseram comparecer.

2.8 Considerações finais do capítulo

Partindo de um cenário residencial bastante limitado que ocorre em Brasília, este capítulo esboçou algumas distorções que ocorrem na região pesquisada, as casas das 700 Sul. É a partir desta contraposição a um estreito imaginário residencial que proponho o entendimento destes relatos como *fissuras*.

Dentre as categorias apresentadas destaco a presença de grupos de baixa renda. Interessante e importante notar sua inserção em meio a uma área de renda bastante concentrada, que é também onde se encontram, maciçamente, os empregos formais da metrópole brasiliense. Além disso, a correlação desta categoria de análise com população pioneira sugere mecanismos de expulsão em curso. O preço do metro quadrado no Plano Piloto indica mesmo um processo de gentrificação já em fase avançada.

O cruzamento de dados de renda e tipologias arquitetônicas permitiu verificar que há maior concentração de grupos de alta renda nas quadras com casas originais

⁷¹ MacDowell, *Geografia do gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade*, página 11.

de dois pavimentos que nas de apenas um. Assim como uma maior porcentagem de reformas com acréscimo de pavimento(s) onde as rendas eram maiores.

Foram encontrados ainda outros esquemas residenciais a partir da repartição do espaço doméstico. Tanto pelo aluguel de cômodos como pela divisão do lote em mais de um núcleo residencial. Ou ainda pela integração de usos mistos. Neste último caso, ocorre um rompimento com uma das células que, reproduzida ao longo do território, gera segregação – espacial de partida e socioespacial na prática – que é justamente a insistente separação entre zonas residenciais e não-residenciais, insistindo num modelo disperso de ocupação do solo urbano.

Os usos comerciais estão concentrados às bordas da W3 e nas quadras de 03 a 07, o que sugere uma contribuição configuracional: acessibilidade e visibilidade frente ao principal tronco viário da área, sendo as quadras de 03 a 07 as únicas que possuem conjuntos de casas com acesso direto à W3.

As garagens aparecem como o principal palco de modificações destas casas repartidas, seja no caso de haver mais de uma residência por lote ou quando o uso comercial aparece conjugado.

As pousadas surgem como fissura por atender a um público diferente dos hotéis, em uma zona não prevista e, particularmente, por funcionarem como modalidade residencial. Moradias de curta ou longa duração tendo a facilidade de não ser necessário haver fiador/a. O caso das travestis que residem em algumas dessas pousadas sugere uma inserção que é particularmente dificultada no espaço doméstico padrão, encontrando refugio nessas casas-pousada.

Baixa renda aparece como uma categoria transversal, ocorrendo em todos os tipos de fissura residencial encontrados, não significando, no entanto, que a totalidade destes exemplos de espaço residencial alternativo seja composta por população de baixa renda.

Tabela 01**Porcentagens por renda na W3 Sul**

Quadras	Pobres (até 2 salários)	Média-inferior (mais de 2 a 5)	Média-média (mais de 5 a 10)	Média-superior (mais de 10 a 20)	Ricos/ricas (mais de 20)	Até 5 salários*
703	6,86	2,94	12,74	27,45	50,00	9,80
703	4,21	1,05	5,26	41,05	48,42	5,26
704	4,88	3,04	8,54	28,05	55,49	7,92
705	5,49	3,66	10,97	21,95	57,93	9,15
706	1,66	3,91	12,85	27,37	54,19	5,59
707	7,39	8,87	12,81	29,55	41,40	16,25
708/709	8,94	10,54	20,77	31,95	27,79	19,49
710	5,16	6,45	19,35	40,64	28,39	11,61
711	7,27	12,12	15,75	29,70	35,15	19,39
712	9,76	7,42	16,41	30,08	36,33	17,19
713	7,96	7,96	21,97	30,89	31,21	15,92
714	1,59	6,35	10,58	33,86	47,62	7,94
715	5,42	7,39	24,63	33,00	29,56	12,81
Total	6,31	6,95	16,03	30,97	39,73	13,26

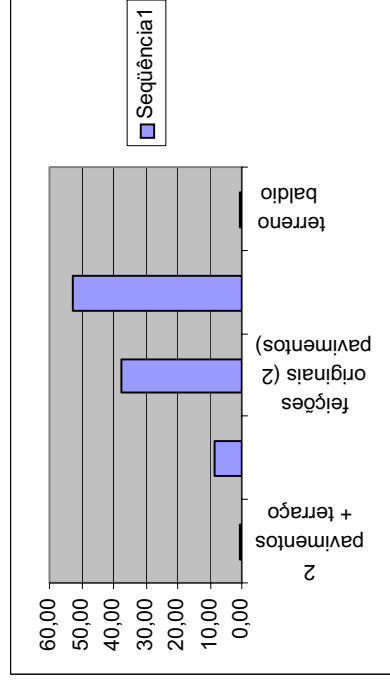
Fonte: IBGE, Censo 2000.

* A Coluna *Até 5 salários* foi obtida pela junção das colunas *pobres* e *média-inferior*

Tabelas 2.1 a 2.12
Tipologia e renda
(a seguir)

Tabela 2.1
SHIGS 703

Características	Quantidade	Porcentagem
2 pavimentos + terraço	1	0,40
3 pavimentos	22	8,73
feições originais (2 pav.)	94	37,30
outros casos (padrão caixote)	133	52,78
terreno baldio	2	0,79
total	252	100,00
ocorrência de 2 lotes juntos	4	1,59
ocorrência de 3 lotes juntos	1	0,40



Renda	Porcentagem	População
Pobres	5,58	11
Média-baixa	2,03	4
Média-média	9,14	18
Média-alta	34,01	67
Ricos/as	49,24	97
Total	100,00	197

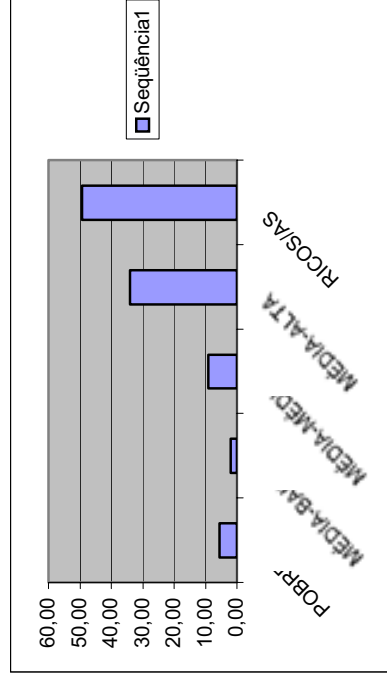
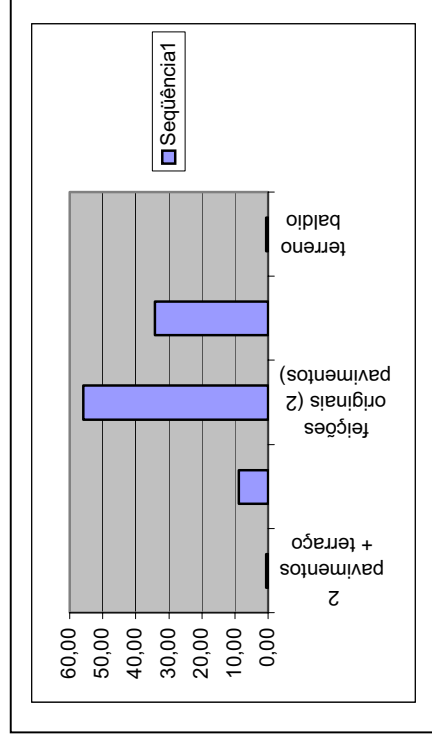


Tabela 2.2
SHIGS 704

Características	Quantidade	Porcentagem
2 pavimentos + terraço	01	0,49
3 pavimentos	18	8,82
feições originais (2 pav.)	114	55,88
outros casos (padrão caixote)	70	34,31
terreno baldio	01	0,49
total	204	100,00



Renda	Porcentagem	População
Pobres	4,88	8
Média-baixa	3,05	5
Média-média	8,54	14
Média-alta	28,05	46
Ricos/as	55,49	91
Total	100,00	164

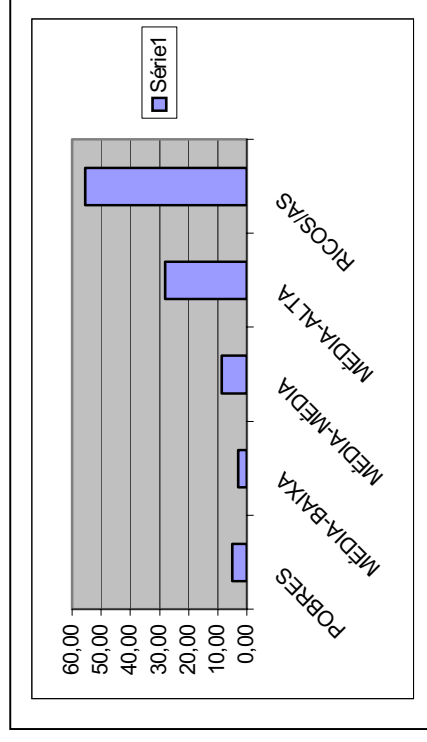
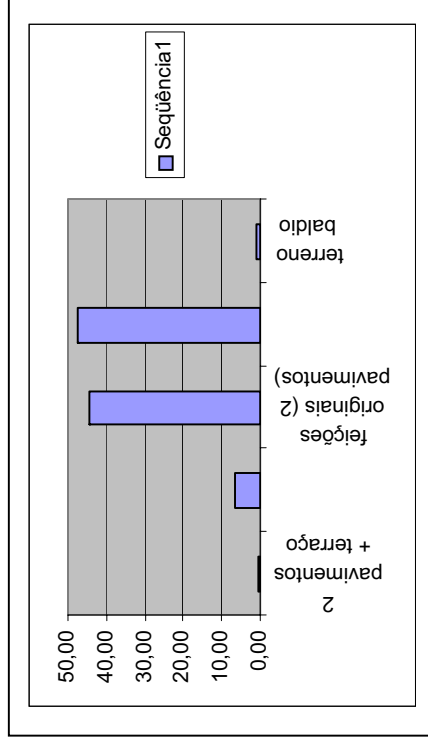


Tabela 2.3
SHIGS 705

Características	Quantidade	Porcentagem
2 pavimentos + terraço	01	0,54
3 pavimentos	12	6,45
feições originais (2 pav.)	83	44,62
outros casos (padrão caixote)	88	47,31
terreno baldio	02	1,08
total	186	100,00



Renda	Porcentagem	População
Pobres	5,49	09
Média-baixa	3,66	06
Média-média	10,98	18
Média-alta	21,95	36
Ricos/as	57,33	95
Total	100,00	164

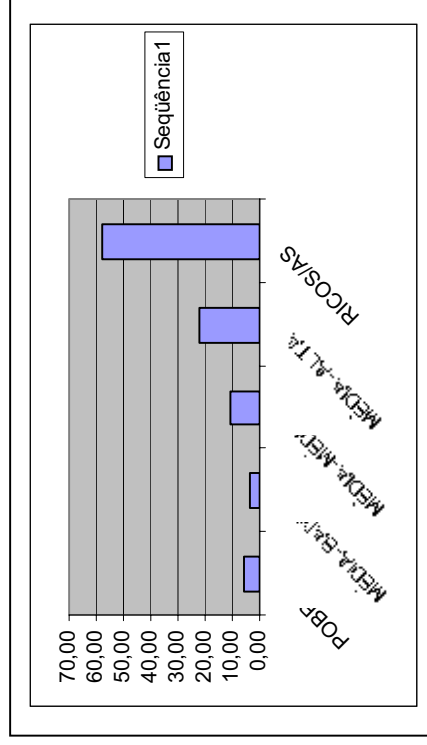
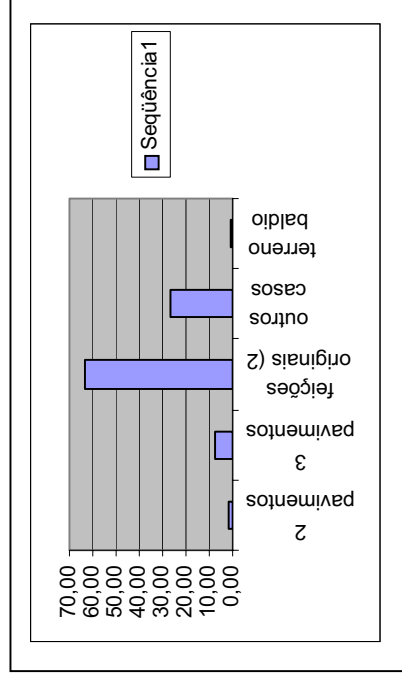


Tabela 2.4
SHIGS 706

Características	Quantidade	Porcentagem
2 pavimentos + terraço	04	1,96
3 pavimentos	16	7,84
feições originais (2 pav.)	129	63,24
outros casos (padrão caixote)	54	26,47
terreno baldio	01	0,49
total	204	100,00
ocorrência de 2 lotes juntos	02	0,98



Renda	Porcentagem	População
Pobres	5,58	11
Média-baixa	2,03	4
Média-média	9,14	18
Média-alta	34,01	67
Ricos/as	49,24	97
Total	100,00	197

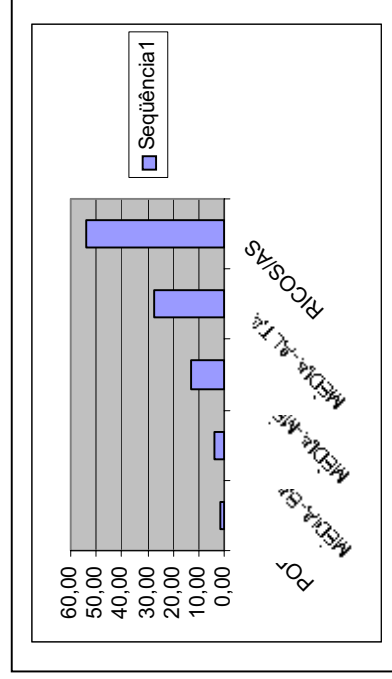
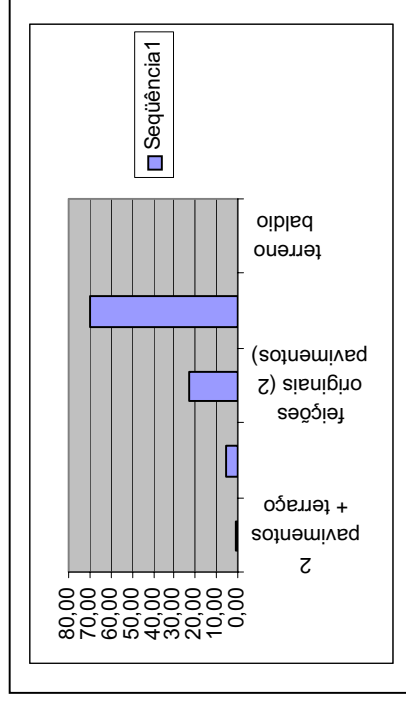


Tabela 2.5
SHIGS 707

Características	Quantidade	Porcentagem
2 pavimentos + terraço	02	0,90
3 pavimentos	12	5,41
feições originais (2 pav.)	52	23,42
outros casos (padrão caixote)	156	70,27
terreno baldio	0	0,00
total	222	100,00
ocorrência de 2 lotes juntos	01	0,45



Renda	Porcentagem	População
Pobres	7,39	15
Média-baixa	8,87	18
Média-média	12,81	26
Média-alta	29,56	60
Ricos/as	41,38	84
Total	100,00	203

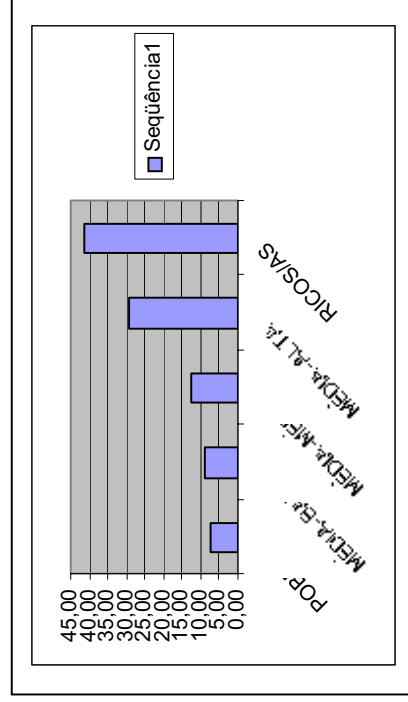
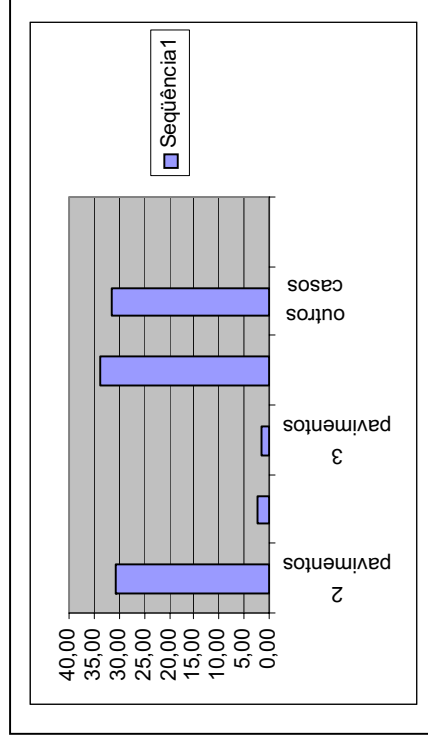
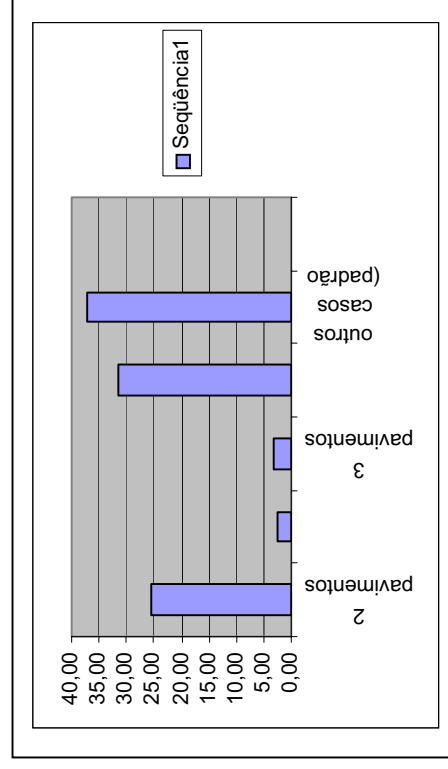


Tabela 2.6
SHIGS 708 e 709

Características (708)	Quantidade	Porcentagem
2 pavimentos	40	30,77
2 pavimentos + terraço	03	2,31
3 pavimentos	02	1,54
feições originais	44	33,85
outros casos (padrão caixote)	41	31,54
terreno baldio	0	0,00
total	130	100,00



Características (709)	Quantidade	Porcentagem
2 pavimentos	40	25,32
2 pavimentos + terraço	04	2,53
3 pavimentos	05	3,16
feições originais	50	31,65
outros casos (padrão caixote)	59	37,34
terreno baldio	0	0,00
total	158	100,00



(continuação Tabela 2.6 - SHIGS 708 e 709)

Renda (708 e 709)	Porcentagem	População
Pobres	8,95	28
Média-baixa	10,54	33
Média-média	20,77	65
Média-alta	31,95	100
Ricos/as	27,80	87
Total	100,00	313

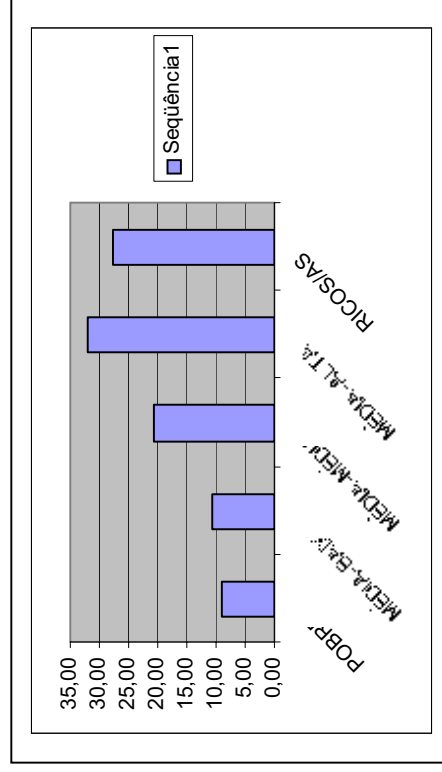
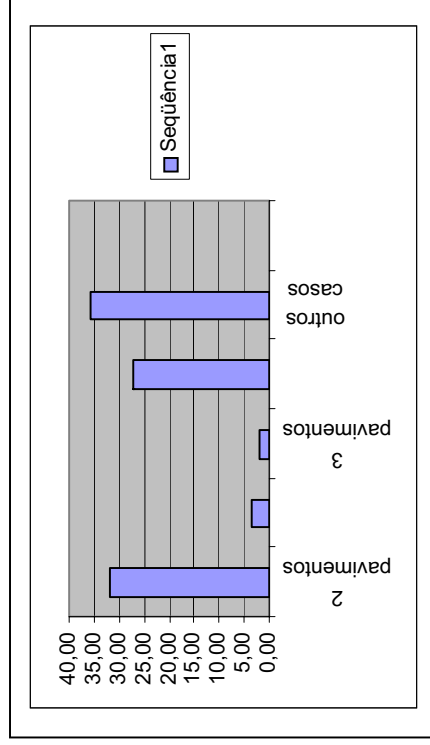


Tabela 2.7
SHIGS 710

Características	Quantidade	Porcentagem
2 pavimentos	47	31,76
2 pavimentos + terraço	05	3,38
3 pavimentos	03	2,03
feições originais	40	27,03
outros casos (padrão caixote)	53	35,81
terreno baldio	0	0,00
total	148	100,00



Renda	Porcentagem	População
Pobres	5,16	08
Média-baixa	6,45	10
Média-média	19,35	30
Média-alta	40,65	63
Ricos/as	28,39	44
Total	100,00	155

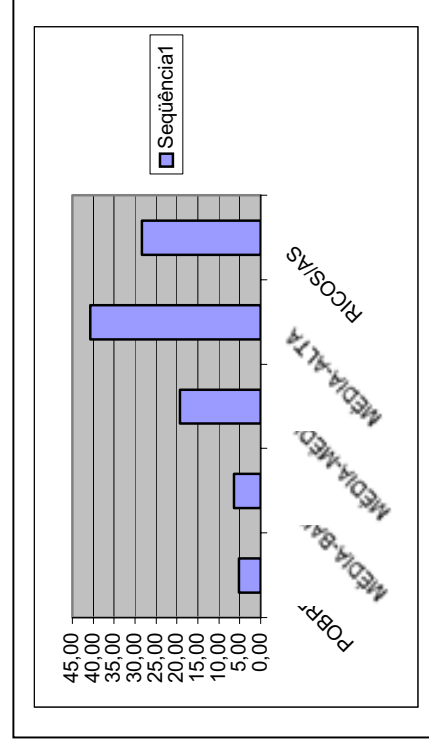
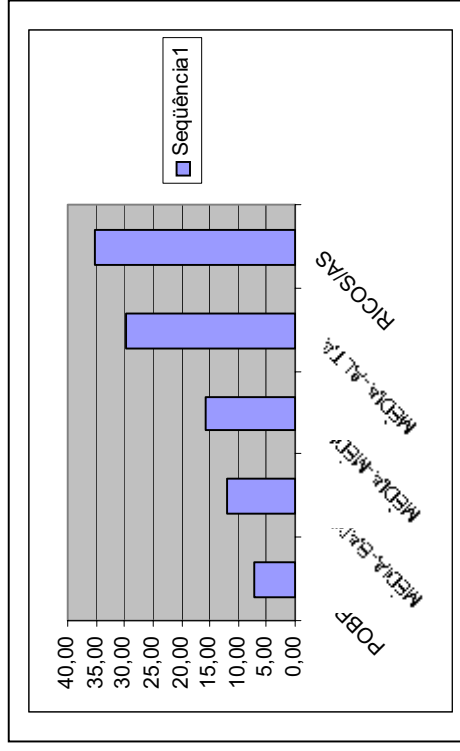
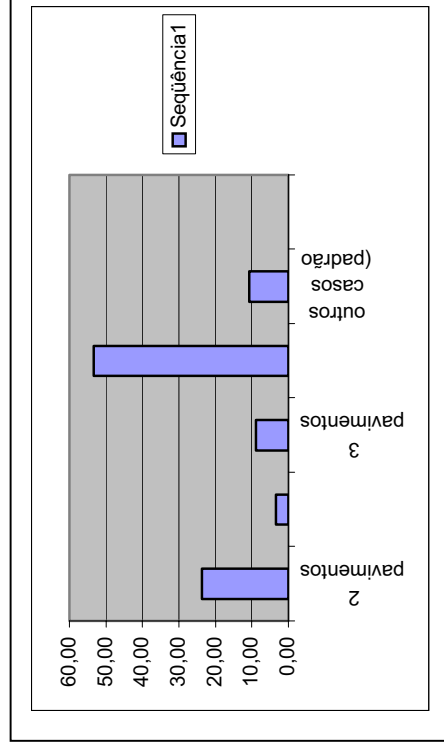


Tabela 2.8
SHIGS 711

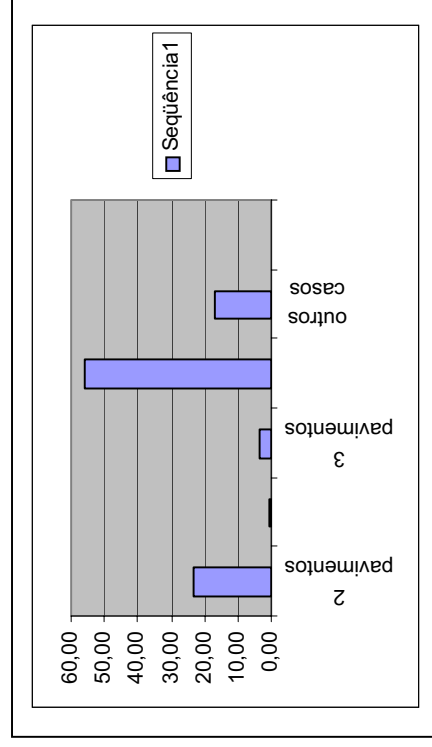
Características	Quantidade	Porcentagem
2 pavimentos	62	23,66
2 pavimentos + terraço	09	3,44
3 pavimentos	23	8,78
feições originais	140	53,44
outros casos (padrão caixote)	28	10,69
terreno baldio	0	0,00
total	262	100,00
ocorrência de 2 lotes juntos	02	0,76



Renda	Porcentagem	População
Pobres	7,27	12
Média-baixa	12,12	20
Média-média	15,76	26
Média-alta	29,70	49
Ricos/as	35,15	58
Total	100,00	165

Tabela 2.9
SHIGS 712

Características	Quantidade	Porcentagem
2 pavimentos	42	23,08
2 pavimentos + terraço	01	0,55
3 pavimentos	06	3,30
feições originais	102	56,04
outros casos (padrão caixote)	31	17,03
terreno baldio	0	0,00
total	182	100,00



Renda	Porcentagem	População
Pobres	9,77	25
Média-baixa	7,42	19
Média-média	16,41	42
Média-alta	30,08	77
Ricos/as	36,33	93
Total	100,00	256

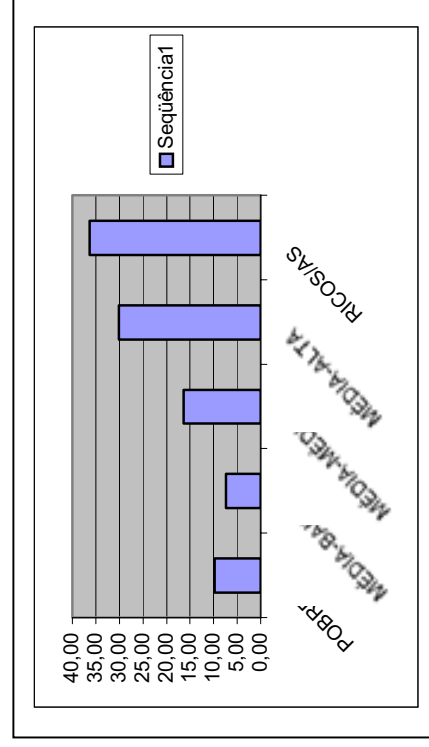
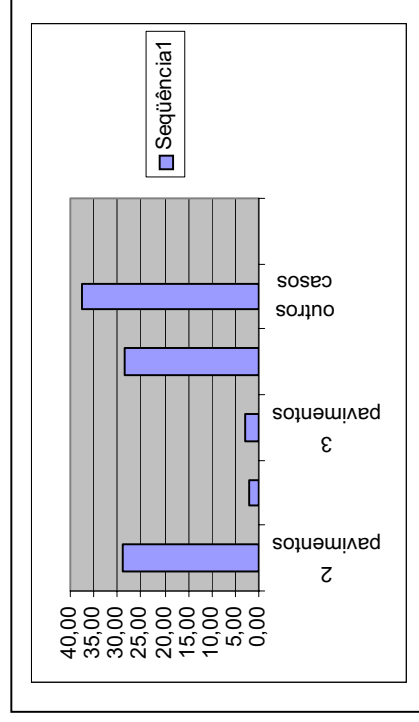


Tabela 2.10
SHIGS 713

Características	Quantidade	Porcentagem
2 pavimentos	93	29,06
2 pavimentos + terraço	07	2,19
3 pavimentos	09	2,81
feições originais	91	28,44
outros casos (padrão caixote)	120	37,50
terreno baldio	0	0,00
total	320	100,00



Renda	Porcentagem	População
Pobres	7,96	25
Média-baixa	7,96	25
Média-média	21,97	69
Média-alta	30,89	97
Ricos/as	31,21	98
Total	100,00	314

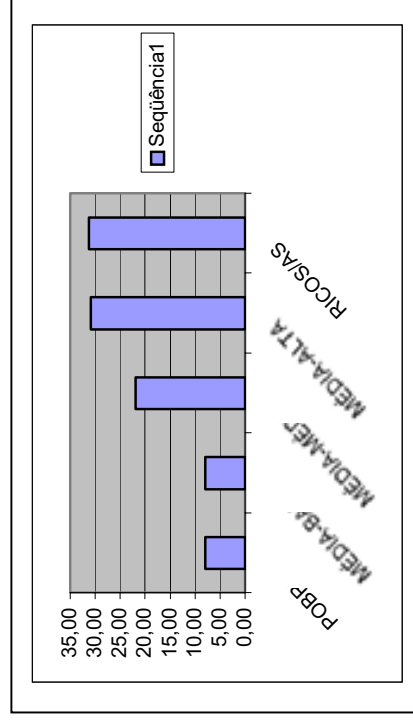
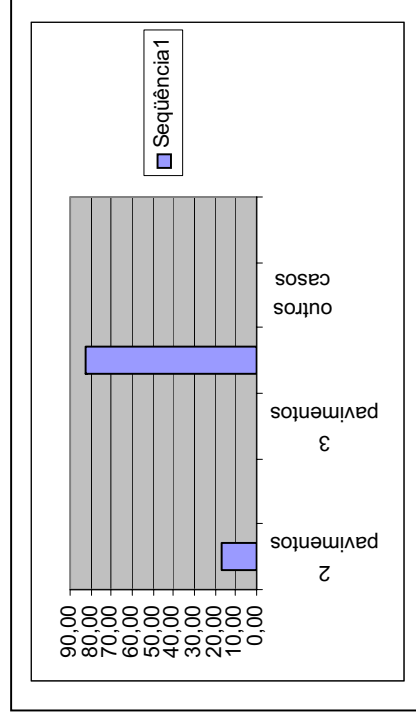


Tabela 2.11
SHIGS 714

Características	Quantidade	Porcentagem
2 pavimentos	15	17,24
2 pavimentos + terraço	0	0,00
3 pavimentos	0	0,00
feições originais	72	82,76
outros casos (padrão caixote)	0	0,00
terreno baldio	0	0,00
total	87	100,00



Renda	Porcentagem	População
Pobres	1,59	03
Média-baixa	6,35	12
Média-média	10,58	20
Média-alta	33,86	64
Ricos/as	47,62	90
Total	100,00	189

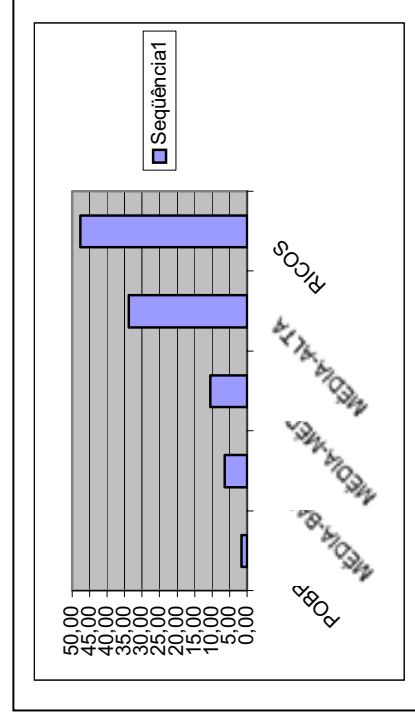
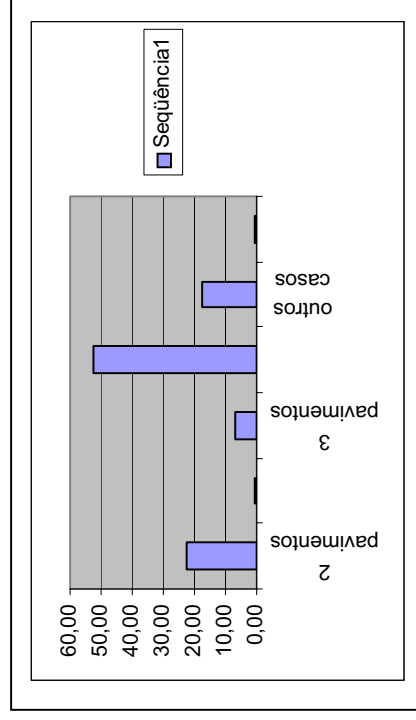


Tabela 2.12
SHIGS 715

Características	Quantidade	Porcentagem
2 pavimentos	47	22,38
2 pavimentos + terraço	01	0,48
3 pavimentos	14	6,67
feições originais	110	52,38
outros casos (padrão caixote)	37	17,62
terreno baldio	01	0,48
total	210	100,00



Renda	Porcentagem	População
Pobres	5,42	11
Média-baixa	7,39	15
Média-média	24,63	50
Média-alta	33,00	67
Ricos/as	29,56	60
Total	100,00	203

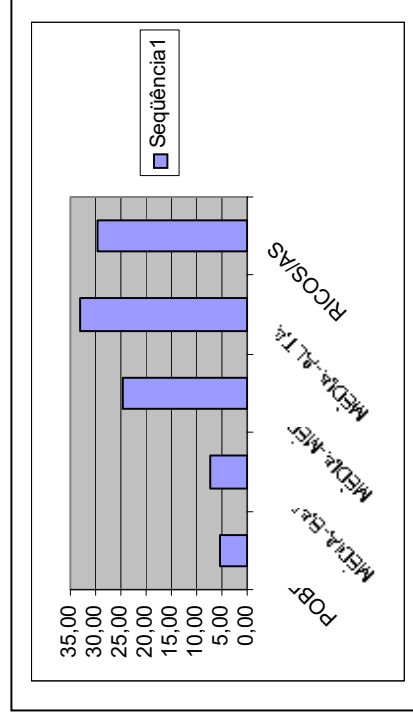


Tabela 03
Usos mistos em cada quadra

QUADRA	TIPO DE USO	FREQ.	LOCALIZAÇÃO
703	escritório de advocacia	01	de frente para a W3
	escritório de advocacia	01	quadra interna
	pousada	06	de frente para a W3
	pousada	02	quadra interna
	sindicato (dos/as empregados/as em empresas de asseio, conservação trabalho temporário e serviços terceirizados do DF)	01	de frente para a W3
704	pousada	04	de frente para a W3
	salão de beleza	02	de frente para a W3
	bazar/ brechó	02	de frente para a W3
	confeção	01	de frente para a W3
	centro cultural lajedo (cristão para moças)	01	quadra interna
	acupuntura e otorrino	01	quadra interna
	escritório de advocacia	01	de frente para a W4
705	pousada	07	de frente para a w3
706	brechó	01	de frente para a W3
	casa de apoio (pacientes/acompanhantes de rondônia)	01	de frente para a W3
	consultório espírita	01	de frente para a W3
	confeção	01	de frente para a W3
	pousada	02	de frente para a W3
	salão de beleza	03	de frente para a W3
707	aluguel de quarto	01	quadra interna
	pousada	03	de frente para a W3
	pousada	01	quadra interna
	pousada/ salão de beleza	02	de frente para a W3
	salão de beleza	05	de frente para a W3
	FENAJ (Federação Nacional dos/as Jornalistas)	01	de frente para a W4
	restaurante	01	de frente para a W3
	xerox	01	de frente para a W3
708	salão de massagem/ depilação	01	quadra interna
709	salão de beleza/ lavanderia/ tinturaria	01	de frente para a W3

(continua)

(continuação da tabela 03 - Usos mistos em cada quadra)

710	salão de beleza	01	de frente para a W4
	vidente	01	de frente para a via coletora (entre a 710 e 711)
711	agência de modelos	01	de frente para a W3
	aluguel de suite	01	quadra interna
	restaurante (comida caseira)	01	de frente para a W3
	escritório de advocacia	01	de frente para a W3
	vidente	01	de frente para a W3
712	ateliê de arte	01	de frente para a via coletora (entre a 712 e 713)
	salão de beleza	01	quadra interna
	vidente	01	de frente para a W3
713	ateliê - sabonetes a base de mel	01	de frente para a W3
	brechó	01	quadra interna
	confeccção	01	de frente para a W3
	costureira (encomendas)	01	quadra interna
	escritório de advocacia	01	quadra interna
	sauna	01	de frente para a W3
714		0	
715	assossiação da polícia militar (ASPOM-BR)	02	quadra interna
	vidente	01	quadra interna
TOTAL		75	

Tabela 04**Tipos de uso e frequência, por localização**

TIPO DE USO	LOCALIZAÇÃO	FREQ.	QUADRAS de 03 a 07	QUADRAS de 08 a 15
agência de modelos	de frente para a W3	01	0	01
aluguel de quarto	quadra interna	02	01	01
ateliê de arte	via coletora	01	0	01
ateliê - sabonetes a base de mel	de frente para a W3	01	0	01
bazar / brechó	quadra interna	01	01	0
bazar / brechó	de frente para a W3	03	03	0
centro cultural	quadra interna	01	01	0
casa de apoio (pacientes / acompanhantes de Rondônia)	de frente para a W3	01	01	0
confeccção	de frente para a W3	03	02	01
costureira	quadra interna	01	0	01
consultório espírita	de frente para a W3	01	01	0
consultório médico	quadra interna	01	01	0
escritório de advocacia	quadra interna	02	01	01
escritório de advocacia	de frente para a W3	02	01	01
escritório de advocacia	de frente para a W4	01	01	0
pousada	quadra interna	03	03	0
pousada	de frente para a W3	22	22	0
pousada /salão de beleza	de frente para a W3	02	02	0
salão de beleza	quadra interna	01	00	01
salão de beleza	de frente para a W3	10	10	0
salão de beleza	de frente para a W4	01	00	01
salão de beleza / lavanderia / tinturaria	de frente para a W3	01	00	01
salão de depilação / massagem	quadra interna	01	00	01
sauna	de frente para a W3	01	00	01
sindicato / associação	quadra interna	02	00	02
sindicato / associação	de frente para a W3	01	01	0
sindicato / associação	de frente para a W4	01	01	0
restaurante	de frente para a W3	02	01	01
vidente	quadra interna	01	00	01
vidente	de frente para a W3	02	00	02
vidente	via coletora	01	00	01
xerox	de frente para a W3	01	01	0
TOTAL		75	55	20

Tabela 05

Tipos de uso e frequência: síntese por tipo

TIPOS DE USO	FREQÜÊNCIAS	PORCENTAGEM
advocacia	05	6,67
alimentação	02	2,67
associações	04	5,33
consultórios espirituais	05	6,67
estética (consta aí 2 pousadas-salão)	16	21,33
hospedagem	28	37,33
lazer	01	1,33
medicina	01	1,33
vestuário	08	10,67
outros	05	6,67
TOTAL	75	100,00

Tabela 06

Localização dos usos (sistema viário)

LOCALIZAÇÃO	FREQÜÊNCIA	PORCENTAGEM
de frente para a W3	54	72,00
de frente para a W4	03	4,00
quadra interna	16	21,33
via coletora	02	2,67
TOTAL	75	100,00

Tabela 07

Usos mistos por grupos de quadras

USOS MISTOS por grupo de quadras	FREQÜÊNCIA	PORCENTAGEM
da 703 à 707	55,00	73,33
da 708 à 715	20,00	26,67

CAPÍTULO 03

Insurgências

já há um mandado tácito de reintegração de abandono
(hilan bensusan)

A luta por reforma agrária e urbana leva todos os anos, no Brasil, milhares de pessoas e famílias a promover diversos tipos de mobilização política, que vão desde manifestações de rua, pressionando por uma ação governamental, à tomada de propriedades ociosas, sem uso. Vale a pena ressaltar aqui a diferença entre ocupação e invasão, uma vez que este último termo é constantemente utilizado – a começar pela mídia corporativa – para criminalizar movimentos que reivindicam uma melhor distribuição fundiária no país.

Este capítulo trata da experiência da *casa das pombas*⁷², uma ocupação urbana que resistiu por 32 dias num prédio da 506 Sul. Ainda que tenha resistido por pouco tempo, pela singularidade de ser uma ocupação no Plano Piloto e pela forte repressão ocorrida, penso ser bastante significativo tratar dela neste trabalho. Para tanto, trarei uma pequena contextualização do movimento de ocupações culturais urbanas, traçarei um histórico do período em que resistiu e também do desalojo e criminalização das pessoas ocupantes, além de traçar conexões entre a ocupação e uma noção de centralidade em que se insere.

Este capítulo será, por vezes, um tanto quanto descritivo. Minha intenção é narrar o que ocorreu e demonstrar de que maneira isto é relevante para um trabalho de pesquisa em planejamento e desenho urbano.

3.1 Sobre ocupações urbanas

O movimento de ocupações urbanas se conjuga no plural. Possui diferentes histórias e coloca em evidência distintas dimensões centrais em cada país e metrópole onde ocorre (Martínez López, 2001). Há grandes diferenças, por exemplo,

⁷² Também chamada de *casa de las pombas*, homenageando a presença de pessoas de outros países da América Latina, ou simplesmente *pombal*.

entre o que acontece nos países da Europa Ocidental e nos da América Latina. A começar pelo déficit habitacional imensuravelmente maior nestes últimos, delineando um perfil de população sem-teto e de baixa renda para as ocupações urbanas. Evidente que reduzir seus objetivos a uma demanda por moradia implica negligenciar que é uma reivindicação que surge pela ocupação de espaços ociosos e de forte centralidade. Uma demanda por reforma urbana, que é um termo empregado para descrever um anseio de mudanças estruturais na cidade, necessariamente passando por uma noção de inclusão social. Muitos grupos, entre eles o Movimento Passe Livre (MPL) e o Movimento das/os Trabalhadoras/es Desempregadas/os (MTD), criticam essa idéia de inclusão social, partindo do princípio de que não querem se incluir no projeto de sociedade em vigor, mas sim superá-lo. Falam em *Conquista da Cidade*, uma vez que isso implica seu controle pelas pessoas, enquanto direito acaba remetendo a algo clientelista.

Há, ao menos, dois perfis distintos de ocupação urbana: as que suprem uma demanda habitacional – ainda que no contexto mencionado anteriormente – e as que servem de base material para a construção de outros projetos sócio-culturais, o que não exclui a moradia. A *casa das pombas* se insere nesta segunda perspectiva, guardando forte relação com os movimentos de contracultura de orientação anticapitalista⁷³ e com práticas autogestionárias. Evidente que as duas categorias não são estanques e traduzem dois anseios que por vezes se confundem.

Martinez López menciona, tratando da autogestão das ocupações, três eixos básicos de participação urbana: 1) a prática do poder social como criatividade e resistência à dominação; 2) a transformação urbana, desde âmbitos produtivos, reprodutivos e ecológicos alternativos à participação formal no urbanismo, 3) a conexão entre diversos movimentos sociais produzindo efeitos de comunicação, socialização política, apropriação popular dos espaços, contracultura e desafios desde democracia direta à governabilidade local e urbana, que respondem de maneira concreta e local a dominações globais.

Algumas das gírias que circulam no meio *okupa* brasileiro – já trago aqui uma primeira – são relativas às experiências e denominações que se dão em diferentes países, mas que ainda assim encontram apelo por aqui. **Squat** é uma palavra de

⁷³ Esta caracterização ficará mais nítida na próxima seção.

origem anglo-saxã e significa, em português, algo próximo a ocupar e que serve como sinônimo de ocupação cultural urbana. Em países hispânicos, **okupa**, variação com “k” da palavra *ocupacion*, serve ao mesmo propósito, ainda que seja encontrada com recorrência a sigla **C.S.O.A.** (Centros Sociais Ocupados e Autogestionados). Há ainda a variação onomatopéica holandesa **kraakers**, aludindo ao barulho de uma porta abrindo com pé-de-cabra. A circulação desses termos sugere uma cultura rizomática de ocupações e um esquema global de resistências interagindo localmente.

(...) as okupações de CSOA especialmente, não só devem servir como espaços abertos (...) senão que devem ser espaços onde se trabalhe pela “utopia” (...) a okupação não é o fim, senão o meio, ou melhor, um dos tantos meios para tentar chegar a um fim maior. A okupação (...) abre portas, propõem diferentes formas de atuação, de pensamento.⁷⁴

3.2 Grupos autônomos organizados e o início da ocupação

Em sete de setembro de 2007, dia do Grito das/os Excluídas/os⁷⁵, teve início a ocupação *casa das pombas*, numa decisão que partiu de um grupo de pessoas pertencentes à Convergência de Grupos Autônomos do DF (CGA). Como o próprio nome sugere, a CGA é uma aproximação de diversos grupos de militância política que acontece no Distrito Federal com base em alguns elementos comuns. Há uma série de bandeiras (preocupações) trazidas com cada grupo, e a convergência atua como um espaço de acolhida de idéias e ações, partilhando experiências, mas também

⁷⁴ Jesus Cancio Garcia, 2007. Tradução livre do trecho “las okupaciones de CSOA especialmente, no solo deben servir como espacios abiertos (...) si no que deben ser espacios donde se trabaje por la ‘utopía’, la okupación no es el fin, sino el medio, o mas bien uno de tantos medios para intentar llegar a un fin mayor. La ocupación (...) abre puertas, se plantean diferentes formas de actuación, de pensamiento.”

⁷⁵ “O Grito dos Excluídos não é um evento localizado no tempo e no espaço. Trata-se, antes, de um conjunto de atividades que convergem para uma determinada data de mobilização geral: o chamado “dia do Grito”. Este, no Brasil, ocorre a 07 de setembro; na América Latina, a 12 de outubro. Uma série de manifestações precedem ou dão continuidade a esse dia, no sentido de priorizar não apenas o conteúdo do evento, mas sobretudo o processo e a metodologia de preparação e participação.” Fragmento de texto da Pastoral Social – CNBB (pesquisado em <http://www.fortunecity.es/conjuntos/libertad/15/excluidos.htm> em 25/11/2007).

construindo algumas outras conjuntamente entre os grupos – a casa das pombas, por exemplo. Fazem parte da convergência grupos como o *movimento passe livre* (que discute intervenções na política de mobilidade urbana, particularmente no que se refere aos transportes públicos), o *centro de mídia independente* (O CMI é um projeto de resistência midiática anticapitalista), *corpus crisis* (perspectiva feminista de micropolítica e combate a diferentes tipos de opressão), *madu* (grupo de libertação animal e vegetarianismo), *krap* (coletivo de resistência anarcopunk), *escola livre* (grupo pedagógico-político que atua através dos princípios da educação libertária) e *ardc* (Ação Rebelde Dignidade Candanga, grupo de inspiração/solidariedade zapatista que possuía forte envolvimento com a comunidade da Cidade Estrutural. É o único grupo que não faz mais parte da convergência, tendo se desfeito no final de 2006).

Adriana Saraiva (2007) menciona, entre os elementos de fusão identitária, e que trazem a idéia de grupos autônomos: a horizontalidade, não hierarquia, não liderança e não partidarismo, além de traços sincréticos e diversificados de várias ideologias políticas de esquerda, que incluem concepções e práticas autonomistas, comunistas, socialistas, libertárias e anarquistas. É um tipo de movimento que vem se difundindo sem respeitar fronteiras, a partir do levante zapatista de 1994 no México⁷⁶, e que ganhou fama com os movimentos de resistência global, particularmente a partir de Seattle⁷⁷. Há uma forte identidade local, ainda que as características descritas acima sejam recorrentes, dando uma espécie de coesão e possibilidade de diálogo entre grupos atuando em diferentes frentes e espalhados mundo a fora. Grupos com este tipo de organização e atuação são descritos como *novíssimos movimentos sociais*, numa nítida alusão à nomenclatura *novos movimentos sociais*, que por sua vez remete às atuações políticas que ganharam visibilidade a partir de *maio de 68*.

⁷⁶ Entre as principais exigências do Movimento Zapatista no México destaco o retorno do artigo 27 da Constituição Mexicana, que garantia a existência das propriedades comunais das terras agrícolas indígenas – uma reivindicação antiga da reforma agrária iniciada na revolução mexicana, na década de 1910. A revogação desse artigo fora imposta pelos Estados Unidos, em 1990, como condição para adesão mexicana ao Nafta. E não por acaso, a insurgência guerrilheira zapatista, organizada pelo Exército de Libertação Nacional, foi levantada no dia em que o Nafta entra em vigor (1º de janeiro de 1994).

⁷⁷ Em novembro de 1999, por ocasião da Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio, mais de 50 mil pessoas vindas do mundo todo se reúnem na cidade de Seattle, Estados Unidos, para se contrapor às políticas neoliberais que seriam ali definidas para os anos seguintes. Já no seu segundo dia, a reunião foi interrompida por conta dos protestos. Foi um momento paradigmático em que a resistência havia se tornado tão transnacional quanto o capital.

Naquela época, emergiram uma série de novas concepções de mundo. O marxismo-leninismo de cunho stalinista, predominante nos partidos comunistas, praticamente ruiu e dali veio o marxismo heterodoxo, um ressurgimento do anarquismo, o início de correntes autonomistas etc. (Paulo Henrique Santarém, 2007). Emergem com força reivindicações do movimento negro, do movimento feminista, do movimento gay, do movimento ambientalista etc. mostrando a importância de aglutinar estas e outras perspectivas à luta de classes. Os novíssimos movimentos sociais trazem a fusão destas perspectivas para um cenário convergente de lutas, em que todas elas são vistas como fundamentais para ampliar uma combatividade anticapitalista. São grupos de uma esquerda radical com práticas de ação direta não violenta e desobediência civil.

3.3 Uma casa ocupada é uma casa encantada⁷⁸

Esse pretende ser um espaço de agregação, mais um lugar de luta e não um fim em si mesmo ou uma simples ocupação de moradia. Nossas inspirações vem de Oaxaca, das assembléias de okupas de Barcelona, das fábricas ocupadas na Argentina, da luta pelo direito a terra, dos territórios zapatistas, dos movimentos dos sem teto, dos quilombos, dos krakers holandeses, dos espaços insurgentes da América Latina, da fina flor do asfalto⁷⁹.

O prédio em questão é composto por quatro lojas com subsolo, térreo e dois pavimentos⁸⁰. Pertencia ao antigo Banco Banerj (Banco do estado do Rio de Janeiro), falido desde 1994 e incorporado ao grupo Itaú em 1997. Há cerca de doze anos estava abandonado, fechado por tapumes e trancado.

⁷⁸ Refrão da banda anarcopunk espanhola *Sin Dios*.

⁷⁹ Trecho de uma nota divulgada logo após o desalojo da *casa das pombas*. A *Flor do Asfalto* mencionada ao final é uma okupa que sobrevive, desde outubro de 2006 até a presente data, na região portuária do rio de Janeiro, próxima ao Morro da Providência. Possui um projeto cultural de apoio às diferentes ocupações de sem-teto que existem na região, tais como a *Chiquinha Gonzaga*, *Quilombo das Guerreiras* e *Zumbi dos Palmares*.

⁸⁰ 506 sul, bloco c, número 33.

A decisão de ocupar se dá pela constatação de que aquele prédio não cumpria minimamente a função social da propriedade⁸¹. Um espaço sem uso cancelado dentro da cidade. Daí decorrem dois tipos de argumentação: o primeiro é de cunho eminentemente político, numa nítida confrontação de uma ordem desigual e contra a especulação imobiliária, entendendo que os prédios fechados são largamente responsáveis – juntamente com seus proprietários⁸², evidentemente! – por um vasto processo de espoliação urbana e usurpação da cidade. O segundo tipo é uma argumentação estratégica para a permanência do grupo no local, pois quanto menos amparada pela lei estiver a propriedade, maiores as chances de uma ocupação bem sucedida.

Acompanhei a trajetória da casa desde o seu início. Conheci ainda no primeiro dia de ocupação. Havia muito entulho, muita sujeira e especialmente muitas pombas – daí o seu nome! Participei de alguns mutirões de limpeza, de reuniões, uma assembléia geral e também de momentos mais cotidianos, nas visitas que fiz com frequência neste mês de vida – oscilava entre as quadras 700 e a 506 sul.

Todas as atividades aconteciam ainda de forma bastante preliminar, pois os esforços vinham sendo canalizados para deixar o local em boas condições de uso. O último pavimento foi o primeiro a se transformar: ali a sujeira já havia dado lugar a paredes coloridas e repletas de cartazes e zines (figura 11). Neste pavimento, a divisão dos espaços correspondia, anteriormente, a dois apartamentos de dois quartos e que tiveram seus cômodos, pouco a pouco, ocupados pelas pessoas que ali passaram a residir. Havia também uma área destinada a reuniões dos coletivos e a idéia de criar usos tais como uma biblioteca anarco-feminista, uma lanchonete vegetariana, um centro de software livre⁸³, entre outros projetos. Sempre com o intuito de fabricar espaços e fazeres autogeridos e abertos.

⁸¹ Cláusula constitucional que se encontra esmiuçada no capítulo de política urbana, compilado no Estatuto das Cidades (lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Entrou em vigor no dia 10 de outubro de 2001 e regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988).

⁸² O não uso da linguagem inclusiva se dá aqui de forma proposital, denunciando a exclusão que o termo *proprietários* carrega consigo...

⁸³ A utilização do software livre é mesmo um princípio de grupos autonomistas. São programas de computador, incluindo aí sistemas operacionais (o *linux*, por exemplo), que podem ser usados, copiados, estudados, modificados e redistribuídos sem nenhuma restrição. Opõe-se ao conceito de softwares proprietários, tais como o *windows* (sistema operacional) e o *autocad* (programa vetorial muito utilizado por profissionais de arquitetura). Que o controle do setor de informática esteja a cargo de algumas poucas empresas denota uma falta de controle social. Uma analogia interessante é a do mercado de sementes transgênicas, conhecidas como *terminais*, uma vez que



Figura 11: *Parede-mural*

Poderia aqui relatar diversos aspectos da convivência entre as pessoas que residiam e freqüentavam a *casa das pombas*, passando por problemas e acordos de convivência, planos para o futuro do espaço, a maneira de tomada de decisões etc., mas o foco deste capítulo está voltado mais para relatar a idéia de haver uma ocupação na 506 sul – ponto que tratarei a seguir – que de necessariamente esmiuçar os pormenores do seu dia a dia. Até porque, a sua experiência findou por ser bastante breve. É interessante analisar seu caráter de insurgência e de contraposição a uma ordem hegemônica que está estabelecida na cidade. Funciona mesmo como uma oposição à especulação imobiliária e falta de acesso à cidade, à cultura e ao direito de se reunir.

geram plantas, mas as sementes de segunda geração serão estéreis, forçando agricultoras/es a comprá-las novamente a cada safra. Adentramos um estágio do capitalismo em que a informação se torna uma das mercadorias mais cobiçadas e em que sua reserva e controle contraria até mesmo o ideal liberal de livre concorrência.

3.4 Centralidade e abandono

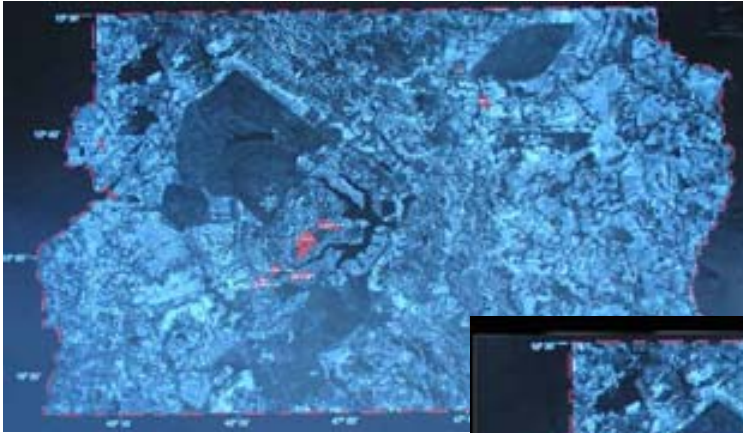
Nessa seção sairei um pouco da casa das pombas para discutir a relação de centralidade à qual está relacionada e inserida. No capítulo 01, tratei de centralidade para demonstrar como se dá o esquema segregador de Brasília. Aqui retorno a esta discussão, mas no seu viés oposto, demonstrando de que maneira a fissura urbana se utiliza de uma centralidade ociosa para existir.

Ao acompanhar a trajetória de implantação e consolidação do aglomerado urbano de Brasília, é nítido como pendeu e ainda pende para o lado sul/sudoeste do território. Há uma série de motivos para que tenha ocorrido desta maneira, alguns deles já abordadas no capítulo 01.

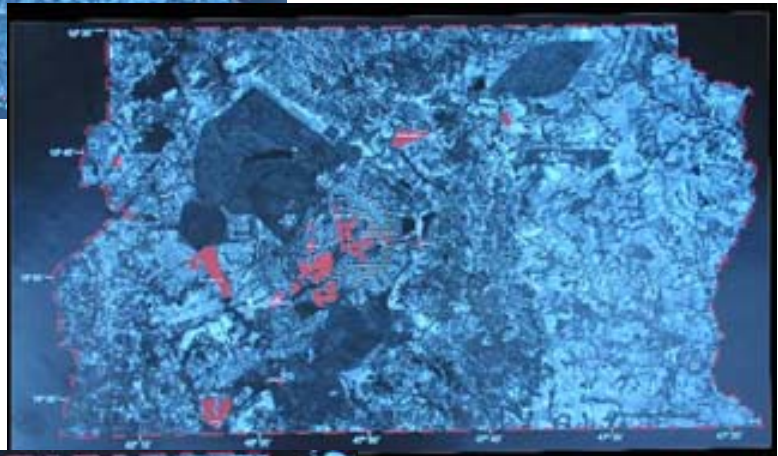
A transformação do plano piloto em Plano Piloto ocorreu a partir de dois pólos: o centro urbano e a Asa Sul, reforçando, justamente, o binômio trabalho-residência da cidade monofuncional-administrativa. A análise de Francisco Leitão (2003) demonstra mesmo de forma quantitativa como isto ocorreu, ao catalogar as plantas urbanísticas entre 1958 e 1964 e verificar que sua imensa maioria se referia justamente a estes dois setores da cidade, seja ao considerar o número de projetos ou mesmo a sua área de abrangência. Sendo o Plano Piloto o núcleo da expansão urbana de Brasília, fica fácil compreender a polarização que sua porção sul imprimiu sobre o território. Esta extrapolação pode ser verificada na pesquisa de Rafael Sanzio (2005), ao contrastar os focos de urbanização do Distrito Federal e Entorno para diferentes épocas. O mapa que elaborou para o ano de 1958 (figura 12a), por exemplo, conta somente com o centro do Plano Piloto, entre a torre de televisão e a Praça dos Três Poderes; com a Asa Sul, do meio até as quadras finais; com a Cidade Livre⁸⁴; dois outros focos em suas proximidades; Planaltina e Brazlândia. A exceção destes dois últimos núcleos, anteriores ao Plano Piloto, todos eles seguem uma linha de força rumo ao sudoeste do Distrito Federal. Para os anos posteriores analisados, ainda que a tendência tenha sido a de formação de uma mancha urbana cada vez mais coesa, é nítido que ela se forma naquele rumo principalmente.

⁸⁴ Núcleo Bandeirante.

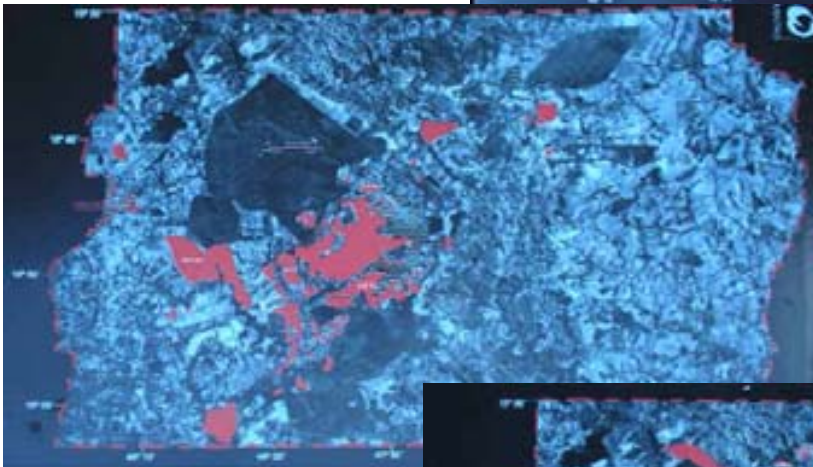
1958



1964



1977



2005

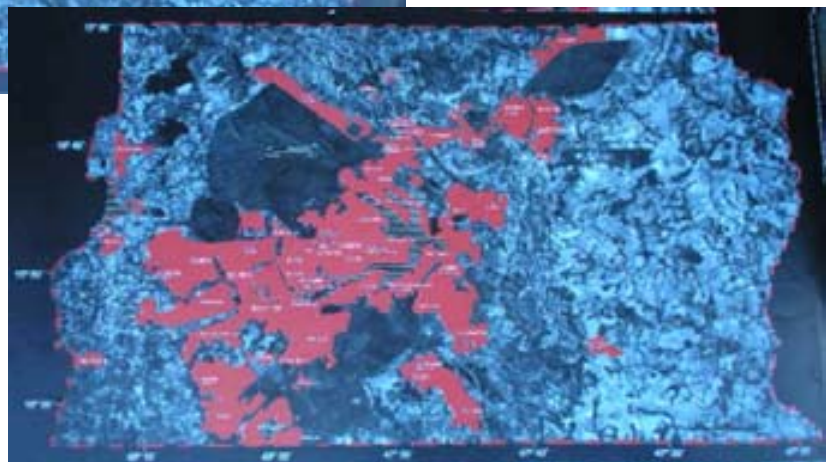


Figura 12a – 12d: Os mapas têm por base uma imagem de satélite de 2005. Nela são assinaladas em vermelho as manchas urbanas correspondentes a cada período pesquisado (Rafael Sanzio, 2005).

Philippe Panerai (2006) fala em linhas de crescimento como suporte para o direcionamento da expansão urbana. Suportes que tomam partido das características do território e também da história de sua ocupação, guardando relação com os seus aspectos naturais e com os construídos e adquiridos. Lembra ainda que o crescimento não se deve apenas ao desenvolvimento intrínseco de uma aglomeração, resultando também das tensões existentes dentro de uma rede de cidades. Como exemplo disto destaca a singularidade dos vilarejos situados nas proximidades das estradas que levam à Paris, que tiveram uma expansão de importância muito maior que o daqueles situados a caminho de outras grandes cidades francesas, ressaltando uma relação de centralidade. Menciona ainda o caso de Porto Alegre que, apesar de localizada a 1500 quilômetros de São Paulo, tem seu crescimento voltado para a estrada que leva a esta última. Se o exemplo vale para a capital gaúcha, pode ser extrapolado para Brasília, onde esta linha de força diz respeito também a São Paulo, assim como ao Rio de Janeiro, aludindo ao esforço de transferência da capital e conexão entre estes dois pólos. Baseado nesta análise, encontramos mais uma justificativa para o crescimento do aglomerado na porção sudoeste do DF.

Consolidando esta vertente de crescimento, os sucessivos planos de desenvolvimento urbano criados em Brasília operam neste sentido (capítulo 01, página 22).

A partir daí, pode-se estabelecer uma relação de centralidade evocada, não só pelo Plano Piloto, mas pela Asa Sul e, mais especificamente, na confluência das suas superquadras centrais com a avenida W3 Sul.

Como a ocupação residencial começou no meio da Asa Sul (casas geminadas e primeiras Superquadras) e prosseguiu por longo tempo descontínua, na primeira fase a W-3 foi o “centro” da cidade pequena que Brasília ainda era⁸⁵.

Em dezembro de 2007, em comemoração aos vinte anos do tombamento do Plano Piloto de Brasília pela Unesco, a 508 Sul passa a ser considerada um marco-zero da cidade. Um segundo marco-zero, o primeiro permanecendo na rodoviária. É uma homenagem à primeira unidade de vizinhança construída. Que o ponto

⁸⁵ Maria Elisa Costa e Adeildo Lima, 1985

considerado tenha sido na 508 e não numa das superquadras ou na Igrejinha é bastante significativo, saudando a W3 como primeiro centro urbano. Além disto, é naquela quadra que se localiza o Espaço Cultural Renato Russo, pautando a escolha por um local de reunião, de encontro e de produção cultural. É ainda uma reverência que consolida um espaço surgido de uma ocupação nos anos 1970:

Nesse período, a sede da Fundação Cultural do Distrito Federal (FCDF) era em um dos galpões da 508 Sul. A história do espaço tem início com a ocupação dos galpões por artistas e assessores da FCDF, então sob a direção de Ruy Pereira da Silva.

A FCDF lutou junto à prefeitura do Distrito Federal para incorporar parte do bloco "A" da 508, que então funcionava como seção da Secretaria de Finanças. Nesse espaço, voltadas para a W3, foram instaladas as primeiras galerias. A primeira abre em 1973, com exposição do arquiteto japonês de renome internacional Kenzo Tange.

As galerias B e C são abertas em seguida, e alguns atores começam a ensaiar nessas dependências nas horas vagas. Alguns notam que o galpão da esquina seria ideal para um centro de oficinas e laboratórios. Importantes exposições passam a ser programadas na 508.⁸⁶

Se esta homenagem demarca uma centralidade, ocorre como resgate do centro urbano *abandonado*. A trajetória da W3 Sul evoca um período de esplendor, portadora do comércio mais prestigioso da cidade e, posteriormente, o de sua decadência a partir dos anos de 1980, quando ocorre uma fuga para outros endereços da cidade, particularmente os *shoppings*.

Esta relação de abandono não é nem de longe exclusividade da W3 Sul. É possível traçar um paralelo com centros urbanos que passaram por prestígio, decadência, abandono e resignificação. O abandono conta, normalmente, com fugas de capital para outras porções do território mais novas, onde novas tecnologias podem ser mais facilmente instaladas ou mesmo por razões mais corporativas/especulativas, pelo controle que um grupo dominante possui sobre uma outra área. Já a re-significação dos espaços centrais abandonados costuma acontecer pelo embate de duas vertentes antagônicas e mutuamente excludentes:

⁸⁶ Fonte: http://www.sc.df.gov.br/paginas/508_sul/508_sul_01.htm, pesquisado em 19/01/2008.

processos de gentrificação e processos de ocupação urbana⁸⁷. É justamente a disputa encontrada no emblemático e criticado caso de revitalização do centro histórico de Salvador, o Pelourinho, ou ainda no centro velho de São Paulo, só para citar alguns exemplos. Jeová Martins (2006) fala de duas correntes disputando o *campo urbanístico*⁸⁸ atualmente: o direito à cidade, ligado a movimentos sociais, ambientalismo e redemocratização; e a cidade mercado, numa visão que prioriza produção e competitividade, as operações urbanas de revitalização e embelezamento, a atração de turismo e investimentos.

A W3 Sul encontra-se nesta interseção da decadência com a revitalização, de onde se pode inferir os dois processos descritos neste capítulo: ocupação de espaços putrefatos por um lado e a forte repressão a ela por outro. Espaços cancelados ocorrem aos montes, mas que, se vistos como focos de especulação imobiliária, não podem ser caracterizados exatamente como abandonados: fazem parte de uma lógica perversa de capitalização do espaço, aguardando um momento mais propício para venda do ponto ou reabertura de um negócio.

Há uma série de indícios da retomada da centralidade da W3, ainda que não sejam precisos os rumos que tomará. Em 2002 ocorre um concurso de idéias para a revitalização da via nos trechos Sul e Norte. O Setor Comercial Sul também possui um plano de transformação que passa por modificações no sistema viário, criação de estacionamentos subterrâneos e requalificação das praças. Além disto, um empréstimo bilionário junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está em negociação desde o governo distrital anterior – gestão Roriz de 2003 a 2006 – a ser convertido em melhorias infraestruturais. Um dos projetos mais importantes dentro do pacote que garante o empréstimo é o de um veículo leve sobre trilhos (VLT), uma versão mais moderna do bonde, que terá a W3 como trajeto. Os informes publicitários do GDF anunciando Brasília como uma das cidades sede da Copa do Mundo de 2014 já mencionam sobre a ligação do aeroporto com o estádio Mané Garrincha, passando pela W3, utilizando o VLT.

⁸⁷ Ainda que essas duas categorias se oponham e sejam recorrentes, há outros tipos de ressignificação de um espaço urbano abandonado. Citaria, por exemplo, o caso de Porto Alegre, onde há um programa da prefeitura de reforma de edifícios públicos abandonados/fechados revertidos para habitação social.

⁸⁸ *Campo*, numa acepção bourdiana, como luta material e simbólica pelo monopólio do dever-ser da cidade.

A ocupação *casa das pombas* guarda relação com todos estes tópicos: centralidade e urbanidade; abandono e ociosidade do espaço; contestação deste padrão. Há uma grande acessibilidade e conectividade do local com o restante do território, o que pode ser exemplificado pelo sistema de transportes públicos do DF. As principais linhas de ônibus cortam o Plano Piloto e, depois de determinada hora, passam somente pela W3 (um pouco mais tarde, nem por esta via, já que o transporte público da cidade dorme muito cedo e é bastante conhecido por sua ineficiência...).

Diante da importância histórica da W3 e do interesse que desperta nos planos governamentais mais recentes, encontramos um indício da ação extremamente violenta de desalojo pela qual passou a *casa das pombas*. O Plano Piloto de uma maneira geral é um território que permanece largamente imaculado de maiores tensões sociais. Isto não quer dizer que elas não existam. Sugere, pelo contrário, que a repressão a elas ocorre de maneira bastante eficiente e truculenta. A história da cidade é marcada por uma grande repressão às interferências que foram ocorrendo ao ideal de uma capital planejada e controlada. Se a ocupação vasta e rarefeita de Brasília sugere um montante extraordinário de recursos para mantê-la – para manter suas áreas verdes incólumes, seus percursos rodoviários amplos e desimpedidos, suas infra-estruturas subterrâneas, seus edifícios permeáveis ao nível do solo, sua tranquilidade e segurança, seu perfil classe-média – deve-se somar aí os custos de seu policiamento, real ou simbólico: a própria ocupação esparsa funciona como certo policiamento, ao fabricar espaços difíceis de serem transpostos e que vêm acompanhados da ineficiência e alto custo dos seus transportes públicos. Este poder de policiamento é ponto fundamental para a manutenção do *status*⁸⁹ de que goza o Plano Piloto. Repressão é parte do custo de se sustentar Brasília.

⁸⁹ Status como síntese do que discuti ao longo do parágrafo. A ocorrência de crimes contra o patrimônio é mais alta no Plano Piloto que em áreas do aglomerado urbano de Brasília conhecidas pela violência. O que é, inclusive, mais um indício desse status de local privilegiado.

3.5 Rumo à criminalização

Uma das primeiras providências tomadas quando o prédio já estava ocupado foi pedir o religamento da água junto à Caesb (Companhia de Água e Esgoto de Brasília). Além do benefício da água encanada, a conta paga representava uma prova do tempo de permanência no local.

Talvez pelo longo tempo sem uso, mas ao invés de ganhar um espaço mais limpo, passou-se a conviver com o mal-cheiro vindo da rede de esgoto. Não só a bomba – movida à energia elétrica – não levava os dejetos para fora do prédio, como também passou a receber os que passavam pela rede da rua, causando um alagamento no subsolo do prédio. Relato aqui este episódio por ter sido crucial para o desfecho prematuro da *casa das pombas*:

Este incidente com o esgoto chamou a atenção da vizinhança para o prédio, passando, toda a movimentação que ocorria, a estar bastante em evidência. Surge daí uma denúncia de possível *boca de fumo*, ponto de tráfico de drogas e de prostituição. Fica a dúvida da sua real intenção, uma vez que não havia indício algum que pudesse justificá-la. O que havia, sim, era uma intenção manifesta de ocupar de forma diferenciada aquele espaço, o que podia ser observado, por exemplo, pelos tapumes pintados e marcados com a frase “*breve, espaço cultural*” (figura 13) – que, segundo uma reportagem do telejornal local da rede Record⁹⁰, seria uma fachada para acobertar os crimes que eram praticados ali dentro.



Figura 13: Breve espaço cultural

⁹⁰ Reportagem veiculada no dia 11/10/2007. Igualmente tendenciosas foram as reportagens feitas pela televisão Rede Globo e pelo jornal Correio Braziliense.

No dia 08 de outubro à noite recebi uma mensagem de celular falando de um possível desalojo. Era o trigésimo primeiro dia de ocupação e, em menos de vinte e quatro horas, o prédio já estaria tomado por seguranças privados do banco Itaú, dez pessoas estariam detidas na delegacia (1ª DP da Asa Sul) e a mobilização já não seria mais em prol da *okupa*, mas pela libertação destas pessoas.

Assim como eu, várias pessoas que compõem a CGA foram acionadas em solidariedade à *casa das pombas* e, na noite daquela segunda-feira, reuniram-se nas suas proximidades para pensar em estratégias de ação. Um brasileiro e quatro pessoas estrangeiras, todas sul-americanas, haviam sido detidas para depor e foram liberadas no começo da madrugada. Havia sido uma batida de policiais militares, que adentraram na casa fazendo uma *tocaia*: usaram o apito-campainha da porta interna e se esconderam fora do prédio. A porta foi aberta e, diante de metralhadoras, não havia muito que ser feito. O brasileiro foi encaminhado para a polícia civil e as pessoas estrangeiras para a federal.

Decidiu-se, entre as pessoas reunidas naquela madrugada, pela confecção de uma carta para a comunidade, esmiuçando os propósitos da ocupação, bem como pela retirada do que havia de mais valioso na casa – por exemplo, dois computadores que haviam sido doados para o futuro espaço de software livre –, dispostas que estavam a resistir, mas sabendo do risco iminente de um desalojo.

A carta não chegou a ser finalizada e muito menos distribuída. A resistência também não teve lá muita eficácia com uma segunda *invasão* policial logo na manhã seguinte. Por volta das dez horas da manhã do dia 09, policiais federais, fortemente armados, tentaram obrigar uma das moradoras da casa, quando saía à rua, a abrir a porta. Ao indagar os agentes, insistentemente, por uma ordem judicial, necessária para entrar em qualquer espaço privado, foi recebida com um tapa na cara, o primeiro de uma série de abusos policiais que seriam configurados a partir daquele momento.

Logo depois cheguei do mercado... Saí da casa, poucos minutos antes, somente para comprar bananas e complementar o café da manhã. Ao retornar, já havia uma confusão em frente ao prédio, a polícia federal bloqueava a entrada e pouco depois chegaria a polícia civil, estranhamente acompanhada de uma equipe de jornalistas da Rede Globo. Dez pessoas estavam na casa, sete mulheres e três homens, todas detidas e levadas à 1ª Delegacia de Polícia da Asa Sul, de onde só sairiam para serem encaminhadas ao presídio feminino do Gama (Colméia) e ao

departamento de polícia especializada (DPE) respectivamente. Ao total foram sete dias de detenção para as pessoas brasileiras e oito para as uruguaias.

Foram cerca de oito horas entre a desocupação do imóvel e o fim do flagrante. Enquanto as pessoas estavam na delegacia, sucessivas buscas foram feitas na tentativa de encontrar irregularidades no local. Inicialmente por tráfico de drogas, motivo da entrada da polícia na casa. Não tendo sido possível configurar tal crime, a tentativa seguinte foi de enquadrar o grupo por roubo de água e luz. Tendo a água sido ligada de forma legal e não havendo luz no local, passou-se a uma terceira e definitiva tentativa: formação de quadrilha.

Um papel xerocado (Anexo 03) contendo informações jurídicas sobre a ocupação de imóveis, tais como: período que configura flagrante-délito; tempo de permanência necessário para ter posse precária, posse segura, usucapião; dicas de como proceder com a vizinhança; impossibilidade de a polícia entrar no local no período noturno, mesmo que com mandato judicial; importância de registros que comprovem o tempo de ocupação etc. Isto foi a prova que configurou a formação de quadrilha. Trata-se de um documento – sem assinaturas – relacionado ao movimento de ocupações urbanas, por mais plural que ele seja. Diz respeito a algo que a ele é muito caro, que é um esquema de solidariedade, de fortalecimento de laços entre *squats* e da própria cultura de estabelecer ocupações. Barcelona, na Espanha⁹¹, por exemplo, é um dos locais com mais forte tradição de ocupações culturais. A Assembléia de Ocupações de Barcelona é um espaço de troca de experiências, de solidariedade e resistência. E também de divulgação de eventos que ajudam a manter os CSOA: almoços e jantares a preços reduzidos, festas, concertos e outras manifestações culturais.

Um detalhe: o artigo 288 do Código Penal (*formação de quadrilha*) precisa estar acompanhado da intenção de cometer crimes (no plural). É estranho, pois, o fato de não constar na ocorrência policial qualquer outro artigo penal vinculado à formação de quadrilha.

Por mais estranho que a realização de ocupações possa parecer a um Estado que visa a manutenção de uma ordem estabelecida e, particularmente, a uma força policial que não mede esforços para tanto; incorrer em uma prisão nos moldes

⁹¹ País localizado na Península Ibérica, ao sudoeste do continente europeu.

efetuados significa tratar como crime algo que se mostra como uma reivindicação mais ampla, que transcende a *casa das pombas*. É uma demonstração de criminalização de movimentos sociais e uma recusa de estabelecimento de diálogo. É reprimir a dissidência, aquilo que, mesmo subsistindo dentro de um ordenamento, não encontra lugar para si. É tratar como capricho, busca de um luxo ou oportunismo um fenômeno que se mostra cada vez mais urgente, imperativo e irrevogável.

3.6 Abuso de forma jurídica



Figura 14
Charge de Latuff

Há vários elementos jurídicos que compõe a propriedade, como usufruto, posse, direito de dispor. No aluguel de um imóvel, por exemplo, a propriedade permanece sendo da pessoa que possui sua escritura e a pessoa locatária paga para alugar a posse daquele imóvel. A posse, na lei brasileira, tem que ser exercida. Se não é praticada, não existe. Adentrar numa propriedade em que a posse está sendo exercida acarreta no dispositivo jurídico da *reintegração de posse*, que é uma ação com uma velocidade como a de poucas no direito brasileiro: num prazo de 24 horas ou até menos é expedida uma ordem judicial assegurando que a propriedade retorne a quem exercia a posse antes do litígio. Já em se tratando de uma terra ou imóvel sem uso, de um espaço abandonado, não se pode reivindicar posse. A pessoa proprietária pode pedir a desocupação, mas o rito jurídico é diferenciado: numa reintegração de posse, ele é urgente! Numa ação de despejo o processo pode se estender por ano(s), porque o direito não dá prioridade a quem não usa da sua posse sobre seus imóveis. Além disto, ao cabo de cinco anos de ocupação, prevalece o fim social da propriedade na figura do *usucapião*, medida que ocorre por meio de ofício

judicial com a transferência da propriedade para quem dela detém a posse. Importante ressaltar que, quando se discute posse e propriedade – especialmente em se tratando de propriedade privada – a ação policial só ocorre se acionada por quem é dona/o do imóvel (Ariel Foina, 2007. Edésio Fernandes, org., 1998).

No caso aqui relatado, este requerimento nunca aconteceu, ao menos oficialmente. Não houve uma *queixa-crime ajuizada*, essencial para que a polícia investigue o crime de *esbulho possessório penal*, ou seja, invasão de propriedade. Caso contrário, a tramitação judicial não passa por uma alçada criminal e será discutida em juízo cível – *esbulho possessório cível*.

Esta sucessão de “erros”: entrada na casa sem ordem judicial, oito horas com um flagrante aberto, acusação sem qualificação; tudo isso pode fazer crer que existe um imenso despreparo da polícia. No entanto, no entendimento de Ivônio Barros, representante do Fórum de Entidade de Direitos Humanos, ou de José Geraldo de Sousa Junior, professor da Faculdade de Direito da UnB, juristas que acompanharam o caso, a polícia cometeu erros gravíssimos no processo justamente pelo preparo que tem de reconhecer as arbitrariedades da ação que praticou. Há um risco que se assume ao invadir um domicílio, pois a constituição só ampara esta decisão se houver um flagrante-delito. Ao adentrar num local e demorar oito horas para descobrir o elemento flagrante que justificaria a ação, a polícia civil não tem mais como argumentar sua entrada. Além disto, as pessoas ocupantes foram detidas antes mesmo de haver alguma acusação formal. Transcrevo a seguir um trecho da entrevista oral que Ivônio Barros concedeu:

No caso específico do que ocorreu foi muito interessante, não só pelos vários erros que a polícia cometeu – talvez deliberadamente, por estar acostumada à impunidade – como os erros cometidos pelo próprio judiciário, que tem uma visão conservadora e que acha que não lhe cabe nenhum tipo de sansão, quer moral frente à sociedade, quer administrativa ou qualquer outra pela forma que age nos seus processos; quer pelo Estado, na forma em que trata as pessoas no sistema prisional; quer no caso específico onde o Estado brasileiro, por meio do DF, promove a punição antes de definir o crime⁹².

⁹² Ivônio Barros, entrevista realizada em 16/10/2007.

Especificamente falando sobre a acusação de formação de quadrilha fundamentada pelo papel xerocado já mencionado diz:

Então o próximo passo (...) é recolher todos os livros marxistas porque falam de revolução proletária (*risos*), (...) todos os livros anarquistas vão ser proibidos no país porque eles também falam da revolução, do direito da sociedade em se rebelar contra o autoritarismo, contra a força e o poder dos outros⁹³.

Este é o quadro que configura um abuso de forma jurídica. Além disto, o prédio foi esvaziado e deixado sob a responsabilidade de seguranças privados do Banco Itaú em menos de 24 horas da invasão policial. Era um espaço ainda sob a tutela do Estado para fins investigatórios, de maneira que a polícia deveria estar presente para controlá-lo (Ariel Foina, 2007).

No entendimento da antropóloga Rita Segato (2007), estudiosa das interfaces e disputas entre direitos humanos universalizantes e alteridades antropológicas, buscando a noção de pluralismo jurídico, trata-se de prisões políticas. Segato fala sobre a previsão do direito político de reunião, o que pressupõe um espaço. Esta é uma forte preocupação dentro da luta por direitos humanos:

Essa juventude presa pela diferença (...) presa pela pluralidade – por formas de vida, de convivência, de sexualidade (...) Enfim, tudo isso estava expresso lá (...) E numa outra frente temos uma polícia que não entende nada disso, mas que não é toda. Há uma parte que tem feito um grande esforço por compreender esse novo momento do valor da diferença, da expressão da diferença e da politização da diferença. Houve uma sucessão de erros em termos jurídicos que foram feitos pela ansiedade de punir o que elas/eles são. Portanto, acho que devemos defender e falar abertamente que se tratam de prisões políticas e uma tentativa de mascarar essa política com termos jurídicos. Há muitas falácias nessa argumentação. Formação de quadrilha! Esse pessoal não mata nem uma mosca. Seria engraçado se não fosse cruel.⁹⁴

⁹³ Idem.

⁹⁴ Rita Segato. Entrevista realizada em 16/10/2007.

3.7 Um desalojo igual a mil distúrbios⁹⁵

A prisão das dez pessoas acarretou numa grande mobilização envolvendo os diferentes grupos da CGA, assim como outros movimentos sociais – *MTD*, Federação Anarquista do Rio de Janeiro (*FARJ*), *Encontro de Rádios Livres*, *MPL-SP*, coletivo *Gato Negro* de Libertação Animal, coletivo lésbico-feminista *Coturno de Vênus*, Movimento das/os Trabalhadoras/es Sem-Teto (*MTST*), Squats/grupos anarquistas da Argentina, Chile, Espanha etc. –, acadêmicas/os e mesmo figuras políticas da cidade comprometidas com a luta por direitos humanos (tanto da Câmara Legislativa Distrital como da Federal). Os sucessivos editoriais do Centro de Mídia Independente⁹⁶ no mês de outubro de 2007 dão uma amostra desse compromisso de diferentes setores e grupos em combater as arbitrariedades jurídico-policiais vinculadas ao desalojo da *casa das pombas*.

A mobilização durante os dias de cárcere contou com vigílias à delegacia, busca de orientação jurídica com diversos profissionais da área, divisão em grupos de trabalho articulados com o andamento do processo judicial e com questões midiáticas (tanto contatando os grupos responsáveis por reportagens tendenciosas como divulgando notas e esclarecimentos em meios alternativos). Após a declaração de liberdade provisória foram organizados encontros, coletiva de imprensa, edição de vídeos e atos públicos, criando uma resistência em caráter continuado.

Dialogando com os diversos grupos que se solidarizaram com o desalojo foi feito um chamado de mobilização simultânea. Foram organizados atos políticos, concertos, almoços etc. em diferentes cidades e países, em alguns casos com a arrecadação de verbas destinadas a auxiliar nos gastos da semana de cárcere, recuperar materiais perdidos no desalojo e confeccionar material de divulgação sobre o caso. Algumas dessas mobilizações tiveram um caráter bastante lúdico, ironizando a acusação de formação de quadrilha. Puderam ser vistas, em pleno outubro, pessoas com trajes juninos e nariz de palhaço formando quadrilha de São João. Foi o que ocorreu não só em Brasília (figuras 5 e 6), mas também em São Paulo (figura 7) e no Rio de Janeiro. Outra manifestação de destaque se deu com o *III dia nacional de*

⁹⁵ Frase conhecida no meio okupa, impressa em camisetas e pets e usada como palavra de ordem em manifestações.

⁹⁶ www.midiaindependente.org

mobilização pelo passe livre (26 de outubro) que, em Brasília, foi uma caminhada da rodoviária do Plano Piloto até a *casa das pombas*, fechando uma faixa de trânsito da avenida W3 Sul.



Acima Figuras 15 e 16: *Formação de quadrilha* no Setor Comercial Sul, na Praça do Povo, em frente ao banco Itaú.

Abaixo Figura 17: Chamado para ato em São Paulo.

VENHA FORMAR QUADRILHA...

..NUMA ATIVIDADE PRA LÁ DE BOA: MÚSICA, TRAJE JUNINO, ANIMAÇÃO, CANJICA E POLÍTICA!

MUITA FESTAÇÃO EM SOLIDARIDADE ÀS CUMADI E AOS CUMPADI PRESOS INJUSTAMENTE POR FORMAÇÃO DE QUADRILHA, POR FAZER UMA OKUPAÇÃO CULTURAL NA CAPITAL FEDERAL!

O PRÉDIO DA OCUPAÇÃO ESTAVA ABANDONADO PELO ITAÚ HÁ 12 ANOS...

SEXTA-FEIRA 13/10 ÀS 18:30 NA FRENTE DO ITAÚ CULTURAL!

TODA SOLIDARIDADE À OKUPA CASA DAS POMBAS, POR CULTURA LIVRE, POR UM MUNDO SEM ESPAÇOS ABANDONADOS, SEM ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E LATIFÚNDIOS, POR UM MUNDO SEM CATRACAS E SEM DESEMPREGO.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS: WWW.MIDIANDEPENDENTE.ORG

3.8 Considerações finais do capítulo

A questão da função cultural da propriedade, ainda incipiente no Brasil, começou a ser discutida recentemente e o movimento que resultou nessa ocupação faz parte dessa discussão: da necessidade de existirem espaços urbanos destinados à produção social criativa e expressão artística coletiva. É uma questão de direito: direito à cidade!⁹⁷

Pode-se dizer que o Estado não prevê a possibilidade das ocupações, pois está a seu cargo o monopólio do uso da força e da gerência do espaço. Ao mesmo tempo, prevê que uma propriedade abandonada há mais de uma década não pode assim permanecer. Há solução para este impasse? Diante de uma ineficiência ou mesmo de uma protelação, não seria ocupar um modo legítimo? Por que será que não existe a mesma eficiência para se desapropriar um espaço abandonado que a empregada para desalojar um grupo que resolveu dar vida ao local?

Um dos pontos tratados a partir do desalojo da *casa das pombas*, particularmente pela mídia corporativa, foi sobre a possibilidade de uma ocupação *desordenada* do território que as ocupações urbanas trariam. No entanto, não seriam os espaços cancelados e lacrados dentro da cidade uma ode à ocupação “desordenada”? Existe realmente alguma ordenação do território quando a maior parcela da população não tem acesso a ele? Mais uma vez volto a insistir que se trata de um ordenamento e de uma normatização que operam por meio de exclusões e de manifestação de uma relação de poder.

Martinez López (2001) observa que as práticas de rebeldia, de transgressão de leis injustas ou de códigos morais opressivos por meio das quais as ocupações urbanas operam transcendem sua própria manifestação, pois são verdadeiros desejos de comunicação de outros modos de organização social mais racionais e livres. A sociedade ou as autoridades legais podem perseguir ou castigar essas condutas, mas, ao fazê-lo, carregam a irresponsabilidade de parecer não querer saber nada

⁹⁷ Trecho da carta encaminhada ao jornal Correio Braziliense e à emissora Rede Globo solicitando direito de resposta às reportagens apresentadas na semana do desalojo.

sobre as justificativas de quem compõe o movimento – ainda que as motivações reais sejam muito mais as de repressão que as de falta de compreensão...

Ou ainda, como salienta Adriana Saraiva, ao tratar de um vanguardismo associado aos movimentos sociais:

O movimento da Ocupação Pombal, como todo movimento social, transcende limites que a sociedade, naquele momento, considera intransponíveis. Essa, aliás, é a função histórica dos movimentos: se não fossem eles, as jornadas de trabalho não teriam oito horas, as crianças trabalhariam em condição de igualdade com adultos, a escravidão ainda existiria, e as mulheres não votariam. Apenas uns poucos exemplos para ilustrar o que se conseguiu, a duras penas, conquistar legalmente, a partir da ampliação do imaginário social de cada época e sociedade⁹⁸.

Este apontamento vislumbra a possibilidade de uma fissura urbana *temporal*, transpondo limites impostos que, por meio de pressão social, logram romper com um determinado arcabouço normativo. Isto não significa contar com um mecanismo tácito de incorporação da fissura ao sistema que outrora transgredia (ao contrário – voltarei a esta discussão nas considerações finais à dissertação). Visa identificar eventos com forte apelo social. E que por terem tido força foram incorporados, mas que nem por isso devem ser entendidos como o anseio de incorporação à regra, senão ao de com ela romper.

Hoje, o prédio onde viveu a *casa das pombas* encontra-se lacrado por uma parede de alvenaria de concreto onde antes havia os tapumes, garantindo que permaneça sem uso. Este é mais um indício do mandato tácito de reintegração de abandono...



Figura 18 e 19: de breve espaço cultural a parede de concreto

⁹⁸ Adriana Saraiva, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fissuras!?

Sem comunidade não há libertação,
somente o mais vulnerável e temporário
armistício entre @ indivíduo@ e sua
opressão⁹⁹

Ao aludir a problemas de gênero para compor este trabalho de pesquisa em desenho urbano busquei apontar aspectos de exclusão que se dão em ambos os cenários, aproximando-os na medida em que trazem uma aparência de estabilidade, apesar de operarem acompanhados de sua negação e contestação a todo instante. Uma tarefa de nomear por meio de recursos variados, mas nem por isso desconexos, uma produção jurídico-normativa outorgada como padrão universal e universalizante que, porém, não só é incapaz de atingir tal meta, como produz exclusões ao se arrojar como padrão. Ou seja, não estamos só falando de uma ineficácia normativa, mas de uma exclusão fabricada pela própria norma.

Estando a normatização de gênero baseada em uma matriz que cria proibições nitidamente perceptíveis, a comparação com fenômenos urbanos traz este caráter de exclusão intrínseca para um cenário onde nem sempre as contradições são vistas como inerentes ao próprio sistema urbano, mas a aspectos ainda não superados ou ainda em construção. Ainda que muitas destas proibições da matriz de inteligibilidade de gênero estejam apenas sugeridas, sendo transmitidas como costume social por meio de práticas misógenas e homofóbicas, muitas delas fazem parte do cerne jurídico-normativo da *generificação* a que somos submetidas e submetidos desde criança e nas mais diversas instâncias sociais. Um exemplo nítido seria a impossibilidade, ainda hoje, de união civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. Ou mesmo a união civil entre mais de duas pessoas. Reside aí mesmo, nesta proibição, a célula normativa que indica que o único comportamento socialmente aceito é o heteronormativo-monogâmico. E mesmo em países em que a união civil homossexual é uma conquista adquirida, ocorre como um avanço numa luta anti-homofobia, mas que só pode se dar como política de redução de danos sociais ou reforma de aspectos políticos que persistem. A proibição continua ali, pois apesar da união civil

⁹⁹ Audre Lorde. “*The Master’s tools will never dismantle the master’s house*” in *Sister outsider*. Tradução livre do trecho: “Without community there is no liberation, only the most vulnerable and temporary armistice between an individual and her oppression”.

admissível, o comportamento esperado continua sendo o da heterossexualidade compulsória. O mesmo poderia ser dito sobre as conquistas trabalhistas e de autonomia civil que as mulheres obtiveram no ocidente ao longo do século XX, quando, à sua revelia, permanecem práticas de divisão sexual do trabalho doméstico, atribuições diferenciadas de comportamentos para homens e mulheres no processo de socialização desde criança, particularmente no cenário escolar, e opressões e violências que insidem especialmente sobre os corpos femininos, objetificando-os e violando-os.

Trazendo para o cenário urbano, o fosso entre norma e fissura pode ser entendido, por exemplo, pela ineficácia das garantias constitucionais de seguridade social (moradia, saneamento, segurança etc). Este fosso é muitas vezes enxergado como um estágio a ser superado, o que não implica em questionar o próprio ordenamento, historicamente tão estabelecido como o seu aspecto residual, a sua fissura. Como exemplo está a questão fundiária: em que medida a possibilidade (o que não significa sua concretude) de desapropriação de terras/terrenos/imóveis desocupados é garantia de lograr uma distribuição mais justa e eqüitativa? Pois focar a questão somente na parcela ociosa é deixar intocado um sistema de propriedade que permite – e está baseado nessa premissa – a sua acumulação em porções gigantescas para grupos reduzidíssimos.

Seria possível, então, buscar reformas a um sistema, seja ele urbano, de gênero ou de organização política de uma maneira geral, tentando incluir aspectos que até então subsistiram como exclusão vital para sua manutenção? O percurso trazido neste trabalho fala justamente desta noção de exclusão estabelecida no nível mais elementar da proposição de um ordenamento: na sua origem. De como esta lacuna gera fissuras a todo instante, o que pode ser entendido por uma noção de falha e incompletude do próprio ordenamento, mas também como combatividade contra e deturpação do ordenamento que a exclusão gera. Retomo nestas considerações finais ao trabalho com o aporte teórico que o guiou, mas o faço buscando criar elementos de tensão e reflexão. A citação dos dois trechos que seguem trata justamente desta tensão, retomando os aspectos apresentados anteriormente, mas também pensando sobre suas possibilidades e limitações.

Claro que esta tarefa crítica supõe que operar no interior da matriz de poder não é o mesmo que reproduzir acriticamente as relações de dominação. Ela oferece a possibilidade de uma repetição da lei que não representa sua consolidação, mas seu deslocamento.¹⁰⁰

Haverá formas de repetição que não constituam simples imitação, reprodução e, conseqüentemente, consolidação da lei (...)?¹⁰¹

Uma limitação da teoria proposta por Judith Butler, de onde trago inspiração para a confecção deste trabalho traduzida na idéia de *fissuras urbanas*, se dá ao identificar uma séria fragilidade para a subversão da matriz de poder. Isto porque, se a subversão, por mais transgressiva que possa vir a ser, opera dentro da matriz de poder a qual contesta, fatalmente estará se remetendo a ela. Não seria então uma mera reinterpretação da matriz de poder, readequando-a a uma nova base material? Uma expansão da matriz que, ao invés de galgar sua destruição, seria mesmo uma maneira de a tornar mais palatável? Uma condição mimética que a fortalece?

Essa tem se mostrado, por exemplo, a grande alavanca de sustentação do capitalismo nos últimos séculos. Uma latência que se desdobra na incorporação de alguns benefícios trabalhistas ou na aparência de que eles ocorram, re-acomodando uma dominação cada vez mais sofisticada às possibilidades crescentes de uma comunidade cada vez mais capaz de se organizar – o que não significa que ela esteja de fato se organizando e conspirando...

É o que aponta Slavoj Žižek¹⁰² dialogando com a própria Butler quando, apoiado nos escritos de Agambem anteriormente discutidos neste trabalho, desconfia da possibilidade de entrada no discurso hegemônico para introduzir *erros performáticos*, pois somente a quebra absoluta da lei injusta traria uma insurreição de fato.

Nesse sentido, seria possível aproximar as idéias de Butler à teoria de Gramsci que, ao tratar de hegemonia numa perspectiva marxista, vislumbra uma tomada de poder do proletariado por meio de uma contaminação gradual das instituições,

¹⁰⁰ Judith Butler. *Problemas de gênero*, página 55.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Judith Butler, Ernesto Laclau, Slavoj Žižek. 2000.

infiltrando-se e provocando *erros performáticos*. Evidente que a comparação é limitada. Seria mesmo injusto ler as fissuras por ela apontadas como um projeto de tomada de poder ou de recriação de uma matriz de inteligibilidade que insista na categoria *poder*. A comparação visa muito mais desconfiar da potência das fissuras em oposição a fissurar a própria inteligibilidade integralmente.

Num certo sentido, ao respondermos a um ordenamento e normatização que fabricam exclusões o tempo todo, lidamos com significados necessariamente fissurados, uma vez que incompletos e limitados. Assim, performá-los implica subvertê-los necessariamente. Como uma condição inerente à própria regra! O limite que apontei anteriormente não visa anular esta afirmação buscada ao longo da dissertação como um todo, mas sim pensar nas suas limitações para vislumbrar uma transformação social mais ampla e generalizada capaz de transcender exemplos localizados de combatividade. Como sugere Tomás Cardoso:

Talvez não queiramos (e talvez nem faça sentido) inflacionar o conceito e chamar de subversão os desvios performativos necessariamente constantes que houver às normas de inteligibilidade, mas talvez queiramos chamar de subversivos atos que distam da lei (que não é nada senão atos que supostamente não desviam de sua base normativa) em uma medida não prevista por ela a ponto de não ser mais disfarçável.¹⁰³

Recorro ainda a Audre Lorde que, na epígrafe deste capítulo, nos lembra da necessidade de organização coletiva para lograr uma real libertação. Fala isso particularmente para um público de feministas brancas em uma conferência, lembrando que estar ali enquanto mulheres majoritariamente negras e pobres cuidam das casas, das filhas e dos filhos das conferencistas é insistir em modelos de organização e mesmo de luta e contestação social ainda baseados em opressão: um feminismo racista! Na passagem que dá título ao texto ela diz:

¹⁰³ Tomás Cardoso, *Fissura*.

Pois as ferramentas do senhor nunca irão desmontar a casa-grande. Elas podem nos permitir temporariamente vencê-lo no seu próprio jogo, mas nunca nos permitirão trazer uma mudança genuína.¹⁰⁴

Certa vez passava de carro pelo centro de Brasília. Numa cena extremamente corriqueira, algumas pessoas me abordaram ao parar no sinal de trânsito. Vendiam balas, distribuíam panfletos de construtoras/imobiliárias, promoções de supermercado, de copiadoras, de planos de saúde. Uma delas vendia mini painelas-de-pressão feitas com latinhas de alumínio. Obviamente não serviam como utensílio de cozinha, senão como enfeite. Não deixa de ser uma finalidade interessante para um material utilizado de maneira bastante descartável. 350ml de cerveja ou refrigerante e *pá!* Lixeira nela. E uma amiga que estava comigo no carro me diz: *e quando todas as pessoas do mundo já tiverem uma panelinha-de-pressão? Não dá para entulharmos nossas casas com um monte delas...* Porque preservar um modelo de urbanização que insiste na cena em que estou de carro (veículo *unifamiliar* movido a combustível fóssil), em que uma série de pessoas (negras) trabalham (extremamente mal-remuneradas) (sem falar na belicosidade da nossa urbanidade em que ser abordada/o no sinal é sempre um momento de tensão...) distribuindo papéis-(altamente descartáveis. Haja Amazônia!) -propaganda (um verdadeiro programa de aceleração do crescimento... Crescimento de quem?) faz das panelinhas-de-pressão uma ressignificação (uma fissura!) por demasiado remetida à matriz de urbanização calcada na descartabilidade do alumínio, na produção de imensos aterros sanitários, na má remuneração de quem vive de ressemantizar esses aterros, na discrepância de renda entre quem produz e quem compra as panelinhas...

É o que busquei, por exemplo, no capítulo 01, ao tratar de favelas como uma formação incrustada num entendimento e construção de cidades que temos fabricado e insistido em re-fabricar incessantemente. É ela a fissura urbana por excelência! Uma favela despejada não é mais que uma favela despejada, pois os processos que acarretaram em sua formação perduram. Combater processos de favelização implica

¹⁰⁴ Tradução livre do trecho: "For the master's tools will never dismantle the master's house. They may allow us temporarily to beat him at his own game, but they will never enable us to bring about genuine change".

combater a própria noção de construção de cidades excludentes, baseadas numa dicotomia entre *dentro e fora, legal e ilegal, branca e preta, com e sem*.

Falar de espaços periféricos não significa pautá-los simplesmente pela ausência, como se almejassem ser centro. Trata-se de questionar uma relação de dependência e de dilapidação (do centro à periferia). Até porque, carregam outras noções de centralidade consigo: são locais de produção de cultura de maneira intensa! E de questionamento de uma ordem desigual, tendo a seu favor, nesse caso, a lucidez de fazer enxergar nitidamente as contradições em que se baseiam nossos ordenamentos, nossas instituições, nossas cidades, nossas vidas!

É o que busquei também no capítulo 02, ao tratar de expansões das possibilidades de acolhimento no espaço residencial do Plano Piloto (expansões que se dão como indisciplina e contestação). É o que busquei, por fim, ao tratar de uma experiência de dar vida a um local abandonado há mais de uma década no centro da metrópole. Interessante notar uma inversão de perspectivas dos tipos de fissura encontrados nos dois capítulos. No que compete a transformações da arquitetura, do entorno construído, os exemplos das quadras 700 são mais radicais que o da ocupação *casa das pombas*. Há uma modificação da estrutura física naquelas e uma ressemantização do espaço existente nesta última. Já no que compete à transgressão de normas jurídicas e enfrentamento do poder público, a situação se inverte, como pôde ser visto pela forte repressão policial à idéia de uma ocupação urbana e uma maior perenidade e tolerância das modificações introduzidas nas casas do outro lado da rua.

Falar sobre segregação é refletir sobre um mundo a lutar contra, a ser combatido. Nesse sentido, vislumbrar perturbações a esta ordem segregada é, no mínimo, alentador, pois faculta pensar na criação de um mundo onde outros mundos são possíveis e convivem lado a lado. E, de alguma maneira, traz estes mundos sonhados para a realidade presente na forma de relatos de diversidade, de pluralidade, de combatividade e re-significação de espaços e práticas. De fissuras mesmo! De quebra de um imaginário estreito, impositivo e massacrador da diferença.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer – o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDT, Hannah. **A Condição humana**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Origens do totalitarismo - anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

BARROS, Ivônio. **Entrevista concedida a uma coletiva de imprensa**. Brasília, 16/10/2007. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/10/398939.shtml>

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BENSUSAN, Hilan. **O que há por trás da fachada?** Brasília, 2007. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/10/398279.shtml>

BICCA, Paulo. **Brasília: mitos e realidade**, in Aldo Paviani (org), *Brasília, ideologia e realidade – espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto Editores, 1985

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. São Paulo: Editora Brasileira, 2003.

_____. LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj. **Contingencia, hegemonía, universalidad – diálogos contemporaneos en la izquierda**. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2004.
[Título original: *Contingency, Hegemony, Universality*, 2000].

CANCIÓN GARCIA, Jesus. **Orígenes y evolución histórica del Movimiento Okupa en el Estado Español**. <http://www.redasociativa.org/gas/?q=node/114> (pesquisado em janeiro de 2008)

CARDOSO, Tomás. **Fissura**. 2006. www.corpuscrisis.org/confabulando

CARVALHO, Vladimir. **Conterrâneos velhos de guerra**. VHS. Rio Filmes, 1991.

COSTA, Lucio. **Brasília Revisitada**. Brasília: Diário Oficial do Distrito Federal – Decreto nº 10.829 de 1987.

_____. **Relatório do Plano Piloto**. 1957.

COSTA, Maria Elisa & LIMA, Adeildo. **Brasília 57-85: do plano Piloto ao Plano Piloto**. Brasília: terracap, 1985.

- DERRIDA, Jacques. **Fuerza de ley – El fundamento místico de la autoridad**. Madri: Editorial Tecnos, 1997.
[Título Original: *Force de loi. Le Fondement mystique de l'autorité*. 1994].
- FERNANDES, Edésio (org.). **Direito urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
- FERREIRA, Ignez. PENNA, Nelba. "**Território da violência**", in A. Paviani (org), *Brasília, dimensões da violência urbana*. Brasília: Editora UnB, 2005.
- FICHER, Sylvia. **Senzala e casa grande**. In *5º Seminário de história da cidade e do urbanismo*. Campinas: PUC/Campinas, 1998.
- _____. LEITÃO, Francisco. **L'enfance du Plan Pilote – Brasília 1957-1964**. (mimeo)
- _____. PALAZZO, Pedro Paulo. **Os Paradigmas urbanos de Brasília**. Caderno PPG-AU/FAUFBA. Ano 3, edição especial, 2005.
- _____ et al. **Blocos Residenciais das Superquadras do Plano Piloto de Brasília**. Brasília, 2003 (mimeo).
- FOINA, Ariel. **Entrevista concedida a uma coletiva de imprensa**. Brasília, 16/10/2007. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/10/398939.shtml>
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade – Curso do Collège de France (1975 –76)**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GARAU, Pietro. SCLAR, Elliott. **A Home in the city**. Londres: Earthscan UK, 2005.
- GUIA, George Alex da. **Políticas territoriais, segregação e reprodução das desigualdades sócio-espaciais no Aglomerado Urbano de Brasília**. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, 2006.
- HOLANDA, Frederico de. **A Trajetória perversa: danificar qualidades e amplificar problemas**, in O. Ribas (org), *Visões de Brasília – patrimônio, preservação e desenvolvimento*. Brasília: IAB-DF, 2005.
- _____ **Brasília: ciudad moderna, ciudad eterna**. In VILLAESCUSA, Eduard Rodríguez I, FIGUEIRA, Cibele Vieira. *Brasília 1956-2006 – de la fundación de una ciudad capital, al capital de la ciudad*. Barcelona: Editorial Milenio, 2006, pp. 127-173.
- _____ **Arquitetura e urbanidade**. São Paulo: Pró-editores, 2003.
- _____ **O Espaço de exceção**. Brasília : Universidade de Brasília, 2002.
- _____ MOTA, Ana Maria Passos, SOARES, Laura Regina Simões de Bello, GARCIA, Patrícia Melasso. "**Brasília Nasceu Excêntrica?**". *VI Seminário de Estudo da*

História e do Urbanismo – Anais em CD-ROM. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRGN, 2000.

____ **"A morfologia interna da capital"**, in Aldo Paviani (org), *Brasília, ideologia e realidade – espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto Editores, 1985.

HOLSTON, James. **A Cidade modernista – crítica à Brasília e sua utopia**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

IBGE. www.ibge.gov.br

JACOBS Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. **A Estética da ginga**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

____ (org.). **Apologia da deriva – escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LEFÈBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LEITÃO, Francisco das Chagas. **Do Risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2003.

LORDE, Audre. **"The Master's tools will never dismantle the master's house"**, in *Sister outsider – essays and speeches*. California, E.U.A: The Crossing Press, 1984.

MACDOWELL, Pedro. **Geografia do gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade**. Brasília, 2007 (não publicado).

MARICATO, Ermínia. **"As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias"**, in *A Cidade do pensamento único*. São Paulo: Vozes, 2000.

MARTÍNEZ LÓPEZ, Miguel. **Para entender el poder transversal del movimiento okupa: autogestión, contracultura y colectivización urbana**. VII Congresso Espanhol de Sociologia. Salamanca, 2001

MARTINS, Jeová Dias. **As regras da metrópole – Campo urbanístico e ordem social na região metropolitana de São Paulo**. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de Brasília, 2006.

NEGRI, Antonio. **O Poder Constituinte – ensaios sobre as alternativas da modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília: fantasia corporificada**. Brasília: paralelo 15, 2004.

- OLIVEIRA, Márcio. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora UnB, 2006.
- PRUDENTE, Denise. **Gestão territorial do Distrito federal: trajetórias e tendências**, in A. Paviani (org), *Brasília, gestão urbana: conflito e cidadania*. Brasília: Editora UnB, 1999.
- ROSAS, Elisa. **Por uma vida sem catracas! – um estudo sobre o movimento Passe Livre**. Monografia de graduação em Antropologia. Universidade de Brasília, 2007.
- SANT'ANA, Marcel Cláudio. **A cor do espaço: limites e possibilidades na análise da segregação sócio-espacial, o exemplo de Brasília**. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, 2006.
- SANTARÉM, Paulo Henrique. **Movimentos sociais e autonomia política: notas históricas**. Brasília, 2007 (mimeo).
- SANTOS, Milton. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.
- SANZIO, Rafael. **Projeto Cartografia do Distrito federal. Cartografia para o Planejamento do território e Educação Espacial**. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2005.
- SARAIVA, Adriana. **A Função social da cidade e a justiça igual para todos**. Brasília, 2007. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/10/398238.shtml>
- SEGATO, Rita. **Entrevista concedida a uma coletiva de imprensa**. Brasília, 16/10/2007. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/10/398939.shtml>
- SENNET, Richard. **O Declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SIMMEL, Georg. **“A Metrópole e a vida mental”**, in O. Velho, *O Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESPE, 2004
- VASCONCELOS, Ana Maria. COSTA, Arthur. **“Demografia da violência no Distrito Federal: evolução e características”**, in A. Paviani (org), *Brasília, dimensões da violência urbana*. Brasília: Editora UnB, 2005.

VIANNA, Rejane. **Novos santuários da segregação socioespacial**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2005.

WEBER, Max. “**Conceito e categorias da cidade**”, in O. Velho (org) *O Fenômeno urbano* (org. Otávio Velho). Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

WIRTH, Louis. “**O Urbanismo como modo de vida**”, in O. Velho (org), *O Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

ANEXO 01

Questionário socioeconômico

1 SEXO:

2 QUAL A SUA IDADE?

- 1 MENOS DE 25 ANOS
- 2 DE 25 A 35 ANOS
- 3 DE 35 A 50 ANOS
- 4 DE 51 A 65 ANOS
- 5 MAIS DE 65 ANOS

3 QUAL O SEU ESTADO CIVIL?

4 GRAU DE INSTRUÇÃO

5 POSSUI OCUPAÇÃO REMUNERADA? QUAL?

6 EM RELAÇÃO À MORADIA:

- 1 MORA EM CASA PRÓPRIA
- 2 NÃO TEM CASA PRÓPRIA

7 QUANTOS CARROS EXISTEM EM SUA RESIDÊNCIA?

- 1 NENHUM 2 UM 3 DOIS
- 4 TRÊS 5 QUATRO OU MAIS

8 POSSUI COMPUTADOR EM SUA CASA?

- 1 NÃO POSSUO COMPUTADOR
- 2 POSSUO APENAS UM SEM ACESSO À INTERNET
- 3 POSSUO APENAS UM COM ACESSO À INTERNET
- 4 POSSUO MAIS DE UM SEM ACESSO À INTERNET
- 5 POSSUO MAIS DE UM COM ACESSO À INTERNET

9 POSSUI ALGUM(S) DOS ELETRODOMÉSTICOS LISTADOS ABAIXO?

TELEVISÃO A CORES ___ VÍDEO-CASSETE ___ DVD ___
MÁQUINA DE LAVAR ROUPA ___ ASPIRADOR DE PÓ ___ SOM ___
LAVA-LOUÇA ___

10 QUANTAS PESSOAS CONTRIBUEM PARA A OBTENÇÃO DESSA RENDA FAMILIAR?

- 1 UMA 2 DUAS 3 TRÊS 4 QUATRO
- 5 CINCO 6 MAIS DE CINCO

11 QUANTAS PESSOAS SÃO SUSTENTADAS COM A RENDA FAMILIAR?

- 1 UMA 2 DUAS 3 TRÊS 4 QUATRO
- 5 CINCO 6 MAIS DE CINCO

12 ASSINALE A RENDA FAMILIAR MENSAL DE SUA CASA:

- 1 ATÉ 380,00 (um salário mínimo)
- 2 DE R\$ 381,00 A R\$ 760,00 (de 1 a 2 salários mínimos)
- 3 DE R\$ 761,00 A R\$ 1.140,00 (de 2 a 3 salários mínimos)
- 4 DE R\$ 1.141,00 A R\$ 1.900,00 (de 3 a 5 salários mínimos)
- 5 DE R\$ 1.901,00 A R\$ 3.800,00 (de 5 a 10 salários mínimos)
- 6 DE R\$ 3.801,00 a R\$ 7.600,00 (de 10 a 20 salários mínimos)
- 7 MAIS DE R\$ 7.600,00 (mais de 20 salários mínimos)

ANEXO 02

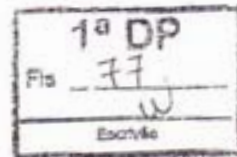
Roteiro para as entrevistas

- número do questionário
- localização da moradia

- Tempo de residência no local
- Tempo de residência no DF
- Moradia própria?
- Moradia funcional?
- Gosta de morar no local?
- Como se dão as relações de vizinhança?
- Aponte as principais modificações arquitetônicas efetuadas na residência (se houver)
- Quais as principais almejadas?
- Em que difere morar nas 700 de numa superquadra?

ANEXO 03

Como ocupar uma casa



Como ocupar uma casa????

Ocupar uma casa não é uma coisa difícil de se fazer com suas devidas precauções e seja algo bem organizado e preparado, para isso é interessante começar com um levantamento de possíveis lugares a serem ocupados, que de preferência estejam abandonados a mais de 5 anos, para saber isso pode-se usar de diferentes formas, levantando informações sobre as dívidas do imóvel, como de água, luz, IPTU, o IPTU normalmente se consegue nas prefeituras das cidades, no caso do DF se consegue o histórico nas administrações das RAS, ou na secretaria da Fazenda. Bem feito isso e tendo todas essas informações arquivadas, estamos prontos para entrar em ação, é interessante que anteriormente se prepare materiais que serão usados na ocupação, como vassouras, baldes, lixas, tintas.

Entrando em ação...

Existe uma certa controvérsia sobre o mais estratégico para se entrar numa casa, se o melhor é durante a madrugada ou no raiar do dia, a questão é que o mínimo de suspeitas deve ser levantada no primeiro dia, afinal é o único momento que a polícia poderá retirar os ocupantes sem um mandato de reintegração de posse, pois no primeiro dia ainda seria considerado flagrante, de qualquer forma é interessante que se mostre mesmo sendo o primeiro dia que existem pessoas ali revitalizando aquele espaço, o momento em que se explicitará que aquilo é uma ocupação vai muito do diálogo com a comunidade ao redor. O principal argumento usado para se ocupar uma casa é seu abandono e o não cumprimento de sua função social, para provar isso é de suma importância que se registre com fotos o estado do imóvel no momento que se ocupou assim como seu processo de revitalização. Outras táticas interessantes para se provar o tempo que se está ali é que logo no dia que o espaço seja ocupado que se mande uma carta no nome de um/uma dos ocupantes. A partir daí a luta continua, coisas como visitas da polícia e de pessoas se dizendo ou o proprietário ou representante dos mesmos, podem ser constantes, e jogo de cintura é necessário para lidar com esse tipo de situação, a questão é que em uma ocupa cada dia é um dia a mais, qualquer manhã pode aparecer em sua porta um oficial de justiça com um mandato de reintegração de posse, se resistir ou não ao desalojo cabe ao grupo, mas o que é interessante é que o grupo já tenha outros prédios em mente, com o dossiê da situação desses prédios, pois a melhor resposta a um desalojo é outra ocupação.

Algumas informações adicionais porém importantes:

- *A polícia não pode entrar no espaço, com ou sem mandato a partir das 18hrs
- *A partir das primeiras 24hrs os ocupantes tem a posse precária do local, isso significa que só os tiram com um mandado judicial agora
- *Depois de 1 ano e 1 dia a posse passa a ser segura o que assegura mais ainda a permanência dos ocupantes no local.
- *Com 5 anos pode-se reivindicar usucapião ou seja, a propriedade do local reconhecida pela justiça
- *Usucapião não funciona em propriedades da união.

ANEXO 04

**Plantas de cadastro das quadras 700 Sul
Plantas das casas 700 Sul (HPs)**

(disponível na versão digital)